



PLAN DES FORTS ET LIGES
DE COMMUNICATIONS
VILLANOVA.
*Platte Grond van de Fort
en Gemeenschaps linien
VILLANOVA.*

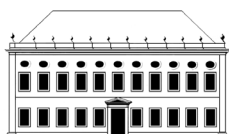
D. FRANCISCO
DE AZEVEDO
E ATAÍDE

SUBSÍDIOS PARA
A SUA BIOGRAFIA

Augusto-Pedro Lopes Cardoso

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2021

Transcrição e estudo de um manuscrito inédito, escrito em finais do século XVII, por D. Inácio de Ataíde, professor da Universidade de Coimbra e pregador sacro, com a biografia de um militar da Guerra da Restauração, D. Francisco de Azevedo e Ataíde, mestre-de-campo general e governador das armas do Entre-Douro-e-Minho, com o relato de numerosos episódios ocorridos nesta província e na do Alentejo



D O C U M E N T O S



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Forte da Conceição, em Goian, frente a V. N. Cerveira

INFOGRAFIA

Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2103-6

ISBN DIGITAL

978-989-26-2104-3

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2104-3>

D. FRANCISCO DE AZEVEDO E ATAÍDE

SUBSÍDIOS PARA
A SUA BIOGRAFIA

Augusto-Pedro Lopes Cardoso

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
O manuscrito nº 1083 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	11
Transcrição do Manuscrito	17
Adenda.....	103
O autor, D. Inácio de Ataíde.....	103
O biografado, D. Francisco de Azevedo e Ataíde.....	104

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

Quiseram os fastos que ao autor, no seu afã pela investigação histórica, se deparasse, na biblioteca da Universidade de Coimbra, um códice coevo da longa Restauração, que se apresenta como quase um diário de guerra, com factos curiosíssimos que acompanham época tão significativa da história portuguesa. A maior dificuldade, para além de tentar decifrar o manuscrito, resultava de o seu confessado autor, tendo numerado as páginas, só sobejarem do papel descoberto as 26 e seguintes, ficando as anteriores ignoradas. Claro que devia ser posto de parte o hiato cronológico. Mas afigurou-se, mesmo assim, que, a despeito de autores vários que escreveram *a posteriori* sobre esta gloriosa página refundacional, às vezes com imaginação não confirmável, era lástima manter no silêncio deste quase palimpsesto, eivado do pó dos anos e das prateleiras, tão interessante peça, pois que não é fácil encontrar uma narrativa tão vivida. Textos fixados num como que diário dos feitos de D. Francisco de Azevedo e Ataíde, da autoria de seu filho, D. Inácio de Ataíde.

Não foi tarefa fácil devorar o manuscrito, pois que o autor, na necessidade de nada deixar em claro, levou à precisão de ler os entrelinhados sobre ou sob muitas palavras ou ainda os rabiscos, ou até os riscados de outras. E só a paixão pelo manuscrito permitiu ultrapassar tantas e tantas dessas dificuldades, por vezes quase inventando aquilo que era e é dificuldade premente de ler. Assim se nos permita, mesmo com as interrogações que só poucos lograrão colmatar, o arrojo e o atrevimento.

É este manuscrito traço de história, onde o bico apressado da pena retrata as acções heróicas, a admiração dos estranhos, a glória dos que, à custa de generosas fadigas, as obraram, de molde a que a imitação das gerações vindouras, estimuladas pelos exemplos valorosos, se animem a segui-los. Ora aqui, como os maus servem de advertência para fugir dos precipícios, ora ali os bons devem relatar-se para que a emulação da posteridade de feitos tão dignos não feneçam no sepulcro. Antes em lembranças vivas as memórias dos feitos gerados e que quando os homens, vendo que da morte escapa o aplauso, se não se entregasse ao ócio e ambicionasse a fama, se dignassem a imitar aquelas acções, que, escritas, lhes servissem de generosa energia, para levar o seu coração a empreender grandes feitos, com ambição e glória. Aqui não acho a quem esta história não seja panegírico, pois os louvores serão só as verdades obtidas pelas acções. É apenas um desmedido interesse em que emprego a pena, sendo de uns portugueses cujas acções escritas bem podem servir-lhe ao aplauso, porque executadas lhe granjearão grande a fama e cujos feitos relatados podem causar admiração, pois nos estranhos mais experimentados lhes permitiram ter terror. E de muitos portugueses de quem a vida pode ser espelho à posteridade, e não menos interesse da pátria, que tantas vezes o viu à custa de seu sangue apurar-lhe os créditos de cujos feitos havia relatos. Não panegiristas, pois elas em si serão o abono que pudera dar-lhe a pena mais afeiçoada, que as aventuras grandes ou por si merecem a atenção ou a conciliação. Será a história deste herói verdadeiro, levando acções grandes. Se este D. Francisco de Azevedo e Ataíde é a figura central do narrador seu filho, em escrito tardio dos factos, mas mantido na memória da família, ressalta ver mais claramente visto que foi sobremaneira o povo português quem, mais uma vez, aguentou a independência de Portugal, agora chamada de Restauração, num longo período de vinte e oito anos, até ao Tratado de Paz de Madrid assinado em 5 de janeiro de 1668 e só

ratificado em Lisboa em 13 de fevereiro desse mesmo ano, já sob a regência de D. Pedro II.

Entrementes em espantosa defesa de fronteiras e escaramuças constantes, nunca os portugueses se vergando ao domínio estrangeiro, que só razões dinásticas tinham permitido, e suportado, através dos seus maiores. Poucos admitiriam a estratégia militar que nos levavam de vencida, isso mesmo em batalhas como Montijo, Linhas de Elvas, Ameixial e Castelo Rodrigo. Mas também pelo esforço financeiro próprio dos intervenientes num Reino deixado exangue em especial pela administração de Olivares, a quem Filipe III tardou a afastar. Uma verdadeira reconquista portuguesa, a que não serve de panaceia ou justificação de êxito a Guerra da Catalunha, em que, aliás, fidalgos portugueses foram imolados, até porque essa guerra já passara. O quase diarista deste ilustre português que foi D. Francisco de Azevedo e Ataíde, dá-nos conta de terríveis ocasiões de luta militar que desgastavam o país com fome e grandes dificuldades económicas, na medida em que, à época, tudo era suportado pelo erário pessoal e familiar. Foram famílias portuguesas desta têmpera que aguentaram a confirmação da Restauração de Portugal até à assinatura da paz entre os dois países ibéricos, cuja irmandade histórica fora entrosada por constantes casamentos reais.

Maria Manuela Lopes Cardoso

(Página deixada propositadamente em branco)

O MANUSCRITO N° 1083 DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O manuscrito a seguir transcrito e estudado é o n° 1083 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra cujo título é “*Vida, e acçoens de D. Francisco de Azevedo e Attayde, Senhor de Attayde das Honras de Barbosa Paredes; e Parada; e das Villas de Mourisca, e Aguireira Commendador das Comendas de Cabomonte, e Punhete da Ordem de Christo, Mestre de Campo General da Provincia de Entre Douro e Minho*”. O códice, encadernado, é composto por um volume, de 200x137mm, com 2 fls. em branco, mais 124 fls. manuscritas, numeradas de 24 a 148 e veio para a dita biblioteca do antigo Colégio de S. Bento, de Coimbra.

A ele se refere, sem o estudar, D. António Caetano de Sousa, que lhe chama «*Genealogia dos ascendentes da sua Casa, com a vida de seu pay Dom Francisco de Azevedo e Ataíde I. Tomo de quarto m.s.*» e depois dele, copiando-lhe o erro do título¹, Barbosa Machado, o

* Abreviaturas usadas: ACB, Arquivo privado da Casa de Barbosa, em Rans, Penafiel; ADP, Arquivo Distrital do Porto; ADB, Arquivo Distrital de Braga; AHMP, Arquivo Histórico Municipal do Porto; ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo; BPMP, Biblioteca Pública Municipal do Porto; AMPen, Arquivo Municipal de Penafiel; ACS, D. António Caetano de Sousa (1674-1759), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed., Coimbra, 1955; AM, Cristóvão Alão de Morais (1632-1693), *Pedatura Lusitana*, Braga, 1997; CE, D. Luis de Meneses (1632-1690), 3º conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, Porto, 1945; D., dom ou dona; FG, Felgueiras Gaio (1750-1831), *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, 1989; GEPB, *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*; MSS, Manuel de Souza e Silva (1649-1713), *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*, Ponte de Lima, 2000.

¹ Para o qual se chama a atenção no próprio catálogo de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Cardeal Saraiva, Azevedo Soares, a adenda sobre obras genealógicas feita a final da obra de Felgueiras Gaio e a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira².

O manuscrito abarca um período temporal que vai de cerca de 1633 a Janeiro de 1669, abrangendo a vida de D. Francisco de Azevedo e Ataíde, pai do autor, desde o tempo da sua comissão, como jovem fidalgo, em Tânger, com a narração de alguns episódios ali ocorridos, à sua passagem pelas côrtes de Lisboa e Madrid, à notícia, quando na Catalunha, da Revolução de 1640, à colocação daquele no exército espanhol na Flandres, à sua subsequente fuga para Portugal e à sua recepção neste país, com o seu ingresso no exército português. De início na fronteira do Alentejo, aonde conta, com curioso pormenor e vivacidade, várias escaramuças, e depois na fronteira do Minho, aonde o biografado serviu, sempre com elevadas funções, e se distinguiu, em diversos combates, por mais de vinte anos. É precisamente na narração dos acontecimentos ocorridos nesta última fronteira, além de permitir recordar uma figura mais esquecida da Guerra da Restauração, que, porventura, se revela o maior interesse da obra, por ser um teatro de guerra menos conhecido dos historiadores, sobre o qual o conde da Ericeira disse *"Se na província do Alentejo se pelejou com mais força, na de Entre-Douro-e-Minho com mais arte; se aquela província seguiu a escola de Marcelo, esta a de Fábio, ficando por este respeito ilustrada a província do Alentejo em vencer batalhas, a de Entre-Douro-e-Minho em defender terrenos."*³.

² ACS, VIII, *Advertências*, 18-19, 42; MACHADO, Barbosa, na *Biblioteca Lusitana*, 2ª ed., Lisboa, 1966, II, 531; SARAIVA, Cardeal, Frei Francisco de São Luis, no *Índice Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimientos, e Conquistas dos Portugueses*, Lisboa, 1841, fls. 1v. e 132v.; SOARES, Eduardo C. C. de Azevedo, *Bibliografia Nobiliárquica Portuguesa*, Braga, 1917, II, 5; FG, XII, 673; GEPB, III, 615. CRAIGIE, Maria João de Nogueira Vieira, *Dicionário de Bibliografia para Genealogistas*, Lisboa, 2006, não o menciona.

³ Aqui se faz alusão a dois grandes generais romanos, Marcelo, célebre pelas suas táticas de combate em batalha campal, e Fábio, que usou táticas de esquiva, que ficaram conhecidas por táticas fabianas.

Com uma escrita algo descuidada e até um tanto prosapiosa, provavelmente não revista, por vezes procurando fazer eco das próprias palavras do biografado, que anuncia até ir transcrever, embora depois não o faça⁴, o códice revela muitos pormenores que só por este último podiam ter sido contados ou cuja memória apenas no seio familiar poderia ter sido mantida, provavelmente por escritos deixados por D. Francisco⁵, o que lhe dá uma especial curiosidade. Na cronologia dos factos da guerra omite a derrota dos portugueses em 1658 em Coura, que termina com o cerco de Monção e a perda da praça de Salvaterra do Minho, talvez, não se percebe, por D. Francisco neles não ter tomado parte. Parece também claro que o autor teve acesso e fez uso de informação colhida na obra do conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, cuja primeira edição é logo de 1679-1698, e na publicação periódica «Mercúrio Português», o primeiro jornal político português, publicado mensalmente de 1663 a 1667.

⁴ É o que acontece com os acontecimentos de 1662, a p. 118/119 do códice.

⁵ Considerando a idade de D. Inácio à data da morte do pai, de apenas 11 anos, será de presumir que, mais do que por transmissão oral, terá sido por escritos deixados por seu pai, infelizmente desaparecidos.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

James



Ms. A. 10. 83

São as histórias suas eloquentes pintu-
 ras. adonde o pinel da penna retrata
 as acções heroicas. e credito da patria
 admiracões dos Estanhos, gloria dos q' acusta
 de generosas fadigas as obras, e
 modo q' a imitacão dos vindouros
 e estimulados los exemplos valerosos
 se animam a seguir. Eahi como os
 seus seruem de advertencia q' fugir
 os preceitos, ahi os bons deuem
 relatar-se q' emulacão da posterida-
 de; e q' as ^{ausens} ~~seguintes~~ dignas, não se
 need no regular, antes na lem-
 brança ^{viuas} as Memorias das fortis gene-
 ras, e q' os homens vendem ~~se~~
 da morte creaga o aplauso se não
 entreguem ao cego e ambicioso
 da fama, se disuelm a imitar

(Página deixada propositadamente em branco)

TRANSCRIÇÃO DO MANUSCRITO⁶

(p. 26/27)⁷ São as histórias umas eloquentes pinturas, a donde o pincel da pena retrata as acções p. heróicas, qual crédito da Pátria, admiração dos Estranhos, glória dos que à custa de generosas fadigas as obraram de molde a que a imitação dos Vindouros que estimulados dos exemplos valorosos se animam a segui-los; aqui como os maus servem de advertência para fugir dos precipícios; ali os bons devem relatar-se (...) para que a emulação da posteridade (...) dignas não feneçam no sepulcro, antes na lembrança vivas as memórias dos feitos gerados e que quando os homens vendo que da morte escapa o aplauso se não se entregasse ao ócio e ambicionasse a fama, se dignassem a imitar aquelas acções, que escritas, lhe servissem de generosa energia, porque como disse o autor o coração dos homens a empreender grandes feitos como a ambição da glória; aqui não acho a quem esta história não seja panegírico, pois os louvores serão só as verdades obtidas pelas acções (...) desmedido em que emprego a pena, sendo de uns portugueses cujas acções escritas bem podem servir-lhe ao aplauso, porque executadas lhe granjearão grande a fama, cujos feitos relatados podem causar admiração nos estranhos mais experimentados lhe permitiram ter terror. E de muitos portugueses cuja vida pode ser espelho à posteridade, e não (...) da pátria, que tantas vezes o viu

⁶ Quando (...) significa que a letra era ilegível.

⁷ A numeração das folhas começa na fl. 26.

à custa de seu sangue apurar-lhe os créditos de cujas façanhas havia relatos; não panegiristas, pois elas em si senão o abono que pudera dar-lhe a pena mais afeiçoada que, como disse Quintilians⁸, as aventuras grandes ou por si merecem a atenção ou a conciliação: será a história deste Herói verdadeiro, levando acções grandes sem que seja necessário, como a D. Dinis formar na ideia o Herói de quem escreveu as acções antes no sentir as acções que obraram o Herói. Se este D. Francisco de Azevedo e Athayde, Senhor de Solar antigo de Barbosa⁹, e das honras de Paredes¹⁰ e Parada¹¹;

(p. 28/29) Comendador das Comendas de Cabo Monte e Lanheses¹², foi filho de D. Manuel de Azevedo e Athayde e de D. Ângela de Castro. Nasceu no tempo em que a coroa de Portugal gemia debaixo do domínio de Castela¹³. Começou logo na infância a dar indícios do espírito que o animaria e de não degenerado sangue que trazia; mandaram-no seus pais na doutrina das Letras e das Armas que tomou com tão grande inclinação que o estudo era mais gosto que preceito. Em umas e outras saiu tão excelente discípulo que bem podia ser Mestre de muitos, ajudado de um fino entendimento e de

⁸ Trata-se de *Quintiliano* ou *Marcus Fabius Quintilianus* (35 d.C.-95 d.C.), célebre orador e professor de retórica romano, do tempo do imperador Vespasiano, cuja obra sobre retórica, oratória e pedagogia *Institutio Oratoria* foi de grande influência na época e depois no Renascimento.

⁹ Solar e torre de Barbosa, sítos na freguesia de S. Miguel de Rans, no então julgado, e actual concelho, de Penafiel [de Sousa], sede da honra de Barbosa.

¹⁰ Não se encontrou mais nenhuma documentação relativa a esta honra de Paredes, sendo provavelmente, na altura, mero apanágio ou título de nobreza.

¹¹ A referência ao senhorio da honra de Parada mantém-se aqui apenas como apanágio ou título de nobreza, dado que a antiga honra de Parada tinha deixado de o ser desde meados do séc. XVI, convertendo-se no morgadio de Parada, sendo aquela sita na freguesia de S. Martinho de Guilhabreu, no então julgado da Maia, actual concelho de Vila do Conde, termo do Porto.

¹² Não se encontrou mais nenhuma documentação relativa a esta comenda.

¹³ Ou seja, durante a terceira dinastia, a filipina (1580-1640), correspondente aos reinados de Filipe I (1581-1598), Filipe II (1598-1621) e Filipe III (1621-1640) de Portugal.

um raro valor; de maneira que já como César¹⁴ podia trazer em sua mão a pena para a escritura e em outra a espada para pelejar como bem acreditou ao dispor com os escritos e com os golpes, sendo uns e outros do juízo, admiração e medo aos inimigos; chegou nestes exercícios à idade de dezassete anos¹⁵; e não cabendo aquele espírito no descanso da paz aonde infrutiferamente se passaram os anos; se deliberou a buscar os trabalhos da guerra, saindo da Pátria a regiões estranhas, não lhe sendo estorvos o ser filho primogénito herdeiro da casa de seus pais, não das menos ricas, antes registando poder e maior riqueza, a fama que por adquirir aquela buscou as armas fugindo aos descansos e quando casasse e aí poderá ocupar-se no regalo dos passeios da Corte se foi meter entre os golpes das lanças dos mouros e os perigos da guerra, buscando-a ainda fora da Pátria, por estar o Reino de Portugal em sossego, lembrado da discreta sentença de Séneca¹⁶ que os anos em que se entregou ao ócio se passaram, mas não se vivem com digna imitação de tanto português com valor e admiração. À Índia se embarcou, a que a Praça de Tânger¹⁷, em África, que então já via, entre a porfia dos mouros e a resistência dos portugueses defendida valorosamente pelo Capitão General¹⁸,

¹⁴ *Júlio César* (c.101-44 a.C.), o mais célebre político e militar romano, cônsul e depois ditador vitalício da República de Roma, que foi também grande escritor e historiador, muito consciente da sua destreza no uso da pena e da espada.

¹⁵ Pelo que cerca de 1633, ano em que assistiu à morte de D. Diogo de Portugal.

¹⁶ *Séneca* (4 a.C.-65 d.C.), célebre escritor e filósofo romano, um dos maiores da escola estoica.

¹⁷ A cidade de Tânger, no norte de Marrocos, junto ao estreito de Gibraltar, foi de grande importância para a expansão ultramarina portuguesa, mantendo-se sob o domínio de Portugal de 1471 até 1661, data em que, a par de Bombaim, integrou o dote de casamento da infanta portuguesa D. Catarina de Bragança com o rei de Inglaterra, Carlos II. Sob ela pairou sempre a memória triste do desastre ocorrido em 1437, que levou à perda do infante D. Fernando, filho do rei D. João I. Sujeita a frequentes ataques dos mouros foi governada, à época, entre 1628 e 1637, por D. Fernando de Mascarenhas.

¹⁸ O *capitão general* era o substituto do rei num exército, o que, aliás, já era certamente o motivo por que se chamavam de capitães gerais os comandantes das praças mais importantes nas conquistas. O cargo serviu, pois, para designar

D. Fernando Mascarenhas¹⁹, depois Conde da Torre (...) aos inimigos e fronteiros, D. João da Costa²⁰, depois Conde de Soure; D. Francisco de Sousa²¹, depois Conde de Prado. O Marquês de Minas, Conselheiro

o capitão general do reino, que comandava, nominal ou efectivamente, todo o exército, ou o capitão general de uma província, que era o chefe do exército a ela correspondente, com certas prerrogativas que não tinha o governador das armas.

¹⁹ *D. Fernando de Mascarenhas* (1610-1651), 1º conde da Torre (1638), governador e capitão general de Ceuta (1624-1625), de Tânger (1628-1637), governador-geral do Brasil (1639), general-de-mar-e-terra das armadas de Portugal e Castela, presidente do Senado da Câmara de Lisboa (1647-1650), dos Conselhos de Estado e da Guerra de D. João IV, reformador das fronteiras.

²⁰ *D. João da Costa* (1610-1664), 1º conde de Soure (1652), foi um dos Conjurados de 1640, tendo tomado parte no assalto ao Paço da Ribeira no qual, logo após a morte de Miguel de Vasconcelos, saiu para o Terreiro do Paço, com D. Luís de Almada e outros fidalgos, a sublevar o povo, clamando pela liberdade. Foi depois membro do Conselho de Guerra (1647), general de artilharia, mestre-de-campo general e governador das armas da província do Alentejo (1650-1653 e 1656). Como governador de Elvas, destróçou em 1641 uma força de cavalaria espanhola e no verão do mesmo ano repeliu um ataque do conde de Monterey contra aquela praça. Em 1643 tomou Valverde e em 26.05.1644 deu contributo decisivo para a vitória portuguesa na batalha de Montijo. Foi ele quem denunciou ao rei a conspiração de Francisco de Lucena (1643). Em 1659 foi nomeado para o cargo crucial de embaixador em Paris, levando por secretário da embaixada a Duarte Ribeiro de Macedo, com o objectivo de assegurar o apoio daquele país e a manutenção do seu estado de guerra com a Espanha, o que não impediu a paz entre estes dois países, que deixou Portugal de fora. Ficou então, em segredo, em Paris a recrutar, com o auxílio do marechal Turenne, oficiais estrangeiros, tendo sido ele a trazer o general alemão conde de Schomberg, que depois teve grande influência na condução da guerra. Opondo-se ao conde de Castelo Melhor, que, na altura, detinha o poder, foi exilado em Loulé, falecendo depois, já em Lisboa, em 1664.

²¹ *D. Francisco de Sousa* (1610-1674), 3º conde do Prado e 1º marquês de Minas (1670), gentil-homem do príncipe D. Teodósio, vedor da casa de D. João IV, foi um dos Conjurados de 1640, que logo a 12.12.1640 tomou a praça de S. Julião da Barra. Tomou parte em vários recontros do início da Guerra da Restauração, tomando nomeadamente Valença e defendendo Elvas, e foi depois membro do Conselho de Guerra de D. Afonso VI e membro do Conselho de Estado, mestre-de-campo e general do exército português, governador das armas da província do Alentejo e da província do Entre-Douro-e-Minho (1660-1668 e depois do fim da guerra), embaixador a Roma (1669) e presidente do Conselho Ultramarino. Como governador das armas da província do Entre-Douro-e-Minho mostrou grande habilidade, tendo por adversário o general espanhol marquês de Viana, a quem, por meio de táticas fabianas, obrigou a abandonar o território de Portugal. Mandou fortificar Valença, que guarneceu com 400 homens, e, no ano imediato, tendo apenas 8000 infantes, 1000 cavalos e sete peças de artilharia, e tendo ainda de destacar algumas tropas para socorrerem, conforme as circunstâncias, ou Viana ou Caminha, ameaçadas por uma flotilha espanhola, manobrou com presteza sobre o flanco direito do inimigo, e, sempre por movimentos rápidos e acertados, desconcertou inteiramente todos os

de Estado²² e General das Armas Portuguesas pela província de Entre Douro e Minho, aonde com valorosos progressos, deu bem a conhecer a glória de Portugal e mágoa de Castela à mina de valor que no Brasil se encerrava. D. Álvaro de Portugal²³ e seu irmão D. Diogo de Portugal²⁴ que valorosamente deram a vida pelo serviço da Pátria e na sua defesa; resgatou-lhes os corpos D. Francisco de Azevedo, a preço de cinco lanças²⁵ das que nesta ocasião lhe deram; mas ele tendo respeito por tanto valor não ficasse sepultado nos campos

(p. 30/31) de África, não fizeram mais do que parar-lhe as armas: se não foi tão bem como na fortaleza do jeito tão valoroso acharam, maior robustidão que no aço mais forte; poderão encontrar D. Nuno Álvares da Costa e Fernando Pereira de Castro²⁶. Com tão bons companheiros e com tão bom espírito, se fez entre os mouros temido e entre os soldados amados; e de tão conhecido valor que os generais

planos de D. Baltazar Pantoja, então chefe dos espanhóis, que foi também obrigado a regressar à Galiza. Em 1663, ajudado pelo conde de S. João, que governava as armas de Trás-os-Montes, tomou a ofensiva e, atravessando o Minho, apoderou-se do forte de Goian, na Galiza, frente a Vila Nova de Cerveira. Em Outubro de 1665 voltou a passar a fronteira e devastou o distrito que se estendia entre Tui e La Guardia, vila que conquistou.

²² O *Conselho de Estado*, reformado em 1645, era o órgão mais importante de aconselhamento do rei em todas as questões principais do reino, sendo composto por um número variável de pessoas, nomeadas pelo monarca, com reuniões semanais (vd. GAMA, Maria Luísa Marques da, *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado. Teorização, orgânica e exercício do poder político na corte brigantina (1640-1706)*, Lisboa, UN, 2011).

²³ D. Álvaro de Portugal (f. 1640) serviu, com seu irmão D. Diogo, em 1633 na praça de Tânger, sendo governador D. Fernando de Mascarenhas, futuro 1º conde da Torre, vindo a morrer afogado em 06.08.1640 no rio Tejo, ao tentar ajudar seu irmão D. Jorge, que também se afogou, quando nadavam junto a Santarém (ACS, X, 473).

²⁴ D. Diogo de Portugal, irmão de D. Álvaro, foi comendador da Ordem de Cristo, serviu em Tânger, aonde foi morto pelos mouros em 1633, governando aquela praça D. Fernando de Mascarenhas, mais tarde 1º conde da Torre (ACS, X, 473).

²⁵ Ou seja, cinco lançadas ou ferimentos de lança. Este episódio ocorreu em 1633.

²⁶ Fernando Pereira de Castro, poderá ser um que foi capitão de cavalos e morreu em 1644 na batalha de Montijo, filho do célebre jurista Gabriel Pereira de Castro (ACS, XII, II, 796).

lhe entregaram as facções de maior risco, pois no (...) de 3 anos que assistiu em Tânger²⁷. Entrando o Capitão General D. Francisco Mascarenhas viajou sete ou oito léguas pelas terras dos mouros dentro viu sempre, D. Francisco de Azevedo na vanguarda do lugar com maior perigo e maior desprotecção, mostrando sempre com o valor de que o General não se enganara, confiando-lhe os lugares do maior risco, pois sabia dar tão boa conta deles como se devia ali mesmo e em todas proceder com extremo valor, trazendo presas e capturando mouros de sorte que ainda se não tinham por segundos da sua resolução; dentro das suas próprias casas. Vinte anos de idade ²⁸teria D. Francisco de Azevedo, quando já os generais não só se aproveitavam do seu valor a que as empresas tão bem, do seu juízo a que os Conselheiros sendo em tão pouca idade, do Conselho de Guerra²⁹, mostrando que o entendimento não esperou nele pelos anos antes foi tão conhecido que se lhe fiavam os negócios de maior segredo e de maior peso. Serviu D. Francisco de Azevedo não só com sua pessoa, mas com sete lanças³⁰ à sua custa, mostrando que não só se contentava com dar ao serviço da Pátria o seu trabalho, mas também o seu dispêndio, oferecendo a vida, e a fazenda, ao serviço do Rei no qual ele mesmo viu a vida muitas vezes arriscada; em uma ocasião, estando nas trincheiras e vindo mais de trinta mil mouros a atacá-las e defendendo-as o General valoroso D. Francisco de Azevedo que ali se encontrava com D. Francisco de Sousa e D. Diogo de Portugal; impacientes de que os mouros se atrevessem a buscá-los, havendo-os conhecido, se lançaram todos os três a eles, desprezando o número, excedendo com o valor a multidão não reparando na desigualdade que havia de trezentos e tantos mil aqui, indo D. Diogo de Portugal

²⁷ De 1633 a 1635.

²⁸ Pelo que cerca de 1635.

²⁹ Seria o Conselho de Guerra da praça de Tânger.

³⁰ Ou seja, com 7 soldados custeados por ele.

lhe acertaram com fina azagaia de arremesso por entre a abertura do capacete em ferro, na fonte direita e lastimosamente feneceu quem parecia, não ter nele poder a morte³¹; perdeu a Nação Portuguesa um de grande valor e os mouros a um inimigo. Morto ele, trabalhando D. Francisco de Azevedo e D. Francisco de Sousa na retirada do Campo com incrível valor, o defenderam com invencível resistência; e parecera incrível que dois homens se atrevessem a intentar contra tantos mil se não fora seu valor tão conhecido como grande e não só o defenderam mas faziam nos mouros

(p.32/33) tal estrago, matando uns com o ferro, outros com o medo. Saiu a socorrê-los Lourenço Correia da Franca³², um fidalgo que ali servia de Alcaide com uma largada com cem cavalos que governava; e com tão boa resolução se arrancou que os mouros bem sentiram no que os rechaçaram; mas tão desgraçado que uma bala, dando-lhe pelos peitos, tirou a Portugal a melhor vida e aos inimigos o maior terror. Pagando os mouros estas mortes de mais de seiscentos homens, mas tão caros que custaram o sentimento da morte destes dois fidalgos, D. Diogo de Portugal e Lourenço Correia da Franca, que geralmente foram sentidas por serem pelo seu valor geralmente amados, ficou D. Francisco de Azevedo com cinco lançadas recebidas valorosamente com dano dos mouros; essa retirada dos corpos dos dois fidalgos mortos, mas como a sua

³¹ Este episódio, já referido anteriormente, ocorreu em 1633, data da morte de D. Diogo de Portugal.

³² *Lourenço Correia da Franca*, que aqui se diz ter sido fidalgo e alcaide. AM, VI, 281-282, a propósito dos Francas, do Algarve e Tânger, refere um Lourenço da Franca, que serviu em Tânger e na Índia, c.c. Maria de Sequeira, mas filho de Lançarote da Franca, comendador da Ordem de Cristo, contador e adaíl de Tânger, capitão na batalha de Alcácer Quibir (1580), o que, na melhor das hipóteses, daria a Lourenço Correia da Franca, aquando dos factos aqui historiados (1633), não menos de 53 anos. Em 01.12.1640 era alcaide-mór de Tânger André Dias da Franca, que foi o seu último alcaide-mór e governador, que libertou a praça e a entregou a D. João IV e mais tarde foi alcaide-mór e governador de Tavira (GEPB, 11, 743; FG, V, 424; AM, VI, 282).

vida se guardaria a que outras empresas o não feriram, topando a experiência das armas e dos feitos que com intrépido ardil se entrava pelos mais destemidos como pudera por sua capacidade, desprezando as lanças como quem as não temia.

Três anos serviu entre estas³³ e, completados aqueles, pedindo licença ao General, se quis retirar a suas terras juntamente com D. Francisco de Sousa de quem sempre foi amigo e camarada: sofria o general com o sentimento de lhe faltarem dois tão grandes fronteiros, mas como tinham acabado os anos de seu serviço³⁴ não podia negar-lha e bem mostrou o quanto lhe pesava a sua ausência na saudade que confessou; veio acompanhá-los até se embarcarem. Foi a Cavalaria de África que achou na perda de tão bons soldados e alguns cavaleiros que o haviam acompanhado deu a D. Francisco de Azevedo os seus cavalos e toda a prata e alfaias de sua casa; não querendo trazer de África outra coisa que a glória do que havia obrado, mostrando que a Tânger o levava a ambição dos perigos e não das presas³⁵. Embarcando ele se veio à Corte em Lisboa³⁶ aonde pareceu tão bom cortesão, como havia sido soldado. Retirou-se depois a Entre Douro e Minho³⁷, cansado dos gastos que nos 3 anos foram de perto de trinta mil cruzados³⁸ os que fez por servir a Coroa; como obrigado do prescrito da sua Mãe D. Ângela de Castro

³³ De 1633 a 1635.

³⁴ As comissões de serviço nas praças de África, nomeadamente em Tânger, eram de três anos.

³⁵ Isto é, dos despojos de guerra.

³⁶ Aonde, na altura, governava (1634-1640) a vice-rainha D. Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua.

³⁷ O *Entre-Douro-e-Minho* era a antiga província que ficava entre os rios daqueles nomes, correspondente aos actuais distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo (Douro Litoral e Minho).

³⁸ O *cruzado* era uma moeda portuguesa, que tinha no rosto o brasão português e no verso a cruz de Cristo, cunhada em ouro em 1457, no reinado de D. Afonso V e, mais tarde, em prata, em 1642, por D. João IV, e em 1663, por D. Afonso VI, para acudir às despesas da guerra da Restauração. Esta informação deveria constar de algum escrito deixado por D. Francisco.

que saudosa chorava³⁹. Um ano passaria na quietação deste retiro, mas mal achado no descanso não sossegava aquele espírito sem os riscos e aflições com segunda vez a entregar a vida aos varejos do mar e a pessoa aos horrores da peleja embarcando-se no Porto por capitão-de-mar-e-guerra⁴⁰ na defesa de três galeões⁴¹ que daquela ribeira se conduziam ao porto de Lisboa ainda em gôndolas⁴², que se aprestaram nelas a saírem na Armada a correr a costa; em a qual se embarcou também D. Francisco de Azevedo, e não só nesta, mas em outras mais, não perdendo nunca ocasião em que pudesse exercitar o valor em serviço da Pátria. Recolhidas as Armadas já se queixava o ânimo de D. Francisco de Azevedo de não saber aonde empregar o ardimento, quando se teve notícia que o francês⁴³ vinha com uma poderosa armada sobre a praça de Cascais; acudiram numerosos

(p. 34/35) fidalgos ao socorro às ordens de D. Jorge de Mascarenhas, Conde de Castelo Novo⁴⁴, então General das armas,

³⁹ Na altura, sua mãe, D. Angela de Castro, que veio a morrer só em 1666, já estava viúva.

⁴⁰ O *capitão-de-mar-e-guerra* comandava um navio de guerra e “*todos os oficiais, soldados, piloto, mestre, marinheiros e mais pessoal deviam obedecer-lhe e cumprir as suas ordens*” (FONSECA, Henrique Alexandre da, *O posto de capitão-de-mar-e-guerra*, in «Revista da Armada», XV, 174, 22-23).

⁴¹ O *galeão* era um navio de guerra de quatro mastros e alto bordo, que serviu do séc. XVI ao XVIII.

⁴² A expressão *ainda em gôndolas* significava que ainda não estavam acabados.

⁴³ Ou os franceses; na altura, a França estava em guerra com a Espanha (1635-1659).

⁴⁴ D. Jorge de Mascarenhas (1597-1652), 1º conde de Castelo Novo (1628) e 1º marquês de Montalvão (1639), foi mestre-de-campo, capitão geral, governador de Mazagão (1615-1619), de Tânger (1622-1624) e do Algarve, vedor da Fazenda do rei Filipe III, presidente do Conselho Ultramarino, membro do Conselho de Estado e um dos ministros do Despacho, governador-geral do Brasil, com o título de 1º vice-rei (1640), aclamou o rei D. João IV quando em 15.02.1641 chegou ali a notícia da Restauração da Independência, logrando fazê-lo em todas as capitânias sem suscitar a hostilidade das tropas espanholas que ali estavam estacionadas. Enviou, logo no mesmo mês, o seu filho acompanhado dos jesuítas António Vieira e Simão de Vasconcelos, para se apresentarem ao Rei, mas as intrigas palacianas levaram a que fosse preso e substituído no governo do Brasil por Salvador Correia de Sá Benevides.

não faltando entre eles D. Francisco de Azevedo, que superava os perigos, como se foram comodidades. Dois a três meses estiveram naquela praça, esperando ao inimigo que não veio sem dúvida. Conhecendo o dano que se lhe seguiria viera completar com pessoas de tanto valor e experiência como ali se achavam e de que a praça estava cheia, mas tendo-se entendido que ela estaria segura se estivessem todos em suas casas; D. Francisco em suas terras aonde pouco descansou, porque tendo estado em Madrid⁴⁵ na corte dos Reis Católicos⁴⁶, a fama e o brado do seu valor, prudência e juízo o mandou chamar o rei Filipe IV⁴⁷ para ficar com um terço de Infantaria⁴⁸ de novo levantado, o que se serviu a Flandres no posto de Mestre de Campo⁴⁹ que ele não aceitou, por alguns incidentes que julgou, foram equivalentes a não servi-lo, mas bem que se escusou do exercício; não fugiu do perigo, indo como particular⁵⁰ servir a Catalunha, no terço de D. Simão Mosca no que

⁴⁵ Logo, já antes deste período tinha estado em Madrid.

⁴⁶ Os reis de Espanha, também assim chamados.

⁴⁷ Ou *Filipe III* (1605-1665), rei de Portugal e de Espanha.

⁴⁸ O *terço de infantaria* foi uma unidade militar da infantaria dos exércitos ibéricos entre os séculos XVI e XVIII. Em Portugal, durante a Guerra da Restauração e segundo o projecto de Ordenanças Militares de 1643, que corresponderia à prática seguida, cada terço era comandado por um mestre-de-campo, ajudado por um sargento-mór, a quem competia a parte técnica. Era composto por 1500 homens, divididos em 13 companhias, com 125 homens cada, sendo a primeira a do estado-maior, com o mestre-de-campo, que dela delegava o comando efectivo no alferes, o sargento-mór, dois ajudantes e um tambor-mór, e as restantes 12 companhias, compreendendo cada uma delas, para além da respectiva *primeira plana* (capitão, alferes, abandeirado, capelão, dois sargentos, dois tambores e um píforo), 40 piqueiros, 60 mosqueteiros e 25 arcabuzeiros, distribuídos por 5 esquadras, cada uma comandada por um cabo de esquadra. No total, haveria num terço 480 piqueiros (32% do efectivo), 720 mosqueteiros (48%) e 300 arcabuzeiros (20% - FREITAS, Jorge Penim de, *terço*, in blogue. Guerra da Restauração, na net; MATOS, Gastão de Melo de, *Notícias do terço da Armada Real (1618-1707)*, separata dos «Anais do Club Militar Naval», Lisboa, Imprensa da Armada, 1932).

⁴⁹ O *mestre-de-campo*, equivalente sensivelmente ao actual coronel, era um posto superior de oficial dos exércitos português, espanhol e francês entre os séculos XVI a XVIII, que comandava um terço de infantaria.

⁵⁰ Ou seja, colocando-se ao serviço, totalmente à sua custa.

bem mostrava o desinteresse com que servia, oferecendo a pessoa e a fazenda que gastou dando cinquenta soldados a El-rei às suas custas⁵¹ e largando os postos; prémio das fadigas militares, mas ele como só olhava ao nome e não ao proveito superava os riscos e fazia os caminhos. Foi a servir a Catalunha⁵² no exército que se formou na corte de Saragoça⁵³ donde ia por general o Marquês de Los Velles⁵⁴; Mestre de Campo o General Ferracusa⁵⁵ e o General da Cavalaria, seu amigo, o Duque de S. Jorge⁵⁶. Constava o exército de

⁵¹ Ou seja, suportando, às suas expensas, o custo de 50 soldados. Em Tânger tinham sido só sete.

⁵² Na altura, a Catalunha tinha-se sublevado em 07.06.1640, dando origem à chamada Sublevação ou Revolta da Catalunha ou Guerra dos Segadores, que durou até 1652, terminando com a vitória espanhola sobre os rebeldes catalães.

⁵³ *Saragoça* era a cidade capital do reino de Aragão, integrado no reino de Espanha. Este exército destinava-se a combater a Revolta da Catalunha.

⁵⁴ *D. Pedro (III) Fajardo de Zuñiga y Requesens* (1602-1647), 5º marquês de Los Velles, grande de Espanha, foi um militar e general espanhol, vice-rei de Valencia (1631-1635), de Navarra (1638-1640) e da Catalunha (1640-1642), aqui aquando da revolta catalã, derrotado na batalha de Montjuic (1641), embaixador na Cúria Pontifícia em Roma e vice-rei da Sicília (1644-1647). Quando embaixador em Roma foi com ele que se deu o célebre episódio ocorrido nas ruas daquela cidade, quando por ali circulavam, nas suas carruagens, aquele e o embaixador de Portugal, com as suas respectivas escoltas. Não querendo nenhum deles ceder a passagem ao outro aqueles, numerosos, que os acompanhavam, puxando de pistolas e espadas, envolveram-se num terrível duelo, do qual saíram muitos mortos e feridos e derrotados os espanhóis, com o marquês de Los Velles obrigado a abandonar a sua carruagem e a fugir a pé e a correr (CE, I, 195).

⁵⁵ *Carlo Andrea Caracciolo* (1584-1646), 2º marquês de Torrecusa (e não, por corruptela, *Ferracusa*), 1º duque de San Giorgio la Molara (1626), cavaleiro da Ordem de Santiago, gentil-homem da Câmara e grande de Espanha, foi um militar napolitano, ao serviço da Coroa de Espanha, participou na reconquista de S. Salvador da Baía, no Brasil, aos holandeses (1625) e, no regresso a Espanha, na defesa de Cádiz, atacada pelos ingleses (1629). Levantou um terço (1631), com o qual socorreu Milão e depois Constança, cercada pelos suecos, tomou parte na conquista de diversas cidades alemãs e na ajuda a Brissach (1633), distinguindo-se na batalha de Nordlingen (1634). Foi governador das armas do condado da Borgonha (1637), membro do Conselho Supremo da Guerra, mestre-de-campo general do exército de Navarra (1638) e depois do exército da Catalunha, aquando da sua Rebelião, e, em 1643, do exército da Estremadura, por alturas da batalha de Montijo (26.05.1644), em que as tropas espanholas foram chefiadas pelo barão de Mollingen. Em Novembro de 1644 atacou Elvas com 11000 infantes, 2200 cavalos, e 12 peças de artilharia, retirando sem sucesso. Foi depois comandar as tropas espanholas em Itália, vindo a morrer em 1646.

⁵⁶ *Carlo Maria Caracciolo*, 2º duque de San Giorgio la Molara (1616-1641), filho, e não amigo, como aqui se diz, do 2º marquês de Torrecusa, foi um militar

doze mil cavalos⁵⁷, quatro mil de El Rei, outros quatro mil a custas da rainha e os mais a custas do Conde de Monterrei⁵⁸; e trinta e dois mil infantes⁵⁹ onde se achavam muitos fidalgos, tanto naturais como estrangeiros; estava o exército pelo número e qualidade, o mais lizado que a muitos anos antes se tinha visto. Incorporado agora só do exército se marchou a buscar a cidade de Barcelona⁶⁰ ocupada pelos franceses⁶¹, aonde D. Francisco de Azevedo obrou, como sempre, mas como o exército saíra já no princípio do inverno, no mês de Outubro⁶², com as inclemências do tempo e faltas de mantimentos obrigou o exército à retirada com pouco efeito. Aqui chegou a feliz nova da aclamação⁶³, em que o Reino de Portugal

napolitano, ao serviço da Coroa de Espanha, que na Guerra dos Segadores participou na tomada do Coll de Balaguer, na batalha de Martorell e na batalha de Montjuïc (26.01.1641), aonde morreu.

⁵⁷ Ou seja, cavaleiros. Interessante a indicação de quem custeava estes cavaleiros, impressionando o número, de 4000, suportado por um particular, o conde de Monterrey.

⁵⁸ *D. Manuel Alonso de Acevedo y Zuniga* (1586-1653), 6º conde de Monterrey, grande de Espanha, condestável de Castela, que foi presidente do Conselho de Itália (1622), membro do Conselho de Estado do rei Filipe IV, de Espanha (1624), presidente das Cortes de Aragão (1626), embaixador junto da Santa Sé (1628), vice-rei de Nápoles (1631-1636), tenente-general e chefe dos exércitos em guerra contra Portugal (1640), o que, na altura, foi do desagrado dos Grandes de Espanha, levando os duques de Alba, Béjar, Medina Sidónia, Medinacelli e Arcos, que todos tinham os seus soldados na fronteira com Portugal, a regressar a casa, recusando-se a servir, como subordinados, o conde de Monterrey. Apesar desta oposição este manteve o cargo e as suas tropas, na maioria inexperientes, reuniram-se em Badajoz, ocorrendo o primeiro embate fronteiriço em Abril de 1641. A incapacidade do seu exército em tomar Elvas levou à sua demissão e substituição, neste cargo, em Novembro de 1641, pelo 6º duque de Alba. A partir de Dezembro de 1642 fez ainda parte do governo de Espanha, com a função do recrutamento dos soldados. Foi duplamente cunhado do conde-duque de Olivares, valido do rei Filipe IV (de Espanha), de quem, a partir de 1636 e até à queda deste (1643), foi inimigo. Foi um notável mecenas e colecionador de arte.

⁵⁹ Soldados de infantaria.

⁶⁰ *Barcelona* era, na altura, a cidade capital do principado da Catalunha.

⁶¹ Na guerra franco-espanhola (1635-1659) os franceses ocuparam Barcelona, o que levou ao seu cerco pelos espanhóis.

⁶² Outubro de 1640.

⁶³ Ocorrida em 01.12.1640, estando, pois, D. Francisco na Catalunha.

sacudiu valorosamente o jugo da tirania de Castela, arriscando absolutamente as vidas dos vassallos pela restituição da Coroa que também chorava pelo seu verdadeiro Rei, Senhor Dom João 4º, ínclito Duque de Bragança, o legítimo herdeiro dos Reinos de Portugal.

p. 36/37 Como os portugueses têm mostrado com a pena e defendido com a espada; com esta (...) não de todo (...), se dividiu em troços o exército por várias vezes e os cabos se retiravam a norte de Madrid e a ela (...) também D. Francisco de Azevedo, aonde El Rei⁶⁴ lhe mandava dar de mesada mil reais que somaram 40 mil reais pelas suas rendas não poderem passar em Castela com o embaraço das resoluções⁶⁵. E o admitiu El Rei a Conselheiro de Guerra⁶⁶ fiado em que ainda sendo poucos os anos era não pouca a experiência; conhecendo-lhe o valor, Sua Majestade via com bons olhos mais D. Francisco de Azevedo a quem a generosidade do sangue que o animava não lhe consentia deixar de beijar as armas e servir o seu rei natural; tinha em Madrid o corpo por não o poder escapar e em Lisboa o coração como verdadeiro português; continuou na corte mais 4 meses⁶⁷ pelos requerimentos de seus serviços, porque sendo eles dos mais avultados e D. Francisco de Azevedo dos mais bem vistos e amados na Corte Castelhana, refere-se a este rei, como dos Grandes. O quisera muitas vezes despachar com grandes posses para as fronteiras de Portugal⁶⁸ a que ele se opôs sempre, lembrado mais da lealdade de vassallo do que da de interesse. Vendo El Rei a repugnância com que D. Francisco de Azevedo fazia ao servir contra

⁶⁴ Filipe III de Portugal, IV de Espanha.

⁶⁵ Ou seja, por força da Revolução de 1640 os rendimentos, ou rendas, de D. Francisco, deixaram de poder sair pela fronteira, já não lhe chegando.

⁶⁶ O *Conselho de Guerra* em Espanha era o órgão que aconselhava o rei nos assuntos da guerra.

⁶⁷ De Dezembro de 1640 a Março de 1641.

⁶⁸ Ou seja, para aí combater contra este país.

a pátria o dispensou⁶⁹ com sua comenda de mil cruzados⁷⁰ e a alcaidaria mor de Amarante⁷¹; capitão de couraças⁷² para a Flandres⁷³ aonde por carta sua, El Rei recomendava muito a D. Francisco de Melo⁷⁴, General então de suas Armas. Deixou D. Francisco de Azevedo a Corte já com resolução de se passar a Portugal, querendo mais longas as Esperanças do que amor de El Rei de Castela, que não assistiu à perda de El Rei de Portugal, vindo acompanhá-lo fora da Corte os mais dos grandes fidalgos castelhanos e despedindo-se deles se embarcou em Portugal e com ele D. Manuel de Castro⁷⁵ que também ia com o posto de capitão de Couraças e Amaro de Sousa da Costa⁷⁶ com a ocupação de Mestre de Campo. D. Francisco de

⁶⁹ i. é, o despachou, no sentido de o premiou.

⁷⁰ Não se sabe qual.

⁷¹ De que nunca chegou a tomar posse. A concessão desta alcaidaria-mór é referida por SILVA, Rebello da, *História de Portugal dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, IN, 1869, IV, 199.

⁷² Ou seja, de *couraceiros*, uma das unidades do exército, de cavalaria, equipada com couraças e, mais tarde, também com armas de fogo.

⁷³ A *Flandres*, na época, era o condado da Flandres, integrado no ducado da Borgonha, e, como tal, pertença dos reis de Espanha. Nela decorria a chamada Guerra dos 80 anos ou Revolta Holandesa (1568-1648), que levou à independência dos Países Baixos.

⁷⁴ *D. Francisco de Melo* (1597-1651), fidalgo português da casa dos marqueses de Ferreira, que sempre se manteve fiel a Espanha e nunca regressou a Portugal, foi ali feito conde de Assumar, marquês de Vilescas e, mais tarde, marquês de Torredelaguna, foi membro do Conselho de Portugal e embaixador de Espanha a Roma, foi ele que promoveu a prisão na Áustria, a mando de Filipe IV, de D. Duarte de Bragança, irmão de D. João IV. Foi depois nomeado governador das armas da Flandres, tendo comandado o exército espanhol na batalha de Rocroi (1643), aonde foi totalmente derrotado. Foi ainda governador das armas da Lombardia, capitão-general da Sicília, de Aragão e da Catalunha, embaixador aos príncipes de Itália e plenipotenciário espanhol ao Congresso de Vestefália.

⁷⁵ *D. Manuel de Castro*, senhor de Fonte Arcada e administrador do morgadio instituído pelo grande D. João de Castro, vice-rei da Índia, foi cunhado, por sua irmã e herdeira, D. Mariana de Noronha, de D. Álvaro de Portugal, seu primo co-irmão, atrás aludido (ACS, XI, 548, e X, 473; FG, IV, 269, § 36, 18).

⁷⁶ Há um claro lapso do autor na indicação deste nome. Por um lado, não se encontra registo de um *Amaro de Sousa da Costa, mestre-de-campo*, neste período. Por outro, os companheiros de D. Francisco de Azevedo e Ataíde na saída de Madrid e posterior fuga para Portugal foram D. Manuel de Castro e Álvaro de Sousa, como o indicam CE, I, 404, e SILVA, Rebello da, ob. cit., loc. cit.. Este Álvaro de Sousa é que, de facto, estando em Madrid, foi, na altura, enviado como mestre-de-campo para a Flandres, e foi a quem Filipe IV, depois de primeiro o ter mandado prender, por

Noronha⁷⁷, filho primogénito do Conde de Linhares⁷⁸ que também ia por Mestre de Campo; feitos à vela o temporal os arrimou à costa do reino de Inglaterra, terra aonde desembarcaram, aclamando com muitos vivas ao rei Dom João, ainda entre os castelhanos que ali os acompanhavam e foram buscar o Embaixador D. Antão de Almada⁷⁹, que da parte do rei Dom João assistia naquela corte, antecipando a todos estes fidalgos, bizarramente a dar

p. 38/39 obediência ao seu Rei na pessoa do seu embaixador⁸⁰, excepto D. Francisco de Noronha que a foi buscar ao embaixador de Castela⁸¹.

simpatizante da Restauração, e numa tentativa de o aliciar, havia concedido o título de conde de Ansiães. Era filho de Gaspar de Sousa, morgado de Alcube, governador e capitão-general do Brasil, membro do Conselho de Estado e gentil-homem da Boca na época filipina. Foi também morgado de Alcube e comendador de Ansiães, tendo-se distinguido na Guerra da Restauração (ACS, XII, II, 15).

⁷⁷ Era antes *D. Fernando de Noronha*, filho mais velho e sucessor do 4.º conde de Linhares, D. Miguel de Noronha (FG, VII, 143). Tendo permanecido, com seu pai, em Espanha foi ali conde de Liñares, título não reconhecido em Portugal, mais tarde elevado a 1.º duque de Liñares. A sua filha única e herdeira casou com outro português fiel a Espanha, D. Agostinho de Lencastre, feito ali 1.º duque de Abrantes.

⁷⁸ *D. Miguel de Noronha* (1585-1647), 4.º conde de Linhares, governador de Tânger (1624-1628), 44.º governador e 23.º vice-rei da Índia (1629-1635), membro do Conselho de Portugal na corte de Madrid, no qual teve graves desavenças com o conde-duque de Olivares. Depois de 1640 continuou fiel a Filipe IV, pelo que o seu título foi extinto em Portugal, recebendo em 1643, em recompensa pela sua fidelidade, o título espanhol de conde de Liñares, elevado a ducado em 1667. Morreu em Madrid.

⁷⁹ *D. Antão de Almada* (1573-1644), 7.º conde de Avranches, tido como o grande impulsor do golpe de 1 de Dezembro de 1640, pois foi, com o Dr. João Pinto Ribeiro, um dos principais 40 conjurados da nobreza que deram início a esse golpe de Estado e o seu nome e o do seu filho varão constam no primeiro «*Auto do Levantamento e Juramento d' El-Rei D. João IV*» (de fidelidade) realizado no dia 15.12.1640, assim como no segundo, confirmando o anterior de forma mais solene, em 28.01.1641. Depois foi designado para desempenhar uma das mais difíceis missões no estrangeiro, a de embaixador a Inglaterra, para que aí aceitassem o reino de Portugal como independente, o que conseguiu em 29.01.1642. Fez depois parte do Conselho de Estado e da Guerra, em 1643 foi governador da Estremadura e de Lisboa e foi ainda deputado à Junta dos Três Estados, representando a nobreza.

⁸⁰ Este episódio vem referido por SILVA, Rebello da, ob. cit., loc. cit., que, para além de D. Francisco, nele identifica também D. Manuel de Castro e Álvaro de Sousa, a quem Filipe IV havia feito conde de Ansiães.

⁸¹ Dado que, como seu pai, o 4.º conde de Linhares, depois de 1640, se manteve fiel a Madrid. Curioso este ambiente entre os fidalgos portugueses que seguiam a

Porém, Sua Majestade, os seus merecimentos menos que os dias, o deteve naquelas esperanças do que dela havia de ter agora nas facções que lhe fizeram: Dois meses se detiveram nesta corte⁸² D. Francisco de Azevedo com os fidalgos referidos até terem embarcação para se partirem a Lisboa aonde vieram tantos que a acharam todos, tirando D. Francisco de Noronha que se ficou em Castela. Embarcados em um galeão do estado de El Rei de Inglaterra que lhe deu até ir por fora do canal por temer umas fragatas de Dunquerque⁸³ que infestavam aquela costa, chegando à barra de Lisboa dia 2 de Agosto do ano de 42⁸⁴.

No mesmo dia, emparcelado o navio, soltas as velas e evitando galhardetes, entrou pela barra como pedindo alvíssaras a Portugal de tão ilustres vassalos, como lhe recuperando e dando parabéns à corte de tão valorosos soldados como os que trazia. Deu fundo por baixo da célebre Torre de Belém e fazia uma bizarra vista, disparando toda a artilharia e salvando a Torre, aparecendo outro junto deste que trazia mais de quinhentos soldados, velhos portugueses que haviam servido na Flandres, e a voz de que Portugal tinha Rei deixado às ocupações e conveniências da guerra estrangeira vieram oferecer as vidas e as pessoas para a defesa da pátria⁸⁵.

Divulgada logo na corte de Lisboa a nova de que D. Francisco de Azevedo e os outros fidalgos eram chegados⁸⁶, concorreu toda

bordo deste navio que aportou a Inglaterra, em que uns, quase todos, seguramente no maior segredo entre eles, já planeavam regressar a Portugal.

⁸² Na corte de Inglaterra, de Junho a Julho de 1642.

⁸³ *Dunquerque* era uma cidade portuária no norte de França, situada a 10 km da fronteira com a actual Bélgica. Na altura, pertencia ao condado da Flandres.

⁸⁴ 02.08.1642.

⁸⁵ Extraordinário este movimento de regresso a Portugal dos seus soldados dispersos pelas guerras do Império Espanhol, em que, cada um deles, sózinho ou em grupo, mas sempre no maior segredo e perigo, conseguiu sair das fileiras, aonde se encontrava, e iniciar um regresso incerto e difícil ao reino. Estes soldados experientes foram, na altura, essenciais para o país, que deles muito necessitava.

⁸⁶ CE, I, 404, refere esta chegada no ano de 1642 “*No mesmo tempo chegaram de Inglaterra D. Francisco de Azevedo e Álvaro de Sousa. Achavam-se em Madride, quando El-Rei se aclamou. Passaram a servir a Flandres, de onde facilmente acha-*

a nobreza, todos os grandes e fidalgos que ali se achavam a ser testemunhas de tanta lealdade e admiração e a acompanhá-los até beijar a mão a Sua Majestade que se achava então em sua quinta de Alcântara⁸⁷, mostrando bem o pouco terror que lhe faziam os aprestos⁸⁸ de Castela, tendo a justiça tanto por sua pois quando os castelhanos fremiam em armas e (...) ameaçada estava Sua Majestade, ocupado nos divertimentos de uma quinta como se estivera no maior sossego e paz.

Chegaram a beijar-lhe a mão os seguintes fidalgos, que Sua Majestade recebeu com grande aplauso e com demonstrações de agradecimento, sendo entre todas mui particulares as que fez a D. Francisco de Azevedo, bem merecidas de seu valor e fidelidade; deu-lhe El Rei muitas audiências particulares, informando-se dele, do estado em que se achava Castela, fiando na sua experiência bem continuada, não deixaria de dar boa relação e não se

(p. 40/41) enganou Sua Majestade, porque D. Francisco de Azevedo deu tão certas e tão excelentes respostas, que Sua Majestade concebeu dele grandes esperanças e achou certo o que ele lhe dizia; com o que começou logo a pôr-lhe os olhos em cima por um dos melhores vassalos; quase num mês⁸⁹ se deteve a informar a Sua Majestade e depois pedindo-lhe licença se retirou às suas terras, a refazer-se de tantos estragos como lhe tinham feito tantas jornadas por reinos estranhos e regiões desconhecidas, com os incômodos

ram embarcação para Londres, de Londres se embarcaram para Lisboa. Recebeu-os El-Rei com a demonstração que merecia a sua fineza, granjeando com ela ficarem muito poucos portugueses servindo aos castelhanos. E destas e outras políticas lhe era necessário usar, para senão desvanecer a gloriosa e incerta acção que empreendera."

⁸⁷ A quinta de Alcântara seria a quinta real de Alcântara, que servia de logradouro ao futuro palácio real de Alcântara (FREIRE, João Paulo, *Alcântara, Apontamentos para uma Monografia*, Coimbra, IU, 1929, e CASTELO BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Câmara Municipal, 1969).

⁸⁸ Aprovisionamento e preparativos para combate.

⁸⁹ Até, pois, cerca de finais de Agosto de 1642.

de tantas façanhas arriscadas pelo que nele tudo era menos que poder servir e de acertar pois quando na Flandres pudera estar logrando aquilo que lhe daria e as esperanças lhe ofereciam, quis antes ser mais português que venturoso, e quando puder no descanso de sua casa, não lhe consentia o valor deixar a guerra como se os golpes foram lisonjas. Despedido enfim da corte se veio a Entre o Douro e Minho aonde se deteve quatro ou cinco meses⁹⁰, mas como o valor que o alentava não lhe consentia o descanso, a fidelidade que precisaria o despertou não que o tornasse ao trabalho em defesa da Pátria e aqui sabendo que Sua Majestade aproveitaria o exército para sair a compras⁹¹ pela província do Alentejo, se tornou à corte a oferecer a pessoa e a vida ao serviço da Coroa. Partiu ele logo⁹² para aonde se incorporava o exército, tendo como General o Conde de Óbidos⁹³, por mestre de Campo o General Joane Mendes de Vasconcelos⁹⁴, como General de cavalaria

⁹⁰ De Março/Abril a Agosto de 1643. Durante todo este período pouco se desenvolveu a guerra.

⁹¹ Ou seja, para fazer compras para aprovisionamento do exército.

⁹² Cerca de Agosto de 1643.

⁹³ *D. Vasco de Mascarenhas* (c.1605-1678), 1º conde de Óbidos (1636), 17º governador-geral do Brasil (1640), foi um dos primeiros governadores das armas nomeados por D. João IV, no caso do reino do Algarve, tendo, com o 1º conde de Soure, invadido Espanha. Foi ainda 2º vice-rei do Brasil (1663-1667) e depois 27º vice-rei da Índia (1652-1653).

⁹⁴ *Joane Mendes de Vasconcelos*, filho do grão-mestre da Ordem de Malta, Luís Mendes de Vasconcelos. Em 1625, na Guerra Luso-Holandesa, fez parte da Jornada dos Vassalos que recuperou São Salvador da Baía aos holandeses, ficando depois no Brasil, comandando um dos terços da guarnição daquela cidade. Quando em 1641 chegou ali a notícia da Restauração de Portugal dizem alguns autores que terá obrigado, de espada em punho, o marquês de Montalvão, então vice-rei do Brasil, a reconhecer essa situação. Partindo para Portugal continental foi governador das armas da província de Trás-os-Montes (1652-1656). Em 1658, já no Alentejo, comandou o cerco de Badajoz e conquistou Mourão, feito narrado por Frei António das Chagas in *«Mouram restaurado»*, a ele dedicado. Foi membro do Conselho de Guerra na Guerra da Restauração e encarregado por D. João IV de comentar o projecto de Ordenanças Militares de 1643, resultando as práticas depois seguidas e muita da regulamentação posteriormente impressa da sua influência. Deixou memórias escritas.

o Monteiro Mor⁹⁵ e o General de artilharia D. João da Costa, depois Conde de Soure⁹⁶, prémio bem merecido a seus serviços e trazem (...) sangue, pondo o exército a cargo de tão grandes fidalgos do reino se esperavam grandes progressos. Havia o exército de sair, a campear pelos princípios de Agosto⁹⁷, tempo em que o país era mui arriscado pela valentia do sol e intemperança da terra, mas todos aqueles fidalgos estimaram menos as vidas que as honras. Deteve-se contudo o exército até Setembro do ano 43, pelo feliz nascimento do Infante Dom Afonso, depois inscrito Rei de Portugal⁹⁸. Estando o exército ainda em Elvas⁹⁹, ocupou Sua Majestade a D. Francisco de Azevedo no posto de capitão de Infantaria, por patente, mas a que D. Francisco de Azevedo se opunha por ter já ocupado maiores postos, mas vendo que

(p. 42/43) já aqui era servidor de seu rei e da sua pátria, cedeu de pundonor por não faltar ao trabalho. Vendo a ocupação, e o

⁹⁵ Que, na altura, era *D. Francisco de Melo* (c.1575-c.1652), comendador de Pinheiro, na Ordem de Cristo, que participou em diversos episódios militares relevantes, entre eles, em 1625, o da recuperação da Baía aos holandeses. Foi um dos Conjurados de 1640 e, com seu irmão, D. Jorge de Melo, depois general das galés e membro do Conselho de Guerra, foi dos que mais instaram para que D. João, 8º duque de Bragança, futuro rei D. João IV, se pusesse à frente da insurreição portuguesa, utilizando-se a sua casa de Xabregas para as primeiras reuniões dos conspiradores. Depois da Restauração foi logo nomeado embaixador a França, para obter o apoio deste país, e foi depois general da cavalaria do Alentejo (1642-1644), participando na batalha de Montijo, sendo, mais tarde, nomeado governador do Algarve. Não se confunde com o militar homónimo derrotado na batalha de Rocroi.

⁹⁶ *D. João da Costa* foi feito 1º conde de Soure em 1652.

⁹⁷ De 1643.

⁹⁸ *D. Afonso VI* (1643-1683), apelidado de o *Vitorioso*, nascido em 21.08.1643, foi rei de Portugal e dos Algarves (1656-1683), o segundo monarca português da Casa de Bragança. Foi filho do rei D. João IV e de sua mulher, D. Luísa de Gusmão, que foi regente até 1662, altura em que foi afastada da regência pelo filho, por impulso do seu favorito, Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor. No seu reinado deu-se o fim da Guerra da Restauração, com o reconhecimento pela Espanha da independência de Portugal, razão para o cognome.

⁹⁹ A cidade de *Elvas*, na raia do Alto Alentejo, era uma praça forte do maior valor estratégico.

passou à de capitão de Couraças¹⁰⁰ com muitas recomendações aos generais: estava algo tanto a tropa diminuta, mas vendo os generais que entrava a governá-la tão grande soldado. Ficou a Companhia pelos soldados e pelo capitão, uma das melhores que no exército se achavam. Saiu o exército¹⁰¹ e tomou a marcha pela ponte de Olivença¹⁰² e foi demandar a Vila de Valverde¹⁰³, que se rendeu e arrasou, não com pequena resistência, por estar mui bem guarnecida de infantaria paga¹⁰⁴, mas como o exército era tão luzido, pelo número e qualidade, que não havia praça tão forte que se pudesse defender de tanto valor; foi contudo necessário fazer-se trincheiras e pelejar-se porfiadamente, algumas vezes aonde sempre se achou. D. Francisco de Azevedo com o valor que costumava e dali marchou o exército que se foi sobre Badajoz¹⁰⁵, que por estar mui guarnecida e não querer o exército fazer detenças a deixou e, carregando sobre a mão direita, foi destruindo e arrasando muitos lugares do inimigo, sendo que em todo este tempo se atrevesse o inimigo a opor-se ao nosso exército; tanto terror lhe faziam as armas portuguesas que, vendo padecer os vassalos e arder as terras ainda assim tinha por mais seguro os sofrimentos que a vingança; tomou-se a Vila de Alconchel¹⁰⁶ e deixada nela suficiente guarnição

¹⁰⁰ Capitão de couraças ou de couraceiros. ARAÚJO, João Salgado de, *Successos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castela*, Lisboa, 1644, 184 e 185, aonde se indica que no verão de 1643 D. Francisco de Azevedo ia por capitão de cavalos.

¹⁰¹ O episódio que a seguir se conta, da marcha sobre Badajoz, com a tomada de Valverde, Alconchel e Vila Nueva del Fresno, vem referido por CE, I, 422-434.

¹⁰² *Olivença*, na altura, era uma vila alentejana do reino de Portugal.

¹⁰³ No caso *Valverde de Leganes*, que era uma vila da Estremadura espanhola, província de Badajoz, perto de Olivença.

¹⁰⁴ A chamada *infantaria paga* era a composta pelas tropas de primeira linha, de soldados profissionais, sendo as tropas de segunda linha ou auxiliares as das milícias e as de terceira linha as das ordenanças.

¹⁰⁵ *Badajoz* era uma cidade da Estremadura espanhola.

¹⁰⁶ *Alconchel* era uma vila da Estremadura espanhola, a sudoeste de Badajoz, aonde ficava o castelo medieval de Miraflores.

se carregou sobre a Vila Nova Del Fresno¹⁰⁷, que também se rendeu depois de porfiada resistência. Em todas estas ocasiões se achou sempre D. Francisco de Azevedo, tendo a seu cargo os postos de maior consideração e maior perigo de que ele dava tão boa conta; como porém lhe não faltava valor para os defender e experiência para os governar. Eram já os fins de Novembro¹⁰⁸ e o inverno tão entrado que pareceu conveniente retirar o exército das inclemências do tempo e aqui deixando guarnição nas praças se retirou de Elvas, então Praça de Armas¹⁰⁹. Retirado o exército e a maioria da fidalguia ao descanso de suas casas; uns pelo trato do exercício, outros pela indisposição de saúde que naquela província muito se arrisca, ardendo o sol de dia e de noite, abrasando o frio. Ficou D. Francisco de Azevedo na praça, mas nos fins de Janeiro do ano 44, começando a achar-se indisposto pelo contínuo trabalho que, no exercício das armas tinha padecido, pedindo a Sua Majestade para se retirar a suas terras,

(p. 44/45) por ser o clima do Alentejo menos saudável e de-sejar D. Francisco de Azevedo que não se prolongasse a doença por não faltar ao serviço da Pátria com a pessoa; convalescido ele e achando-se já com algumas forças quis logo ir empregá-las no manejo das armas e se partiu a Lisboa a beijar a mão a Sua Majestade aonde tendo notícia de que Matias de Albuquerque¹¹⁰,

¹⁰⁷ *Villanueva del Fresno* era uma povoação da Estremadura espanhola, da província de Badajoz. Durante a Guerra da Restauração foi tomada e ocupada pelos portugueses em finais de Setembro de 1642, que lhe mudaram o nome para Vila Nova de Portugal, restituindo-a mais tarde.

¹⁰⁸ Novembro de 1643.

¹⁰⁹ Uma praça de armas era o local onde se faziam exercícios militares ou de formatura de tropas de uma guarnição. Praça-forte, praça ou fortaleza eram fortificações que apoiavam as populações locais em situação de perigo (assaltos, invasões, etc.) erigidas nas fronteiras ou em pontos estratégicos de um território.

¹¹⁰ *Matias de Albuquerque* (c. 1580-1647), 1º e único conde de Alegrete (1644), governador da capitania de Pernambuco (1625-1635), aonde se distinguiu na luta

depois Conde de Alegrete que então governava as Armas daquela província se dispunha a partir ao inimigo, o choque de Montijo¹¹¹, partiu logo, a toda a pressa por não perder ocasião nenhuma em que se pudesse arriscar e servir, mas já não achou outra coisa mais do que no caminho, as notícias de que o choque estava dado e com tão boa disposição, como se esperava de tão grande soldado como era Matias de Albuquerque; bem conhecido o seu préstimo do serviço da pátria e medo de Castela, e de todos os cabos que o acompanhavam, não valendo contra a sua força o valor e experiência do Barão de Golungen¹¹², que então era pela coroa de Castela e em expedição do seu general se achou governando aquele que do exército era general da Cavalaria castelhana. Chegou a Elvas D. Francisco de Azevedo dando os parabéns ao general de tão bom sucesso e tão sentido de não achar-se na facção que bem podia dar-lhe os pêssames; fez-lhe grandes honras o General nele esperando a ocasião em que recuperasse o (...) achado na Vila de Montijo, como se faltasse aos perigos, fora perder os cómodos; ocupando o general apenas facções de risco, como nas empresas do Concelho, chamando a todos e dando-lhe parte dos negócios de maior importância como quem conhecia o seu valor e experiência, aonde

com os holandeses, foi preso, por intrigas, por Filipe III de Portugal no regresso ao reino (1635-1640) e libertado pelos Conjurados logo após a Restauração, sendo então nomeado governador das armas do Alentejo, cargo que exerceu por três vezes, obtendo a importante vitória de Montijo.

¹¹¹ *A batalha de Montijo* foi travada em 26.05.1644 em território espanhol, perto da fronteira e junto da vila de Montijo, entre o exército português, comandado por Matias de Albuquerque, com 6000 homens de infantaria, 1100 de cavalaria e 7 canhões, e o exército espanhol, comandado pelo barão de Mollingen, com 6000 homens de infantaria e 2500 de cavalaria. Foi a primeira grande batalha da Guerra da Restauração e resultou numa importante vitória militar e, sobretudo, política portuguesa, porque trouxe grande ânimo e prestígio internacional a Portugal, mostrando que conseguia bater, em batalha campal, o exército espanhol, à época o mais poderoso da Europa.

¹¹² Aliás *barão de Mollingen* e não, por corruptela, Golungen, militar alemão ao serviço de Espanha, general da cavalaria, comandou as forças espanholas na batalha de Montijo e, mais tarde, governou as armas da Estremadura.

ele votava tão acertado que bem dava a conhecer o que tinha de soldado e de entendido e de zeloso do serviço do rei.

Tendo aqui notícia de que em Talavera¹¹³, estava alojado um troço da cavalaria inimiga, que seriam cinco quase seis tropas se intentou degolá-las e depois de várias controvérsias no concelho, se encarregou a facção ao Monteiro Mor. Capitão da cavalaria, saído da praça de Olivença, com a cavalaria e infantaria que ali estava, conhecendo na pessoa de D. Francisco de Azevedo, valor e experiência quando aquela facção lha encomendou, ficando de refém na Ribeira de Valverde¹¹⁴, e o mandou com a sua tropa e mais trinta cavalos, com que fazia cento e trinta, pequeno número das tropas se não fora tal o cabo e os soldados. Entregue D. Francisco de Azevedo da facção a começou a dispor

(p. 46/47) como tão grande soldado nesta formação. Em buscando ele com os cem cavalos em um bosque que ali fazia a campanha; e mandou os trinta cavalos a cargo do seu tenente Lopo de Sequeira¹¹⁵ que corresse a campanha e que se tem pressa nos gados essa retirada, se as tropas os seguissem, fossem pouco a pouco, sangrando as presas e trazendo-as para junto às dele aonde estava essa emboscada. Com esta ordem partiu o tenente Lopo de Sequeira e as

¹¹³ *Talavera [la Real]* era uma vila da Estremadura espanhola, da província de Badajoz. Esta escaramuça ocorreu em Agosto de 1644.

¹¹⁴ A *ribeira de Valverde*, no concelho de Évora, era um ribeiro afluente da ribeira das Alcáçovas, na zona da cabeceira do rio Sado, muito próxima do centro de distribuição que separa as três grandes bacias hidrográficas do Tejo, do Sado e do Guadiana.

¹¹⁵ *Lopo de Sequeira*, capitão de cavalos, esteve também presente numa escaramuça no Carrascal de Mourão em 24.07.1651, recordada na narrativa de Mateus Rodrigues (in FREITAS, Jorge Penim de, in *blogue.guerradarestauração*). A ele se refere o CE em 1650, por ter emboscado e derrotado uma coluna de espanhóis que regressava com um saque (II, 333) e em 1651 narrando a sua morte aquando de sortida da cavalaria a Badajoz “*Retirou-se desta ocasião tão mal ferido o capitão de cavalos Lopo de Siqueira, que brevemente acabou em Elvas a vida. O Príncipe, informado do valor com que havia procedido em várias ocasiões, o honrou com tantos favores, que, se não tiveram poder para lhe restaurar a vida, tiveram virtude de lhe imortalizar a opinião, de que os Príncipes com acções semelhantes costumam ser os mais próprios cronistas.*”

guardou com tão boa disposição e valor que as tropas começaram logo a mover-se e a segui-lo; veio, retirando-se e largando a presa até que não tendo já que largar e formando-se quietas as tropas inimigas, vendo que não se conseguia o fim da empresa se chegou a elas valorosamente. E ele deu uma carga; as tropas sentidas do dano logo lhe fizeram corridas do valor português, logo arrancaram a segui-los, mas apenas se abalaram, D. Francisco de Azevedo rebentou com os cem cavalos e os atacou de sorte que avançando-se com eles com tanto e grande valor e disposição que em três tempos os degolou, não lhe escapando daquele grupo mais que coisa de trinta cavalos que ligeiramente voltaram a socorrer-se de Badajoz. Foi este sucesso, um dos mais aplaudidos que tiveram fora das batalhas, as mais portuguesas e, na verdade, para quem considerar bem a desigualdade que mais de cem cavalos a (...) tropas, conhecera o mesmo que D. Francisco que deu mais glória a Portugal com o seu valor e disposição, executada tão felizmente numa ocasião de tanto porte, como D. Francisco de Azevedo era tão grande soldado e tinha tanta experiência; recolhendo os despojos e entendendo que o Barão de Golungen, que estava em Badajoz, avisado dos soldados que tinham salvado as vidas na ligeireza dos cavalos havia de intentar a vingança, preveniu, advertida e brevemente todos os incidentes que podiam suceder, pondo sentinelas nos lugares convenientes, e descendo a Ribeira de Valverde a dar conta do obrado ao general da Companhia que ali ficara, que recebeu com as honras que merecia quem vinha de obrar uma acção tão valorosa; deu-lhe conta D. Francisco de Azevedo como as tropas ficaram degoladas e entendia que o Barão de Golungen, General da cavalaria inimiga, viria serenamente a buscá-los, porque ele advertia, como prevenção. Não se enganou D. Francisco de Azevedo porque logo as sentinelas avisaram que o inimigo vinha¹¹⁶. Era já tarde e o inimigo vinha

¹¹⁶ No mesmo dia de Agosto de 1644.

(p. 48/49) com passo apressado e aqui colheu ao General desaperecebido, como que fosse algum destroço e ainda fora maior se o dia o ajudara; que suposto se pelejasse valorosamente na guerra, vale mais a boa forma que o grande valor. Foi a nossa Cavalaria e Infantaria, afirmando-se passando a Ribeira que D. Francisco de Azevedo ficou com a sua tropa fechada e formada com a retaguarda ao inimigo, fazendo costas aos que se retiravam, sem que nunca os castelhanos se atrevessem a intentar rompê-la, parecia quase que o Velho lhes fazia terror. Somente, um sangrento movimento castelhano veio pelo lado esquerdo, topando com a espada em alguns soldados, até que fez o mesmo em D. Francisco de Azevedo, dando-lhe uma grande pancada na cabeça. Mas a este não o desmaiaram os golpes castelhanos. Apertando as pernas ao cavalo valorosamente o fez pagar aquele atrevimento com a vida, passando-o com a espada pelos peitos. Entrada já a noite se veio retirando e recolhendo os feridos e destroços da Campanha; mandando tocar os clarins e para que não ficasse nada exposto ao dano do inimigo e aqui salvou Sua Majestade até Meseta, em Olivença, segura já do perigo. Começou aquele dia com o maior e feliz sucesso que pode imaginar-se e, certamente, acabara ainda com valor não menos ditoso se as horas dessem tempo à prevenção. Mas o que o Senhor dos Exércitos e General das Vitórias por sua Divina Providência o dispôs de outra maneira; dele tirou D. Francisco de Azevedo reputação entre os próprios e os estranhos e deu glória a Portugal causando assombro a Castela¹¹⁷.

¹¹⁷ CE, II, 72-73, narra estes dois recontros da seguinte forma “*Soube neste tempo o Conde de Alegrete que se alojavam em Talavera, duas léguas acima de Badajoz, três companhias de cavalos, as quais costumavam sair com pouca cautela a qualquer rebate, na confiança de terem o socorro pouco distante. Ordenou o Conde ao Monteiro-Mor que saísse de Olivença a armar a estas tropas com 600 cavalos e dois terços de infantaria governados pelo mestre de campo Francisco de Melo. Saíu de Olivença o Monteiro-Mor, e avançou o capitão D. Francisco de Azevedo com 200 cavalos, com ordem que se emboscasse no lugar mais vizinho a Talavera que lhe fosse possível, e que saindo as tropas provocadas de algumas prêsas, que junto da praça haviam de fazer poucos cavalos, pelejasse com elas e que, desbaratando-as, se*

Chegando a Olivença, e deixados ali os feridos pagou pelos que tinha tomado das tropas que degolara e partiu logo, vindo a amanhecer à ponte de Olivença, e dali a Elvas, dando conta ao

*podiam retirar sem perigo da cavalaria de Badajoz, porque na ribeira de Valverde o ficava aguardando. § Sai de Olivença o Monteiro-Mor; manda D. Francisco de Azevedo armas às tropas de Talavera § Marchou D. Francisco, e avançando o tenente Francisco Leote com 20 cavalos a pegar em algum gado que andava na campanha, saíram a defendê-lo as três tropas com 150, e o tenente com muita destreza os veio meter na emboscada. Investiu D. Francisco com tanta resolução os castelhanos, que voltaram as costas. Seguiu-os até Talavera e tomou-lhes 120 cavalos, entrando nos prisioneiros os tenentes e alferes das companhias. Brevemente chegou a Badajoz a notícia deste sucesso. Mandou logo o Marquês de Torrecusa sair o Barão de Mollingen com 600 cavalos, e ordenou-lhe que marchasse direito à ribeira de Valverde, pôrto certo que haviam de buscar as tropas que haviam ido a Talavera. § Desbarata D. Francisco as tropas. § Marchou o Barão com toda a diligência, mas primeiro chegou D. Francisco a se incorporar com o Monteiro-Mor. Foi recebido com grande aplauso, e contentamento e embaraçou de sorte a prudência que, sendo conveniente passarem logo o rio as tropas e terços, para ficarem livres de novo empenho, se detiveram com infeliz curiosidade em examinar as ruínas de Valverde, e deram com esta dilação tempo ao Barão de Mollingen a chegar à vista delas. Tocaram as da vanguarda vivamente arma, e o primeiro rebate introduziu de sorte a confusão que, havendo passado a ribeira o tércio de Francisco de Melo e parte do de Eustáquio Pich, as tropas que estavam todas por passar o rio fizeram alto com as caras nêle, e deixaram com a frente aos inimigos três companhias de paisanos montados em éguas que vinham da retaguarda. Estes, tanto que viram que os castelhanos chegavam perto, sem haver respeito que os detivesse, passaram a ribeira e fugiram para Olivença. Comunicou a sua desordem tal embaraço nas outras tropas que, espalhando-se entre todas uma voz que dizia que se retirassem a bom passo, lhe obedeceram com tanta pressa que, não valendo o respeito do general, nem dos oficiais e fidalgos que quizeram detê-los, à rédea solta caminbaram para Olivença. § Chega Barão de Mollingen com as tropas de Badajoz. § Não tardou o Barão de Mollingen em se valer deste desatino. Carregou furiosamente; porém, detido de algumas cardas que deu a infantaria que estava no pôrto, sobreveio a noite, que serviu de total remédio aos que fugiram, porque os castelhanos, ainda que passaram a ribeira em outro lugar, receando os acidentes que costuma a originar o escuro, e com a memória fresca do sucesso de Montijo, não seguiram muito tempo o alcance. Fizeram prisioneiros 30 soldados de cavalo, ficaram mortos outros tantos, e havendo-se recolhido a um moinho o sargento-mor João Tavares com três capitães de infantaria, os renderam sem lhes fazer dano. Os prisioneiros e os capitães, que havia tomado D. Francisco de Azevedo, tinham passado para Olivença antes que o inimigo chegasse. Ficou ferido o visconde D. Diogo de Lima, que pelejou valorosamente, e Estêvão da Cunha, quando resistiam com as mais pessoas de qualidade e oficiais, que detiveram com o Monteiro-Mor o primeiro ímpeto dos castelhanos. Não foi a perda muito considerável, mas a desordem fêz esta ocasião muito desairosa, sendo grande o excesso que havia do nosso poder ao dos castelhanos.”. vd. ainda a *Relação de alguns sucessos, que na Fronteira de Olivença teve Francisco de Mello General da Cavallaria, & de hum estratagemas que os nossos fizeram ao inimigo*, Lisboa, na oficina de Domingos Lopes Rosa, ano de 1644.*

general Matias de Albuquerque que o recebeu nos braços e com grande aplauso, se bem sentido que não lograsse tão feliz princípio. Vendo El Rei de Castela o mau sucesso que tinham as suas Armas e os venturosos progressos que faziam as de Portugal, formou um poderoso exército a cargo do Ferracusa¹¹⁸, que nomeou por seu General de Armas, pessoa de valor genial. No meio de Outubro do ano de 44. Saiu de Badajoz o Ferracusa, com grande poder e muita Artilharia e Cavalaria, fazendo ponta a buscar Campo Maior¹¹⁹ a fim de inserir o nosso poder na guarnição daquela praça e ainda se resolveu a buscar a praça de Elvas, e, com efeito, marchou com vagarosa marcha; foram grandes as esperanças que Castela concedeu e não pequenos os ciúmes de Portugal tanto que

(p. 50/51) obrigaram ao Senhor Rei Dom João a passar-se a Évora, assim como com sua pessoa dar calor ao apresto¹²⁰ da defesa como com o afecto da sua vista animar aos soldados e achar-se valoroso em sua companhia se necessário fosse.

Chegado o Ferracusa à vista da praça tomou quartel em um baixo, livre da artilharia e se deteve ali dois dias sem fazer outro movimento que a jogar-se a mosquetaria de uma e outra parte e alguns tiros de artilharia que da praça laborava mas com pouco efeito.

Resolveu o Ferracusa, que ali na praça determinou carregar a artilharia em um lugar eminente que senhoreava a praça a que chamavam o (...) e mandou marchar acompanhada da infantaria e cavalaria; e mandou adiante um troço de cavalaria que constava de 6 grandes tropas a franquear (...) Achava-se Elvas¹²¹ com duas tropas de cavalaria, sendo uma, a de D. Francisco de Azevedo e

¹¹⁸ O marquês de Torrecusa.

¹¹⁹ *Campo Maior* era uma vila raiana portuguesa do distrito de Portalegre.

¹²⁰ Pode aqui entender-se como dar ânimo aos soldados arregimentados para a defesa.

¹²¹ Em 01.12.1644 (CE, II, 77).

a outra de um capitão francês¹²²; e estas, veladamente, entraram de guarda naquele posto que tocou naquele dia¹²³ a guarda a D. Francisco de Azevedo, tendo já notícia que a cavalaria inimiga em grande número se encaminhava para aquele posto, mas a ele não abalava esta notícia, antes como já não temia a multidão castelhana teve a nova por alvitre e se foi ao seu posto, aonde se formou logo bem junto dele o inimigo com a cavalaria que tinha e com o seguro da infantaria que na retaguarda vinha chegando; estando aqui formados a tiro de carabina. Vendo D. Fran.º de Azevedo que o arrojo era temeridade e a retirada vergonha, e como era tão experimentado e tão grande soldado quis que o ardil suprisse o poder e assim estando com a tropa fechada deu ordem ao seu tenente, Lopo de Sequeira, que passasse palavra à tropa diante de quem estava, e D. Franc. de Azev. tivesse sentido nele e que no campo havia de fazer em umas pontas a um e outro lado e havia de voltar sobre o lado direito, fizesse no mesmo tempo a mesma volta sem se descompor; assim o executou o tenente e tendo avisado D. Franc. de Azev. que a ordem estava passada, fiado na boa disciplina com que trazia os soldados o seguiriam, ajustadamente se começou a revolver diante da tropa e fez aquela volta abalando-se logo, com seu seguimento, a tropa inteira tão desfiguradamente¹²⁴ quando imaginando os inimigos lhe fugia, arrancando a segui-los a acharam outra vez fechada e formada, no meio de si e acometendo-os tão valorosamente que não tiveram outro remédio que valer-se dos pés, contra as suas mãos começando logo a descompor-se

¹²² Assim o confirma o CE, II, 77, que diz que D. Francisco foi um dos que ficou dentro da praça de Elvas e identifica o capitão francês como Henry de Lamorlaye, o mesmo que, sendo capitão da sua guarda, em plena batalha de Montijo cedeu o seu cavalo ao general Matias de Albuquerque (CE, II, 56-70) .

¹²³ 03.12.1644.

¹²⁴ Porventura o mesmo que “de modo tão alterado”.

(p. 52/53) e a fugir e os terços da infantaria e artilharia que marchavam, tornando-se a topar-se com o Ferracusa que se passava de ver aquele forçado que veio buscar a D. Franc. de Azev. o cabo que governava aquela partida e que dizia ser um tenente general, e chocando ambos valorosamente lhe meteu o castelhano a espada pelo braço direito junto ao lagarto¹²⁵, mas não a levou tão folgada que lhe não custasse a vida, levando-o com a espada pela garganta e logo caiu morto. Veio outro cabo a socorrê-lo e metendo uma pistola a D. Franc. de Azev. o varou com uma bala, segunda vez o mesmo braço resolveu D. Franc. de Azev. sobre ele e suposto lhe chegou ainda com a espada, como as feridas o tinham mui sangrado lhe não fez dano, mas também o apagou ficando no campo sem vida. Não foram as feridas estorvo a D. Franc. de Azev. deixasse de seguir por sua pessoa, tão venturosa ocasião e com tal aperto que os castelhanos por fugir mais ligeiros iam tão cegos que treparam às oliveiras, e uns nelas se faziam pedaços, outros acabaram ao fio da espada, fazendo uma só tropa perder a castelhanos as vidas e desalojando estas tropas com um poderoso exército na retaguarda do posto em que estavam formadas, destroçando-as de sorte que viu bem o seu General destroçar, indo-se lá dar toda a cavalaria e infantaria que fugindo escapara. Seguiu D. Francisco o bom sucesso e recolhendo a tropa sem a perda de um só soldado e poucos feridos, se veio formar no mesmo posto, porque os inimigos tinham ocupado, sem a vista da praça e das trincheiras que estavam guarnecidas de infantaria que se chegara acima a guarnecer aquele posto, e D. Franc. de Azev., acenando a chamava, porque no auge da peleja não perdia o acordo, fora aquele um dos mais gloriosos dias de Portugal¹²⁶.

¹²⁵ Lagarto é o músculo do braço, denominado bíceps.

¹²⁶ O CE, II, 78, também narra este episódio, como ocorrido no lugar do Outeiro do Casarão: *“Porém, os nossos soldados impacientes deste sucesso, tornaram a avançá-los e três vezes os desalojaram. Na última lhes acudiu a cavalaria, a que se*

Formado D. Franc. de Azev. no posto referido, sem embargo das dores das feridas e desalento da falta do sangue, não queria largar a campanha, se o não persuadissem os sermões de Manuel de Melo¹²⁷, porteiro mor¹²⁸, que valorosamente o tinha acompanhado e do capitão francês¹²⁹ que também com o seu tenente quiseram vir mostrar na ocasião o valor que os acompanhava.

Obrigado por estas persuasões se recolheu à praça e o general o veio esperar às portas, fazendo-lhe grandes honras aplaudindo-o e abraçando-o repetidas vezes, dizendo-lhe que era a honra de Portugal e do mundo. O valor de que este e toda aquela praça tinham sido testemunhas, obrando-se a facção, diante dos seus olhos e o acompanhou até o seu quartel, assistindo a todas as curas com toda a fidalguia que ali se achava e nela o mandou visitar Sua Majestade agradecendo-lhe e dando-se por bem servido de tão valorosa empresa.

Ficou o inimigo tão quebrantado do sucesso, que sem esperança de poder conseguir felicidade mais que nenhum intento, vendo que nos portugueses havia valor a rebater e manha a intentar, levantou o quartel, na outra noite seguinte, e à meia-noite, começou a tomar a marcha, em soprada ribeira do Caia que dali a Badajoz aonde se retirou e Sua Majestade outra vez à corte de Lisboa.

opôs o capitão D. Francisco de Azevedo com 80 cavalos, e pelejou tão valorosamente que obrigou as tropas inimigas a se retirarem. Fêz o mesmo a sua infantaria, que a nossa desalojou, e mandando Luis da Silva tocar a recolher, se retiraram todos, trazendo D. Francisco de Azevedo duas grandes e gloriosas feridas; alguns soldados nossos sentiram o mesmo dano. Os castelhanos tiveram considerável perda não só na contenda, mas da artilharia do castelo, que tôda sem cessar jogava contra êles, e de quantidade de barris de pólvora seus, em que por descuido se pegou fogo.”

¹²⁷ Manuel de Melo (m. 1695) porteiro-mór, capitão de uma das Companhias da Guarda Real, alcaide-mór de Campo Maior, governador da cavalaria do Alentejo, membro do Conselho da Guerra, regedor das Justiças e, ficando viúvo, grão-prior do Crato na Ordem de S. João de Malta (ACS, XII, I, 219).

¹²⁸ O porteiro-mór era o oficial da Casa Real que tinha por função abrir a porta da sala aonde estava o rei.

¹²⁹ O dito Henry de Lamorlaye.

Prosseguira a cura de D. Franc. de Azev. com o cuidado que pedia a importância da sua pessoa e já convalescido das feridas julgaram os cirurgiões que seria conveniente tomar os banhos das caldas¹³⁰, melhor se desembaraçassem com esta resolução se veio D. Franc. à Côrte, com licença do seu General, aonde Sua Majestade lhe fez mercê da Comenda de Punhete¹³¹ e lhe fez muitas honras e agasalhos, como quem conhecia o seu merecimento.

Nesse mesmo tempo¹³² se consertou de casar com D. Ana¹³³ de Brito e Noronha, sua prima, filha de Lopo de Brito e de D. Maria de Alcáçova, senhora das mais ilustres casas de Portugal. Ajustado o casamento se veio a Guimarães a tomar as caldas¹³⁴ e daí voltou a Lisboa.

Dispondo com a riqueza de seu engenho, e dele, fez serviço do rei, de maneira que desde então seguiu sempre a cavalaria em todas as fronteiras daquele ditame.

Tendo a cavalaria a seu cargo mostrou que aquele cabo sabia tão bem mandar, como soldado acertara a obedecer, e que dispunha com a ordem tanto adversidades como valoroso cortava com a espada não faltando a todos os incidentes com tanta prevenção que mais parecia adivinhar o futuro, achando-se presente em todas as ocasiões, tendo aos soldados superiores incutida a ordem e como companheira a peleja.

Governava em aquela província¹³⁵ as Armas, Martim Afonso de Melo¹³⁶, conde de S. Lourenço, também benemérito de todo

¹³⁰ Ou seja, de termas.

¹³¹ Comenda de S. Julião de Punhete, hoje Constância, na Ordem de Cristo.

¹³² Em Lisboa, 1645, teria D. Francisco 29 anos.

¹³³ Era antes *D. Maria*, sendo estranho este lapso do autor, que mais à frente corrige, no nome da própria mãe, porventura revelador de que não reviu o que escrevera.

¹³⁴ Seriam as *Caldas de Caldelas* ou *das Taipas*, na freguesia de Caldelas, hoje vila de Caldas das Taipas, a 6 km de Guimarães, cujas termas são conhecidas e exploradas desde o tempo dos romanos.

¹³⁵ A do Alentejo. Inícios de 1647.

¹³⁶ *Martim Afonso de Melo* (c.1600-1671), 2.º conde de São Lourenço, um dos 40 Conjurados de 1640, membro dos Conselhos de Estado e da Guerra, governador

o lugar; por seu valor, zelo e experiência que apregoa a fama ali em nosso Portugal, como nos reinos estranhos e era Marechal de Campo¹³⁷ o general Joane Mendes de Vasconcelos, também não pouco conhecido pelas suas acções, em tudo filhos do seu sangue e o general de artilharia André de Albuquerque¹³⁸, fidalgo de bom valor e reputação, que trazia a valentia tão herdade como pregoadada ainda os mais temerosos o estimassem e a cavalaria estava sem general, governada por D. Franc. de Azev.¹³⁹ que em muitas ocasiões a ajudou e a livrou de muitos riscos como se fora o sucesso que agora referiremos: estava o barão de Golungen picado e ainda com a mágoa das tropas que D. Francisco lhe havia degolado sobre a colina de Valverde e ali quis vingar-se e entendeu que só podia ter bom sucesso tomando a sua lição e a seguiu, contudo, tão bem estudada que D. Franc. de Azevedo não fora tão experimentado, a conseguira, porque mandou uma partida de cavalos pequena, de vinte a trinta cavalos a correr Vila Boim¹⁴⁰ e os arredores de Vila Viçosa¹⁴¹ e outros pequenos lugares abertos algumas vezes, correndo a notícia na praça e mandou logo D. Franc. de Azev., com ordem do general repartir sentinelas para que a visagem quando entrando um dia viessem as sentinelas dar conta de que os vinte cavalos eram entrados à correria e pela praça se dava o aviso ou

das armas do Alentejo, vedor da Fazenda e gentil-homem da Câmara do infante D. Pedro (futuro rei D. Pedro II).

¹³⁷ Ou melhor, mestre-de-campo general.

¹³⁸ *André de Albuquerque Ribafria* (1621-1659), 4.º alcaide-mór do castelo e vila de Sintra, senhor da Torre de Ribafria, mestre-de-campo general da província do Alentejo, um dos melhores generais da cavalaria portuguesa durante a Guerra da Restauração, comandante da vitória da batalha de Arronches (08.11.1653), apesar de a combater ferido. Morreu na batalha das Linhas de Elvas em 14.01.1659.

¹³⁹ Que em inícios de 1647 foi nomeado pelo rei tenente-general de cavalaria do Alentejo, ficando por governador das armas Martim Afonso de Melo, general de artilharia André de Albuquerque e comissário-geral Achin de Tamericourt (CE, II, 226).

¹⁴⁰ Freguesia do concelho de Elvas, que confronta a sul com o concelho de Vila Viçosa. Tinha um castelo que foi destruído na Guerra da Restauração.

¹⁴¹ Vila do distrito de Évora, na altura sede do ducado de Bragança.

por virem os castelhanos mui encobertos não descobriram o grosso da cavalaria, que seriam mil cavalos com que o barão de Golungen se emboscara em um baixo da sua terra. Chegado o amigo

(p. 58/59) achava-se D. Franc. de Azev. na praça com as tropas e despediu logo as suas a buscar partida que havia entrado, mas como era tão grande soldado, prevenidamente lhes deu ordem de não se encontrarem com o inimigo e formados fossem pelejando a tiro de pistola, e ele lhe saía na retaguarda com a sua tropa, mandando sempre saber o que o inimigo obrava e vindo-lhe avisar que a partida se ia retirando e largando a presa pouco a pouco; como tinha sido o inventor da praça, logo conheceu o arдил, mas como nas acções militares se nega muita informação a que qualquer acordo não se perdoou a nenhuma diligência, encostando-se à torre da quinta de El Rei que estava a légua e meia da praça e descobre boa parte da companhia a tomar língua, com o calor que ali estava, governando umas mangas de infantaria se, no monte se descobrira alguma coisa a que responder que por vezes se tinham mostrado três homens e logo se tornando a encobrir, tanto que D. Francisco teve esta notícia, como era tão experimentado teve, por certo, o que suspeitava e ali despediu logo ordens para que as tropas, deixando alguns salvadores se viessem incorporar com eles e avisou ao General para que com a infantaria que ali se achasse, se viesse chegando, porque se o inimigo intentasse alguma facção, que logo veio com valor e ali rebentaram de detrás do monte alguns batedores castelhanos com as espadas nas mãos, a disfarçar o poder que estava emboscado. Mas D. Franc. de Azevedo com as tropas formadas em um lago e que fazia a campanha esperava valorosamente a destruição do inimigo. Vendo o pouco efeito que sortira a traça tomou a marcha de Badajoz e faziam uma tal poeira que se entendeu que trazia todo o seu poder da cavalaria enquanto não aprendeu bem a lição de D. Franc. de Azevedo, trazendo contra as tropas todo o grosso e D. Francisco, degolando-lhe as

tropas como fora na ocasião de Talavera, com assombro do mundo como já deixamos referido, mas como vira tanta vantagem de valor a valor aqui a trazia de poder a poder.

Foi o dia excessivamente calmo e o sol naquela província

(p. 60/61) mui nocivo e como D. Franc. de Azevedo se não tinha poupado a nenhum trabalho apanhou todo o pesado sol com o que começou logo a achar-se indisposto não sendo esta a vez primeira que o serviço do Rei lhe tinha ocasionado doenças, mas a vinda do Espírito supria as forças do corpo e o derradeiro de Agosto¹⁴² as alentava o que o quebrantavam, com o que ainda esteve de cama alguns dias, em que mandou fazer muitas correrias ao inimigo, com grande perda de Castela e de reputação de Portugal, até que apertado de umas sezões¹⁴³ malignas, como não era bronze, houve de obedecer ao achaque, que foi de sorte que ele e toda a sua casa, sua mulher e seu filho¹⁴⁴, então único e de poucos meses. Foram visitados todos os dias pelo general, e toda a fidalguia andava pesarosa de ver naquele estado uma pessoa tão importante ao bom sucesso das Armas portuguesas.

Começou, depois de algum tempo, a declinar a doença, mas como o clima é tão danoso que passou por conselho dos médicos e licença do general a Estremoz aonde, ainda doente, não perdia ocasião de inquietar ao inimigo, mandando-lhe fazer uma correria de maior importância e daí se veio a convalescer a Entre Douro e Minho pela melhoria dos ares, com licença de Sua Majestade que vendo o bem que naquele posto tinha obrado, o deixou estar vago um ano, esperando por ele¹⁴⁵, mas foram de sorte as sezões que durante anos o perseguiram.

¹⁴² De 1647.

¹⁴³ Acesso violento de febre intermitente, provavelmente paludismo.

¹⁴⁴ Então D. Manuel de Azevedo e Ataíde, nascido nesse ano de 1647.

¹⁴⁵ Pelo que esteve em convalescência durante, pelo menos, um ano, do verão de 1647 ao de 1648.

(p. 62/63) Mandou Sua Majestade a D. Franc. de Azevedo, por carta régia, governar aquela província¹⁴⁶.

Entrado a governá-la começou logo a entender o exército dos soldados, fazendo-os exercitar as armas com acerto e destreza e tendo pela experiência conhecido que o melhor prognóstico de um exército é ter os soldados contentes, lhes mandou fazer os pagamentos que se lhes deviam atrasados. Visitou todas as praças aonde os soldados o recebiam com grande aplauso e com demonstrações de grande gosto, dando-lhe vivas e lançando os chapéus ao ar, sinal do que folgaram de ter um tão grande general. Três ou quase quatro meses governou aquela praça o Visconde de Ponte de Lima¹⁴⁷ que não deu a ela grande zelo e limpeza no serviço real, como sempre tinha visado, em todos os postos que ocupava (...) outra vez ao visconde no governo, se tornou D. Franc. de Azevedo ao seu estado de Barbosa¹⁴⁸, mas tornando o visconde à Corte, o tornou a mandar Sua Majestade aonde arranjaría ocupação, por ter conhecido o seu préstimo¹⁴⁹.

Achava-se esta província com duas tropas de cavaleiros que serviam a guarnição de Salvaterra¹⁵⁰ e um só terço de infantaria, mas

¹⁴⁶ De Entre-Douro-e-Minho, de 1649-1650. Em 1649 foi governador interino, na ausência de D. Diogo de Lima, 8º visconde de Vila Nova de Cerveira (CE, II, 303). D. Francisco passou, pois, no entretanto, do exército do Alentejo para o desta província, porventura também por razões de saúde.

¹⁴⁷ Trata-se do 8º visconde de Vila Nova de Cerveira e não, como certamente por lapso se indica, visconde de Ponte de Lima. Na verdade, os viscondes de Vila Nova de Cerveira eram alcaides-móres de Ponte de Lima mas só na segunda metade do séc. XVIII foram feitos marqueses daquela vila, nunca tendo existido o título de visconde da mesma. O dito 8º visconde de Vila Nova de Cerveira foi D. Diogo de Lima (1615-1685), que começou por seguir a carreira eclesiástica, que depois deixou para suceder na casa de seus pais e seguir a carreira militar. Foi por três vezes governador das armas do Entre-Douro-e-Minho (1650-1655; 1657-1658; 1658-1660), membro do Conselho de Estado e do Conselho da Guerra, estribeiro-mór de D. Afonso VI e presidente da Junta do Comércio.

¹⁴⁸ Leia-se à honra de Barbosa, em Penafiel de Sousa.

¹⁴⁹ Em 1654 D. Francisco ficou novamente governador interino das armas, na ausência de D. Diogo de Lima (CE, II, 441).

¹⁵⁰ *Salvaterra do Minho* (Salvatierra do Miño), era uma vila raiana galega, situada a 2 km de Monção. Durante a Guerra da Restauração esteve sob domínio de

já diminuto por lhe haverem morto alguns soldados, e vendo, com a sua experiência, que era pouca a gente a que sustentar aquela província, avisou as (...) do Estado desta e que se era necessário o levantamento mais duas tropas e um terço de infantaria como auxiliares e que ele se oferecia ao trabalho daquela expedição a que Sua Majestade confiava respondeu com as ordens necessárias para o efeito. Mas quando D. Franc. de Azevedo começava a entender-se neste negócio veio D. Álvaro de Abranches¹⁵¹ com o governo do Porto e da província; D. Francisco, outorgando a governação ao mestre de campo, Francisco Peres

Portugal de 1643 a 1659, período durante o qual lhe foi construída uma fortaleza abaluartada. Em resposta, as forças espanholas procurando ocupar Monção, contornaram a cabeça-de-ponte portuguesa em Salvaterra e cercaram-na com várias fortificações. O forte de Fillaboa, ainda em obras, foi assaltado e arrasado por 2000 infantes e 50 cavaleiros portugueses, sendo reerguido imediatamente pelos espanhóis. A atalaia de San Pablo, poucos meses após ser concluída, também foi atacada e destruída pelos portugueses, para ser reconstruída pelos espanhóis. Este conjunto de fortificações cumpriu o seu papel ao permitir a investida das forças espanholas, sob o comando do governador e capitão-general da Galiza, D. Rodrigo Pimentel, marquês de Viana, sobre Monção, apoiada pela artilharia do forte de Santiago de Aitona. Após terem atravessado o rio Minho na altura de Lapela, impuseram assédio a Monção em 07.10.1658, que se prolongou por quatro meses, até 07.02.1659, data em que a exaurida guarnição finalmente capitulou. As tropas portuguesas cercadas em Salvaterra capitularam dez dias depois. O forte construído pelos portugueses em Salvaterra apresentava uma planta quadrilátera irregular, com o lado mais destacado face ao rio (leste-oeste). As dimensões rondariam os 100 por 200 metros. As frentes voltadas para terra eram abaluartadas, com quatro baluartes e dois meios baluartes, e a frente voltada para o rio, defendida pela pendente natural do terreno, apresentava apenas uma grande cortina exterior e um muro de gola situado no alto, o qual corria quase paralelo ao anterior. No alçado oeste era rodeado por um caminho coberto com um revelim. Na metade norte, na noroeste e em toda a frente leste era protegida por uma falsa braga com um fosso. Acedia-se ao recinto por duas portas.

¹⁵¹ D. Álvaro de Abranches (n. ? – f.1660), morgado de Abranches, comendador de São João da Castanheira na Ordem de Cristo, participou em 1625 na reconquista de S. Salvador da Baía aos holandeses e foi um dos Conjurados de 1640, sendo o primeiro que fez subir a bandeira portuguesa, de novo, em Lisboa, e, assenhoreando-se do castelo de S. Jorge, soltou Matias de Albuquerque e Rodrigo Botelho. Foi depois governador de Abrantes, membro da Junta dos Três Estados, mestre-de-campo general na Estremadura e membro do Conselho de Estado e do Conselho de Guerra, governador das armas da província da Beira, saqueando várias vilas espanholas, e da província de Entre-Douro-e-Minho (1649), incluindo a cidade do Porto.

(p. 64/65) da Silva¹⁵², se tornou a retirar à sua quinta do Faial¹⁵³ que remeteu as ordens de Sua Majestade a D. Álvaro de Abranches.

Depois de D. Álvaro veio ao governo da província o conde de Castelo Melhor¹⁵⁴ que a tinha já governado, como também as Armas do Alentejo; fidalgo de muito valor, com experiência, trazendo consigo ao serviço da Coroa, seus filhos, D. Luís de Sousa¹⁵⁵, primogénito, e

¹⁵² *Francisco Peres da Silva*, mestre-de-campo, governou interinamente as armas da província do Entre-Douro-e-Minho em 1649 quando o 2º conde de Castelo Melhor deixou esse governo, por ter sido nomeado governador do Brasil, e enquanto não chegava o novo governador, que foi D. Diogo de Lima, 8º visconde de Vila Nova de Cerveira (CE, II, 303). CE, III, 183, narra o episódio da sua morte *“Poucos dias depois, chegado o visconde [de Vila Nova de Cerveira] ao quartel, padeceu o sentimento da morte do mestre de campo Francisco Peres da Silva pela causa e pela pessoa: porque tocando-se arma, pleiteou a vanguarda o capitão Gonçalo Mendes com tanta demasia, que o mestre de campo cegamente intentou castiga-lo com a bengala. Pareceu-lhe ao capitão que não faltava a honra com a obediência, e avaliando o castigo por afronta, disparou ao mestre de campo uma pistola em uma fonte, de que logo caiu morto. Foi preso Gonçalo Mendes, e escapou da morte fugindo da prisão.”*

¹⁵³ A *quinta do Faial*, pertença da comenda do Cabo Monte, na Ordem de Cristo, era sita na freguesia de Abade do Neiva, concelho de Barcelos.

¹⁵⁴ *João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa* (1593-1658), 2º conde de Castelo Melhor, membro do Conselho de Guerra, por duas vezes governador das armas da província do Entre-Douro-e-Minho (1643-1645 e 1646-1649) e depois do Alentejo e do estado do Brasil. Tendo embarcado numa armada que se destinava ao Brasil, foi levado por um temporal para Cartagena das Índias, aonde estava quando rebentou a revolução de 1640. D. João IV mandou a Cartagena um emissário com documentos para facilitar a retirada de João Rodrigues de Vasconcelos e de outros nobres, sendo, porém, o projecto descoberto pelas autoridades espanholas, que o frustraram. O conde não desanimou e pensando nos meios de regressar ao reino, intentou o projecto arrojado de se apoderar de quatro galeões, que estavam ancorados em Cartagena com a prata que nessa época devia recolher a Espanha, e entrar em Lisboa com estes ricos despojos tomados ao inimigo. Sendo também descoberto este plano, o conde foi preso com outros fidalgos e condenado à morte, devendo primeiro ser sujeito a tratos, com que esperavam obter dele a confissão do crime. Entretanto, o monarca português mandou aprontar um navio para ir a Cartagena e os oficiais dele conseguiram entrar em comunicação com o conde por intermédio de um padre seu confessor. Combinados os meios de evasão, e no fim de muitas contrariedades e trabalhos, o conde pôde recuperar a liberdade a 16.06.1642 e embarcando para Portugal chegou alguns meses depois a Lisboa, sendo recebido por D. João IV com provas da maior satisfação, nomeando-o para o Conselho de Guerra e governador das armas do Entre-Douro-e-Minho. Em 1649 foi nomeado governador do Brasil e, voltando ao reino, governou as armas da província do Minho pela segunda vez, falecendo então em Ponte de Lima. Foi pai do 3º conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa, escrivão da puridade de D. Afonso VI e principal obreiro da paz com Espanha.

¹⁵⁵ O futuro 3º conde de Castelo Melhor.

Simão de Sousa¹⁵⁶, que valorosamente seguiam os exemplos de seu pai. Estava a província com algum aperto e o inimigo tinha entrado com o visconde da Torre¹⁵⁷ (...) e feito a fortaleza de S. Luís¹⁵⁸, quando a Senhora Rainha que pela infausta morte do Senhor Rei Dom João era regente deste reino¹⁵⁹, na menoridade do Sr. Rei D. Afonso, mandou a D. Francisco de Azevedo que viesse assistir (...) do conde de Castelo Melhor, conhecendo da sua experiência, zelo e valor, o ajudaria em todos os ocorrentes com acordo que até ali tinha obrado. Obedeceu logo D. Franc. de Azevedo à ordem de Sua

¹⁵⁶ *Simão de [Vasconcelos e] Sousa*, filho do 2º conde de Castelo Melhor e, como tal, irmão do 3º conde do mesmo título, Luis de Vasconcelos e Sousa, participou na batalha de Montes Claros, para a qual levou, de Lisboa, 300 cavaleiros e 2000 infantes, foi comendador da Ordem de Cristo, mestre-de-campo do terço da Armada, governador da cavalaria da Corte, gentil-homem da câmara e governador da casa do infante D. Pedro (FG, X, 103).

¹⁵⁷ Será, porventura, *D. Vicente Gonzaga*, então governador das armas da Galiza, e que foi quem, de facto, mandou construir o forte de S. Luis Gonzaga, embora não se lograsse confirmar que tivesse este título.

¹⁵⁸ Trata-se do *forte de S. Luis de Gonzaga*, sito no lugar de Baixo, da freguesia de S. Pedro da Torre, concelho de Valença, construído pelos espanhóis em 1657 a mando do governador da Galiza, D. Vicente Gonzaga, que aqui estabeleceu, em território português, um aquartelamento de tropas. É um dos diversos exemplares de fortificação em "*arquitectura de terra*" ainda existentes no país, sendo totalmente edificado em torrão (mistura de terra, barro, seixos e pedra avulsa), sem qualquer vestígio de alvenaria. Em 1661 foi atacado pelas forças portuguesas sob o comando do governador das armas D. Francisco de Sousa, 3º conde do Prado, que lhe destruiu várias das suas defesas. Com o fim da Guerra da Restauração em 1668 foi abandonado pelos espanhóis. Em 1671 a Coroa portuguesa decidiu recuperá-lo e conservá-lo "*por ser a melhor praça fortificada que ha nessa provª e que a guarde e cobre a maior parte della*". Exemplar de arquitetura militar, abaluartado, de implantação rural, isolado na periferia da povoação, encontra-se em terraço aluvial, num pequeno outeiro do vale do rio Minho, coberto por pinhal, sobranceiro ao rio Minho e ao Ribeiro das Ínsuas. Forte de campanha em mota terraplanada, formava um recinto de amplas dimensões, de planta poligonal com baluartes nos vértices, erguido em torrão (mistura de terra, barro, seixos e pedra avulsa). Este recinto central tinha a defesa reforçada, nos flancos leste, sudoeste e sudeste, por talude exterior, com cerca de 4 metros de altura máxima, constituindo uma escarpa íngreme, formando um caminho coberto, precedendo as esplanadas. A defesa estava reforçada por um fosso escavado no afloramento, com cerca de 2,5 metros de altura máxima. Em seu interior erguiam-se barracas para quartéis, cavalariças e armazéns, podendo albergar 2000 infantes e 500 cavalos. (www.fortalezas.org).

¹⁵⁹ Tratava-se da rainha D. Luisa de Gusmão (1613-1666), mulher e, na altura, viúva de D. João IV, que foi regente do reino de 1656 a 1662.

Majestade e tornando às fronteiras da província, aí encontrou (...) o conde de Castelo Melhor gravemente enfermo de uma doença de que morreu¹⁶⁰; com geral sentimento, como pedia a perda de uma tal pessoa, sucedeu ao governo outra vez o visconde de Ponte de Lima¹⁶¹, assistindo-lhe D. Francisco por ordem de Sua Majestade¹⁶².

Estava em este tempo o inimigo sobre a praça de Monção com grande poder e, como a província se achava com pouca gente, não foi possível buscar ao inimigo nas linhas a que socorrer a praça de gente e ali se intentou socorre-la pelo rio com algumas barcas de mantimentos. Com esta resolução se deparou o visconde de Valadares¹⁶³, mas não podendo sustentar-se mais a praça se rendeu¹⁶⁴.

¹⁶⁰ O 2º conde de Castelo Melhor morreu em 13.11.1658 na vila de Ponte de Lima.

¹⁶¹ Enquanto não tomou posse governou as armas Nuno da Cunha de Ataíde, general da artilharia, a que todos os que *assistiam no quartel* aceitaram obedecer, ou seja o visconde de Vila Nova de Cerveira, o conde de Miranda, D. Francisco de Azevedo e o balio de Leça, Frei Diogo de Melo Pereira (CE, III, 175). A esta sucessão se refere também GANDARA, fr. Filipe de la, *Armas i Triunfos Echos Heroicos de los Hijos de Galicia*, Madrid, 1662, 626.

¹⁶² D. Diogo de Lima, 8º visconde de Vila Nova de Cerveira, havia já sido governador das armas do Entre-Douro-e Minho em 1649. Na altura, pela sua ausência na Côrte, ficou a substituí-lo e a governar essas armas D. Francisco de Azevedo e Ataíde (CE, II, 303), o que, pelos mesmos motivos, voltou a acontecer em 1654 (CE, II, 441, “*Ficou a província entregue a D. Francisco de Azevedo com a mesma autoridade do govêrno que havia tido, quando em semelhante ocasião a ficou governando*”).

¹⁶³ Deverá haver um erro neste nome, porque não se encontrou nenhum visconde de Valadares, ainda que espanhol, para este período.

¹⁶⁴ A praça de Monção foi conquistada pelos espanhóis em 07.01.1659, na sequência da batalha de Vila Nova de Cerveira (17.09.1658), que se deu perto do forte de S. Luis Gonzaga, a sul de Tui. Depois da morte de D. João IV, em 1656, os espanhóis empreenderam várias ofensivas contra o território português, sobretudo a partir da Estremadura, mas também da Galiza, criando uma segunda frente de guerra, por forma a obrigar à dispersão das forças portuguesas. O governador da Galiza, D. Vicente Gonzaga, atacou a praça de Salvaterra do Minho, na Galiza, na posse portuguesa desde 1642, com 6000 infantes e 900 cavalos. Como não teve êxito, mandou construir um forte em território português, no cerro de S. Pedro da Torre, a que se chamou de S. Luis Gonzaga, situado a uma légua de Valença e de Vila Nova de Cerveira. Este forte foi atacado em 1657 pelos portugueses, sob o comando do 2º conde de Castelo Melhor, vindo a render-se no ano seguinte. Em Maio de 1658 foi nomeado governador da Galiza D. Rodrigo Pimentel, marquês de Viana, tendo por lugares tenentes D. Baltasar de Rojas y Pantoja, mestre-de-campo general, e o mestre-de-campo D. Francisco de Castro, veterano dos combates com os portugueses. Fixado o quartel-general em Tui, ali foi reunido um contingente formado por 4000

Ocupada a praça intentou o inimigo buscar ao nosso exército a Valadares¹⁶⁵. Sem efeito marchou aquele posto, mas não estava o visconde tão descuidado que deixasse de ter sentido o inimigo, e logo com presteza e acerto de soldado, largou o quartel e melhorou de posição ao amanhecer, apareceu

(p. 66/67) todo o grosso do Castelhana que caminhava a buscar-nos.

Cometeu o visconde a D. Franc. de Azevedo a disposição daquela retirada, fiando o acerto dela na experiência que tinha de seu procedimento e D. Francisco começou a obrá-la de sorte que sendo muito inferior o nosso partido ao poder contrário e vindo o inimigo sempre sobre nós quase duas léguas, pelejando-se porfiada mente. E por mui ruins passos não só não perdeu a nossa gente como uma das enxadas e uma carreta. Mas fez perder ao inimigo muita gente, entre ela numerosos cabos; tal foi a disposição que os castelhanos se pasmaram com os portugueses aplaudindo-os, e tanto que ainda hoje se fala nela com respeito e falará. Os castelhanos pela sua mágoa e nós pela nossa glória daquele dia; e não fora tão boa a ordem, sem dúvida, se arriscava a gente e, dificultosamente se salvava¹⁶⁶.

infantes, 3000 milicianos, 2000 sapadores e 700 cavalos, comandando a cavalaria o português D. Bernardino de Meneses, conde de Tarouca, leal aos filipes. O exército espanhol saiu de Pontevedra e penetrou em Portugal em 12.09.1658, cruzando o Minho por uma ponte de barcas. No avanço o terço de D. Baltazar de Rojas y Pantoja apoderou-se de três fortes portugueses. A 17.09.1658 o exército português comandado por João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, 2º conde de Castelo Melhor, e composto por 5500 infantes e 500 cavalos, confrontou-se com o inimigo cerca de Vila Nova de Cerveira, sendo os portugueses derrotados. Em consequência deste recontro os espanhóis tomaram a torre de Nogueira e outras quatro atalaias, assim como várias aldeias, refugiando-se o conde de Castelo Melhor em Covas, de Ponte de Lima, perseguido pela cavalaria inimiga, que saqueou os arrabaldes desta vila. Os espanhóis tomaram depois a fortaleza da Lapela, que caiu após um cerco de seis dias (06.10.1658), sendo os seus 150 soldados feitos prisioneiros, após o que cercaram Monção, que, depois de um sítio feroz, caiu a 07.01.1659. O conde de Castelo Melhor, muito doente, veio a morrer em Ponte de Lima durante esse inverno.

¹⁶⁵ *Valadares*, freguesia hoje integrada na União das Freguesias de Valadares, Messegães e Sá, do concelho de Monção, foi uma vila e sede de concelho até 1855.

¹⁶⁶ CE, III, 246.

Acabada esta facção, se tornou D. Francisco a descansar do contínuo trabalho que nesta ocasião tinha padecido, pelejando valoroso e dispondo acertado e ali lhe veio patente de Sua Majestade em que lhe fazia melhor o posto de general de cavalaria¹⁶⁷ da província do Minho e que ele não aceitou por algumas vezes, porque isso teve, e suposto se escusava dos cargos, sempre assistia ao serviço¹⁶⁸.

Como a província estava neste tempo quieta se passou D. Franc. de Azevedo à Corte, a tratar de alguns negócios de sua casa, aonde na estimação de Sua Majestade e de toda a fidalguia achou o prémio de tanto trabalho e, tratado com tanta afabilidade como na campanha temido. Sendo agradável a conversação e respeitado o valor, não deixando de ser cortesão, e porque era soldado, antes parecia tão entendido como valente de que são boas testemunhas as academias¹⁶⁹ e tantos papeis como os em que provou a pena, fazendo os versos com muita gala e agudeza e versado em todas as humanidades de sorte que tão douto rasgava com a pena como alentado cortava com a espada.

Governava as Armas¹⁷⁰ seu tio, D. Jerónimo de Attayde¹⁷¹, conde de Attouguia, bem conhecido pelo seu procedimento, valor e zelo,

¹⁶⁷ Na hierarquia militar da época os generais da cavalaria e da artilharia vinham logo a seguir ao mestre-de-campo general, que seguia o de governador das armas.

¹⁶⁸ Pelos vistos já antes lhe teria sido oferecido este posto de general da cavalaria.

¹⁶⁹ Terá, pois, participado das academias que, na altura, se constituíam nos meios literários da Corte.

¹⁷⁰ Da província do Alentejo, em 1659.

¹⁷¹ *D. Jerónimo de Ataíde* (1610-1665), 6.º conde de Atouguia, comendador de Adaúfe e de Vila Velha de Ródão, na Ordem de Cristo, foi um dos dois irmãos a quem sua célebre mãe, D. Filipa de Vilhena, armou cavaleiros, enviando-os a combater pela defesa da independência de Portugal, tendo sido um dos Conjurados de 1640, dos que entraram no Paço da Ribeira e se dirigiram aos aposentos de Miguel de Vasconcelos para o matar. Foi governador de Peniche (1640), governador das armas de Trás-os-Montes (1649 e 1652), tendo repellido uma invasão espanhola por aquela província, governador-geral do Brasil (1654-1657), governador das armas do Alentejo (1659), membro do Conselho de Guerra (1661) e do Conselho de Estado (1662), capitão-geral da Armada Real (1662) e presidente da Junta do Comércio (1664). Vem aqui referido como tio do biografado porque a mulher deste, D. Maria de Brito e Noronha, pelos Britos, era sua parente próxima (vd. VILA-SANTA, Nuno,

aqui nas armadas como na terra; e apressando um exército com que entrou pelo reino

(p. 68/69) de Castela, o mandou Sua Majestade ao governo de Elvas, mas havendo-lhe por boa a designação de General da Cavalaria do Minho, como se a tivera servido, fiando uma praça de tanta importância do que nele tinha por tantas vezes experimentado.

Partiu D. Francisco a obedecer a Sua Majestade e tanto que o conde de Attouguia (D. Jerónimo de Attayde) saiu com o exército ficando ele a governar a praça¹⁷², com acerto e aplauso de todos até que o conde de Attouguia se recolheu com o exército e D. Francisco outra vez à Corte, fazendo ao conde entrega da praça.

Voltando à Corte se deteve aí alguns meses e no Fevereiro de 62 morreu sua Mulher, D. Maria de Britto, de parto, de um filho que ele tomou com tanto sofrimento, como quem conhecia¹⁷³. E, ainda que aos ânimos humanos seja natural o sentimento, os que mais temem a Deus são os que nas adversidades mais se conformam, e até ficando com cinco filhos e quatro filhas, todos de pouca idade, ainda que sentisse a falta que lhe fazia sua Mulher, dava a Deus graças, porque só os que o mundo chama desgraças e a mão do Altíssimo reparte como benefícios.

Ainda coberto de lutos quis o Sereníssimo Rei Dom Afonso que tornasse a vestir as armas em seu serviço, conhecendo a importância de sua pessoa, e o fez Mestre de Campo general na província de Entre Douro e Minho¹⁷⁴, sendo governador das armas D. Francisco de Sousa,

Entre o Reino e o Império. A carreira político-militar de D. Luís de Ataíde (1516-1581), Lisboa, ICS, 2015, 426-427 e 433).

¹⁷² De Elvas.

¹⁷³ Deverá ter sido D. Lopo de Ataíde, nascido a 06.02.1662, tendo sua mãe morrido, de complicações pós parto, em 19 do mesmo mês, deixando órfãos 10 filhos, todos com menos de 16 anos.

¹⁷⁴ O posto de mestre-de-campo general era o segundo na hierarquia militar, logo atrás do de governador das armas. Foi nomeado em conjunto com o conde de

conde de Prado, e dispôs por seus serviços bem avantajados, Marquês de Minas. D. Francisco de Azevedo entendeu que Sua Majestade se servia de ocupá-lo naquele posto, não reparando na grande falta que a sua assistência fazia à sua casa, cheia de crianças e de que arriscando sua perda não se punha em perigo a sua vida, mas toda a sua casa¹⁷⁵, se aprestou a obedecer a Sua Majestade e ainda que ele o fizesse com a brevidade possível, como o despacho tinha saído muito tarde, não pode chegar à província¹⁷⁶ senão a 7 de Agosto no ano de 62, achando já os nossos fortes em Castela ocupados pelo inimigo, com o governador das Armas. A nossa Praça de Paredes¹⁷⁷ aonde se achava com o seu partido e com ele o conde de S. João¹⁷⁸ com o seu partido de Trás os Montes, ocupando o posto de General de Cavalaria.

S. João da Pesqueira, que governava as armas da província de Trás-os-Montes (CE, IV, 19). Acordaram ambos cada um exercer o cargo em sua semana, o que trouxe um curioso embaraço no dia 20.11.1665, data em os espanhóis, após um cerco de oito dias, iam capitular e entregar o forte de La Guardia, na Galiza. A semana havia sido de governo do conde de S. João, mas o dito dia da capitulação já seria de D. Francisco, pelo que o conde pediu ao governador das armas do Minho, o conde do Prado, para poder receber aquela capitulação, ao que D. Francisco se opôs. Acabou, porém, por ceder, mas, em protesto ou por despeito, *“largou o posto de mestre de campo general e serviu como particular na companhia de seu filho D. Manuel de Azevedo (que com muito valor seguiu em todas as ocasiões o exemplo de seu pai) e não tornou a exercer o cargo, até que el-rei por uma sua carta, em que justamente exprimia as suas grandes virtudes, lhe ordenou que o tornasse a aceitar, sem embargo da sua queixa.”* (CE, IV, 323-324).

¹⁷⁵ Curioso lamento do autor, que perdeu a mãe com menos de cinco anos e deve ter sentido bem a subsequente ausência de seu pai. D. Francisco deve ter-se mantido de luto, com os filhos, de Fevereiro a Agosto de 1662.

¹⁷⁶ De Entre-Douro-e-Minho.

¹⁷⁷ Ou seja, *Paredes*, no concelho de Coura, hoje Paredes de Coura.

¹⁷⁸ *Luís Álvares de Távora* (1634-1672), 3º conde de S. João da Pesqueira e futuro 1º marquês de Távora (1669), 17º senhor da Casa de Távora. Começando desde muito novo a servir no exército do Alentejo, achou-se no cerco de Badajoz, no posto de mestre-de-campo, na batalha de S. Miguel, em 1658, e na batalha das Linhas de Elvas, em 1659, em que foi ferido. Quando nesse ano de 1659 se acendeu com mais força a guerra na fronteira do Minho, passou a essa província e na campanha de 1661, exercendo o cargo de general da cavalaria, por mais duma vez surpreendeu os espanhóis causando-lhes, numa dessas ocasiões, perdas consideráveis. No ano seguinte, 1662, continuou a distinguir-se na campanha que dirigiu o conde do Prado, e passou depois a governar a província de Trás-os-Montes. Em outubro de 1663, saindo de Chaves com 5500 homens de infantaria, 1300 de cavalaria e 8 canhões, entrou em Espanha, queimou

(p. 70/71) Chegado D. Francisco ao exército foi recebido pelos generais com grandes honras e dos soldados com grande aplauso e estima, fazendo-lhe todo o exército salvar com toda a artilharia e mosquetaria, aprovando muito a sua eleição que fizera tão acertada.

Começou logo¹⁷⁹, incansavelmente, o exercício das obrigações que tocaram ao seu posto e o próprio foi passar mostra ao exército aonde achou 6 mil infantes e mil e setecentos cavalos, em que entrava o partido de Trás-os-Montes¹⁸⁰.

Achava-se vizinho com o seu exército mui possante que constava de mais de vinte e cinco mil infantes e passante de três mil cavalos¹⁸¹; D. Baltazar Cantoja¹⁸², governador das armas do reino

e saqueou mais de 150 vilas e lugares, até que os clamores dos povos obrigaram o general espanhol, que estava na fronteira do Minho, a dirigir-se para o lado de Trás-os-Montes. O conde do Prado, atravessou então o Minho e tomou o forte de Goian, o que obrigou o exército espanhol a voltar de novo à Galiza, seguido pelo conde de S. João, mas permitiu ao conde do Prado fortificar-se solidamente no sítio de Goian. Em 1664 marchou com alguma tropa para o Alentejo, tomou parte na expedição contra Valência e entrou na batalha de Montes Claros em 1665, onde se distinguiu. Foi gentil-homem da câmara do príncipe D. Pedro e vereador da Câmara de Lisboa.

¹⁷⁹ Agosto de 1662.

¹⁸⁰ Ou seja, neste exército integrava-se o de Trás-os-Montes, um dos partidos ou regiões militares em que se dividia o país, do qual era governador das armas o conde de S. João.

¹⁸¹ CE, IV, 21, fala em 16.000 infantes, dos melhores do exército da Flandres, 2.000 cavalos e 16 peças de artilharia. O exército espanhol, comandado por D. Baltazar Pantoja, começou por atacar em Maio de 1662, sem êxito, o castelo de Castro Laboreiro, e depois em 12.07.1662, por uma ponte de barcas construída para o efeito sobre o rio Minho, invadiu Portugal, pelo lugar da Lapela, Monção, com vista a chegar ao Porto, atacando, ao mesmo tempo, por mar, as vilas de Viana, na foz do Lima, e de Caminha, na foz do Minho, e, de seguida, Valença. Como o conde do Prado impediu a queda desta praça, os espanhóis avançaram sobre os Arcos de Valdevez. A luta generalizou-se entre os dois exércitos, procurando Pantoja romper para o centro do Minho e o conde do Prado cobrindo, ora Viana, Caminha e Valença, ora Ponte de Lima e Braga. A invasão terminou em Dezembro desse ano, com umas tréguas, mas com a completa retirada das tropas espanholas, saldando-se a campanha num extraordinário sucesso das forças portuguesas (CE, IV, 22-44; fala de D. Francisco a 26, 28; na perspectiva espanhola foram publicadas, em Sevilha e Madrid, seis notícias – *relacion diária* - alusivas a esta campanha).

¹⁸² Aliás D. Baltazar de Roja y Pantoja, e não por corruptela, Cantoja, senhor das baronias de Segur e Pierola, cavaleiro da Ordem de Santiago, do Conselho de Guerra de Espanha, militar espanhol que lutou nas guerras da Flandres, do Milanado, da Catalunha e de Portugal, foi governador de Tortosa (1644), general de artilharia de

da Galiza, cercado de muitos e grandes cabos e pessoas, naturais da região e estrangeiros. Era senhor dos nossos fortes a que chamam da Portela¹⁸³ e estava aquartelado em um monte que deles fica pegado, a que chamam o Monte de Cadrossos. Era dia 9 de Agosto do mesmo ano de 62, quis o inimigo ocupar um lugar vantajoso em uma serra eminente ao nosso exército a que chamavam Laboreiro¹⁸⁴; ali, de noite começava a marcha, deixando as tendas armadas para nos divertirmos, enganando-os¹⁸⁵. Mas tendo sentido ele resolveu, se fosse diante a toda a pressa, ocupar aquele posto, donde marchou a franquear e a talhar o conde de S. João com a cavalaria e o marechal de campo, General D. Franc. de Azev. saiu com a infantaria, disposta tão galhardamente pelo mesmo D. Francisco e guiada com tão boa forma, que em breve espaço tivemos tomado o posto; e era tanta a distância que parecia impossível vencê-la sem milagre. Mas a disposição de D. Franc. de Azevedo e a boa ordem fazia fácil as dificuldades.

Povoado o posto¹⁸⁶, ocupou o inimigo outro que ficava fronteiro

(p. 72/73) a que chamam o “ninho do corno”, ainda mais eminente, repartindo aguadas – infantaria e cavalaria.

Postos ali começou logo o Mestre de campo General D. Franc. de Azev. a formar no alto do monte o exército com a disposição

Leão, mestre-de-campo general do exército da Galiza e, mais tarde, governador das armas deste reino. Sobre ele publicou-se, por anónimo, *Verdadera Relacion de la toma de la villa de Sivrana, sitiada por Don Baltasar de Rojas y Pantoja*, Diego Dormer, 1651, e a ele se dedicou, por Juan de Matos Fregoso e outros, *Pensil de Apolo en Doze Comedias nuevas de los mejores ingenios de España, parte catorze*, Madrid, 1661.

¹⁸³ Os *fortes da Portela [de Vez]* eram dois, o das Pereiras, e o de Pedroso. Foram ambos tomados pelos espanhóis em Agosto de 1662 e o primeiro foi por eles destruído, quando abandonado em Outubro de 1662 (CE, IV, 22, 23, 24 e 39).

¹⁸⁴ A serra de Laboreiro, no maciço da Peneda-Gerês.

¹⁸⁵ Ou seja, deixaram as tendas armadas para simular que as tropas não se tinham movimentado.

¹⁸⁶ Na serra de Castro Laboreiro.

de um soldado tão experimentado sem confusão nem embarço algum e no mesmo dia que se contava o 9 de Agosto¹⁸⁷, véspera do glorioso S. Lourenço¹⁸⁸, pelas nove ou dez horas do dia, se começou a pelejar de uma e outra parte tão porfiada e valorosamente que não se conhecia vantagem. Acudia D. Francisco de Azevedo a todas as partes, como era obrigação do seu posto. Vendo a forma do exército e fazendo-a observar, dando as ordens tão a tempo e necessárias como se estivera no sossego da sua casa, sem que as balas inimigas e o risco próprio fizessem perturbação ao mandar antes com viveza e determinação, acudia a todas as gentes e tanto a horas como com a sua disposição e a de todos os demais cabos que com valor e prontidão concorriam ao mesmo fim; se começou a declarar por Portugal o bom sucesso daquele choque, com grande estrago do inimigo, em que perdeu muita gente até à noite por que foi a que veio a partir para a peleja. Nela dispôs D. Francisco a quem importava a segurança com grande vigilância, botando sentinelas e cobrindo-se como lhe foi possível; descansaram, os generais e soldados e uns e outros passaram grandes trabalhos e não foi menos o da sede e fome, pelejando-se todo o dia em jejum.

(p. 74/75) dele e toda a disposição da sua peleja do que teve um sucesso quase milagroso em ocasião quase desesperada, pelo grande poder do inimigo e o pequeno número dos nossos; mas como a experiência dos cabos e a boa ordem da forma emenda a diminuição das forças que em D. Francisco concorriam umas e outras nem parecia grande a nossa falta nem medo o seu exército; e ali foi o inimigo bem quebrado e levantando do posto pela meia-noite, abalou e começou a marcha em direitura da Vila

¹⁸⁷ 09.08.1662.

¹⁸⁸ Batalha da Véspera de S. Lourenço ou de Laboreiro, 09.08.1662.

dos Arcos de Valdevez¹⁸⁹ e sendo sentido das sentinelas, dado o aviso, se fez logo Conselho, do que devia fazer-se. Nele votou D. Franc. de Azevedo que marchasse o nosso a tomar reforços, a quem lhe ficar na retaguarda; ali se executou e foi amanhecer ao mesmo posto, e tanta presteza tinha no obrar como acerto no discorrer; o que nele parecesse era o mesmo dar o conselho que executá-lo.

Em reforço se tornou a fazer Conselho, aonde alguns menos experimentados, votaram que o nosso poder tomasse Ponte de Lima e ali se aquartelasse, porque D. Francisco, arregimentando como soldado de tanta experiência, que neste caso era o mais conveniente, visto ser o exército inimigo tão possante e o nosso poder tão diminuto: era andar-lhe na retaguarda, impedindo-lhe os socorros que do seu país podiam esperar, visto não termos forças a que lhes dar batalha¹⁹⁰. O mais acertado era marchar-se a ocupar o lugar do Souto¹⁹¹, donde se via para o inimigo, ali se executou, e o nosso partido tomou a marcha, alcançando um alto e fazendo-lhe o quartel como convinha. Com o que se lhe estorvou não descesse a Ponte de Lima e fizesse maior estrago.

Tanto que D. Baltazar Cantoja viu esta resolução e tomou o expediente de mudar sitio; e ali, depois de deixar queimada grande parte da Vila dos Arcos, passando o rio Giesta e derribada a ponte, se foi aquartelar em uma casa de campo que ali havia em uma formosa quinta do visconde de Vila Nova¹⁹².

¹⁸⁹ A já então vila de *Arcos de Valdevez* era uma vila portuguesa, sede do concelho com o mesmo nome, hoje no distrito de Viana do Castelo. Em Agosto de 1662, durante a Guerra da Restauração, a vila foi incendiada pelo general governador das armas da Galiza, D. Baltazar Rojas y Pantoja, que estabeleceu o seu quartel-general no paço de Giela, numa enérgica ofensiva sobre o Minho.

¹⁹⁰ Uma típica tática fabiana.

¹⁹¹ Na freguesia de Távora, à vista de Ponte da Barca, sobre o rio Lima.

¹⁹² Entenda-se *visconde de Vila Nova de Cerveira*, que, nos Arcos de Valdevez, era senhor do paço de Giela, ainda hoje existente.

Daqui mandou o Cantoja uma partida sobre a praça de Lindoso¹⁹³, para ver se podíamos sair ao socorro dela, ficando a província exposta ao dano das suas correrias; e ali, entendendo-se o seu intento e também por ter o inimigo á espreita, se não socorreu, mas foi defendida tão valorosamente que custou 7 dias de peleja e, enfim, a ganharam.

Tanto que D. Franc. de Azevedo viu o inimigo com a divisão que fizera para este efeito que propôs ao general que seria conveniente mandar-se fazer um reduto, junto à Vila da Barca¹⁹⁴ que ficava na outra margem do Rio Lima e fazer-se uma ponte para passar o mesmo rio; ou a socorrê-lo se necessário fosse ou a retirar a nossa gente conforme os incidentes que podiam acontecer.

Chamou o General a Conselho para que votasse sobre este particular e nele propôs D. Francisco a conveniência daquela obra por duas versões mui justificadas as de salvarem a Vila da Barca, que estaria exposta aos danos do inimigo, pois era certo que se não havia de a atravessar a buscá-lo, e quando o intentasse, infalivelmente caminhava a perder-se. Quando o inimigo tomasse o expediente de descer a Ponte de Lima, tínhamos já ganhado aquele passo, mais seguro que ir-lhe na retaguarda e lhe ficaria mais dificultosa a retirada, e ali, com ele, se conseguiram dois fins tão importantes. Alguns émulos que não levariam bem a sua glória, que estes nunca faltam, levados mais por um fim particular do que pelo serviço do Príncipe, votaram em contrário, mas como adesão, teve sempre o valimento no acerto se resolveu ali se fizesse e, foram tão boas as consequências que se seguiram que o inimigo se não atreveu a

¹⁹³ *Lindoso*, actualmente uma freguesia do concelho de Ponte da Barca, foi vila e sede de concelho até ao início do século XIX e tinha um castelo medieval. Na Guerra da Restauração esteve sob domínio espanhol de Agosto de 1662 a Outubro de 1663, que ali manteve uma guarnição de 320 soldados e 5 peças de artilharia.

¹⁹⁴ A actual vila de *Ponte da Barca*, sede do concelho do mesmo nome, no distrito de Viana do Castelo.

buscá-lo e deixou livre a Vila e passou o Lima, marchando a buscar o Castelo da Nóbrega¹⁹⁵

(p. 78/79) aonde se assentou já mui engrossado com os lamentos que lhe chegaram por não ser possível cortarem-se, e fez ponta à cidade de Braga, que dali se descobre; mas na minguá se atreveu a dar um passo mais, sendo infalível a sua ruína e ali se deteve mais de dois meses¹⁹⁶ sem fazer algum progresso, achando sempre pobre o nosso partido, inquietando todas as horas com armas e refregas, quando no discurso daquele tempo raro era o dia em que não houvesse, de uma e outra parte, escaramuças e choques bem trocados.

O Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo a quem trazia dissesse a Cantoja lhe mandasse dizer que não era ele o cabo que havia de entrar em Braga, e que ele, D. Francisco, era Mestre de Campo General do nosso exército e o avisava que se dali desse um passo o havia de degolar, e que se ele tivera um exército tão poderoso como ele tinha, havia de ter feito maiores progressos que os que ele tinha obrado e em resolução fosse a Braga com os passos de uma vez e deixasse de ir lá todos os dias com as vozes que lhe não há mais medo, mas que o avisava e prometia degolá-lo se chegasse a subir mais dentro do país¹⁹⁷.

Para Pantoja que conhecia bem a resolução de D. Francisco e sabia obrá-la melhor do que devia, tomou o seu parecer, sabendo que o Conselho é o do inimigo, não se atreveu a bulir-se, e dali a quinze de Outubro¹⁹⁸ se pôs em retirada pela campina de Giesta;

¹⁹⁵ O castelo da Nóbrega, do século XII, cabeça da terra medieval da Nóbrega, a que sucedeu o concelho de Ponta da Barca, ficava na freguesia de Sampriz, concelho de Ponta da Barca. Hoje encontra-se em ruínas, o que, pelos vistos, não acontecia durante a Guerra da Restauração.

¹⁹⁶ De Agosto a Outubro de 1662.

¹⁹⁷ Curiosa ameaça, em jeito de desafio, de tom ainda medieval.

¹⁹⁸ 15.10.1662.

muito bem formado em batalha e, em direitura dos fortes da Portela o mandou queimar algumas aldeias; o nosso exército vinha da outra margem da Ribeira ao poente a par e passo com o seu, fazendo a mesma marcha para ocupar o Monte Cadrosso, por ser lugar mui eminente. Amanhecemos, coroando já o Monte e ele se meteu nos fortes da Portela bem

(p. 80/81) acoutado da nossa artilharia a que tudo o Mestre de Campo General viesse com notável disposição e trabalho.

No outro dia¹⁹⁹ quis o inimigo mandar a sua artilharia para a praça de Monção²⁰⁰ e pôs-se em marcha, mas tendo sentido, acudiu tão a tempo o Mestre de Campo General D. Franc. de Azevedo a mandar carregá-lo com as cargas da mosquetaria e a lançar alguns terços, porque ele teve a artilharia quase perdida; e esteve ocasionado um choque de consideração se o terreno dera lugar a se mover a cavalaria que de uma e outra parte se formou; mas como não podia pelejar salvou a artilharia, mas não tão baratamente que lhe não custasse a perda de muitos soldados em que entravam prisioneiros dois capitães de infantaria e dois alferes e um cunhado²⁰¹ de D. Baltazar Cantoja que também ficou prisioneiro, travando-se de uma e outra parte bem continuadas refregas, até à noite, na qual já encoberto, pode marchar a sua artilharia e a nossa estava em posto que lhe não fazia pequeno dano.

Cinco dias²⁰² se deteve ainda nos fortes depois de mandar a artilharia, temendo que a retirada lhe não fosse tão fácil e depois intentou com o ardil, o que não podia com o valor e aqui usou de uma praça para ver se deixando de a conhecer lhe havíamos cair nas mãos.

¹⁹⁹ 16.10.1662.

²⁰⁰ Que, na altura, estava ainda na posse dos espanhóis, após ser tomada em 07.01.1659.

²⁰¹ CE, IV, 38, diz que foi um sobrinho, o capitão D. Filipe Trejo.

²⁰² Até 21.10.1662.

São dois os fortes da Portela e um nos ficava mais vizinho; neste mandou, uma madrugada, pôr fogo lento e se retirou dele para o outro aonde recolheu todo o grosso e aí se emboscou com ele. Foi sentida a retirada e se mandou logo guarnecer e se acudiu ao fogo. Parecia estar o outro também desamparado e ali quiseram alguns ir logo ocupá-lo, mas o Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo, como era soldado

(p. 82/83) de tanta experiência, acordou passando ordem que nem um só homem dissesse abaixo ao outro forte, quase o inimigo o tinha largado, ali estava sempre e se não era arriscar-nos ou perder-nos ou chegarem-se a ele; viu-se logo que acertada fora a disposição, porque desesperado o Cantoja de conseguir nenhum intento, saiu do forte com todo o grosso e não se atrevendo a fazer a marcha à vista do nosso partido aonde trazia tantos e tais cabos, por que onde pudesse pelejar-se o fez, tomando uma Serra, demasiada áspera, por ser demasiadamente fragosa, a que chamam a estrinça e quase ela toda intransponível; e aqui a passou com assaz trabalho e descómodo. Mas a ele lhe parecera com menos riscos do que os outros passos da Serra e com a vizinhança das nossas balas ele se foi aquartelar em Barbeira²⁰³.

Saído o Cantoja se mandou logo, seguramente, ocupar o forte²⁰⁴ e pouco tempo depois logrou o inimigo, tornando no discurso de (...) 6 meses a recuperarem-se e estorvando-se-lhe todo o intento, de maneira que um exército tão poderoso, sem outra oposição que a de um pequeno partido; não fez outra coisa que vir a Portugal consumir a sua grandeza e as suas munições.

²⁰³ Ou melhor corrigindo a corruptela, Barbeita, freguesia do concelho de Monção, marginada pelo rio Minho.

²⁰⁴ Da Portela.

Recuperados os fortes²⁰⁵ se cuidou logo no reparo deles e de guarnece-los com o que lhes fosse necessário; logo chamou o General a Conselho, aonde propôs que tinha notícias que o inimigo caminhava sobre Melgaço²⁰⁶, praça nossa e não de pequena importância para se resolver o que devia abrasar-se e para onde devíamos tomar a marcha. Foram vários os votos; o de D. Francisco de Azevedo foi que nos fossemos aquartelar na campanha²⁰⁷ da Boulhosa²⁰⁸, que fica bem à vista de Monção, a duas léguas donde o inimigo estava e que dali se podia melhor observar os movimentos do

(p. 84/85) inimigo. Seguiu-se este parecer e se marchou ao posto referido donde o General avisou a Sua Majestade, pedindo socorro, e Sua Majestade que a tudo acudia com a vigilância de rei e obrigação de pai; mandou a Manuel Freire de Andrada²⁰⁹, governador de um dos partidos da Beira, que com ele viesse achar-se com o General que aqui o executou, com a homenagem (...) a um tão grande soldado como ele era. Chegado Manuel Freire de Andrada se fez Conselho sobre o que devia fazer-se; votou D. Francisco de Azevedo que buscassem o inimigo em Barbeira, que já tínhamos poder igual e que infalivelmente ou o botaríamos a nado ou se perderia; (...) a empresa de Lapela²¹⁰ que se propunha lhe parecia

²⁰⁵ Da Portela.

²⁰⁶ Vila do distrito de Viana do Castelo, junto à fronteira com a Galiza.

²⁰⁷ *Campanha* significa aqui acampamento militar.

²⁰⁸ Seria a serra da Boulhosa, na freguesia de Insalde, concelho de Paredes de Coura.

²⁰⁹ *Manuel Freire de Andrade*, cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador de S. Ildefonso de Mirandela na mesma ordem, general da cavalaria da província da Beira, general da frota do Brasil, morreu na batalha do Ameixial (06.06.1663), na qual comandou um dos terços com que os portugueses atacaram no começo do confronto, após o que se viu envolvido pela cavalaria inimiga, conseguindo regressar ao ponto de partida, mas mortalmente ferido. Foi casado com uma sobrinha de D. Francisco de Sousa, 3º conde do Prado e 1º marquês das Minas (FG, I, 166).

²¹⁰ *Lapela* era freguesia do concelho de Monção, que marginava o rio Minho, aonde ficava a torre ou forte de Lapela, ainda hoje existente, na altura na posse dos espanhóis.

impossível conseguir-se, porque era certo que o inimigo se havia de passar a outra margem e dali lhe ficava livre o rio para o socorro da praça e não só uma praça, mas qualquer redutozinho com um exército à ilharga²¹¹, (...) era impossível levá-lo, nem ainda o maior poder. E que, já conhecendo esta tensão, se não atrevera Cantoja a buscar o reduto que ele na Barca mandara fazer, passando sem bulir na Vila, deixando de queima-la e saqueá-la e aqui lhe parecia mais conveniente não só para o valor, mas ainda para a reputação, ir-se buscar o inimigo e pelejar-se com ele nos seus quartéis; que seria para a reputação das Armas Portuguesas, um grande dia; o fez a perder-se um exército como o que trazia Pantoja ou, ao menos, faze-lo passar o rio e fugir a nado; demais que os nossos canhões não eram suficientes para baterem o muro de Lapela nem nele havia de fazer brecha; e aquela não era só notícia de línguas, mas constante experiência por haver ele estado naquela praça e última onde se dispôs de se pelejar com o inimigo quando se resolvesse buscar Lapela, a tomaríamos

(p. 86/87) já sem as costas e socorro daquele exército. Este foi o seu parecer²¹², com quem se conformou Rodrigo Brás, Mestre de Campo de infantaria e suposto no Conselho se não vencesse esta resolução; todos os soldados e oficiais que não entravam no Conselho julgavam ser a mais acertada, e depois a confirmou a experiência sucedendo tudo como o Mestre de Campo General o tinha pintado; mas os cabos todos de voto contrário, ou por lhes parecer era aquele melhor acerto ou por alguns fins particulares se resolveu a Empresa de Lapela e que destruçado ele, nos fazíamos senhores do seu forte da Ponte de Mouros, e dali se podia mandar uma partida a restaurar Lindoso, e que eram grandes as consequências daquela resolução e

²¹¹ i. é, acossado por um exército.

²¹² A notícia deste parecer só poderia ter vindo pelo próprio biografado.

com Lapela não havíamos mais que perder gente e a levantar o sítio com perda de forças e reputação, que sem dúvida, seria grande para Portugal, a disposição do inimigo tão entrado no nosso País, e julgando-se parte dele. Perder o exército e as praças já depois de arrimado as suas fronteiras, deixando a nossa província sem outro dano que o queimar algumas aldeias. Mais, e que ela estava em terra baixa e que os ataques se não pudessem continuar e com ajuda o havia de vencer.

Resolveu o General com os mais votos e aqui se deram logo as ordens necessárias para, na manhã do dia seguinte, se fazer a marcha; e ao amanhecer começou o Mestre de Campo General, (...) o grande dia nos quartéis e assim foi, metendo em marcha com a ordem necessária e foram fazer tarde já nos outeiros que ficam sobre Lapela e ali se aquartelou; com os reparos de linhas e outros ao Mestre de Campo General lhe pareceram necessários para a segurança da gente que ficou

(p.88/89) com boa vigilância, pela vizinhança do inimigo, e ainda de dia acabou o Mestre de Campo General D. Francisco de meter a gente nos quartéis.

Daqui mandou o General uma embaixada ao governador da praça²¹³, dizendo-lhe que a entregasse e que lhe faria que os partidos permitissem aos soldados e usaria com ele toda a boa paisagem, e que não quisesse experimentar o seu rigor a que o castelhano deu uma resposta de soldado tão valorosa como galharda; que não escrevemos a tirar a glória ainda dos inimigos, senão a referir a verdade, e aqui não lhe confessemos a bizarria da resposta, foi ela, porque a ele se lhe fazia novidade, aquela embaixada porquanto nem ainda notícias tivera de que estivesse sitiada a praça; quanto mais tratar-se de capitulações? Que depois de sitiada trataria ele de fazer o que tocava à sua obrigação.

²¹³ De Lapela.

Mandou o General se fosse atirar à praça de Valença²¹⁴ para que as baterias e chegadas elas se fizeram as plataformas e se assestaram as peças nos lugares a que se tinham destinado e se começou a entender no abrir dos aproches e a jogar as bombas para que a este fim se tinham conduzido. Mas com pouco efeito indo todas cair no rio, da outra banda do Castelo. O inimigo se abalou logo daquela praça de Monção e da campanha, fazendo que nos buscaria com toda a sua Campanha e algumas mangas de infantaria; e entretanto foi passando (...) a sua gente da outra margem, mas parecendo a alguns que com efeito, o inimigo nos vinha buscar, disse o Mestre de Campo General D. Francisco, como quem construía bem os ardis militares

(p. 90/91) que aquilo era diversão; e o inimigo passava a outra margem e depois deixou estar a gente quieta nos quartéis e, pelo meio-dia, se conheceu que o inimigo passava e se começou a retirar aquele troço que estava à nossa vista.

Passado ele, se pôs no seu o reino de Galiza defronte da praça de Lanhelas²¹⁵; entretanto se avistaram cabeças dos atacantes e se prosseguiram com algum trabalho por ser a terra baixa e o mês já muito no inverno e a água crescia tanto que os soldados se queixaram que

²¹⁴ A praça-forte de *Valença* localizava-se na margem portuguesa do rio Minho, frente a Tui, na Galiza, na povoação e concelho do mesmo nome, no actual distrito de Viana do Castelo. O forte remonta à transição do século XII para o XIII e destinava-se à defesa da povoação e da travessia daquele trecho do rio. No contexto da Guerra da Restauração foi inteiramente reformado com projeto do francês Michel de l'École, sendo, na altura, reconstruídos os muros, para abraçar o perímetro estendido da vila, e erguidas novas estruturas abaluartadas; abertos novos fossos, sobre os quais se ergueram relevos em talude; revelins para defesa de algumas cortinas, e sete novos baluartes. Já com as primeiras obras em andamento resistiu a uma incursão espanhola em 1643 e depois, ainda em obras, caiu em mãos espanholas em 1654, para logo ser reconquistada por tropas portuguesas, sob o comando do 2º conde de Castelo Melhor. As obras prosseguiram em 1661 e foram só concluídas em 1713. Aqui deverá o autor querer referir-se antes, como a seguir logo o diz, à praça de Monção que, essa sim, na altura estava em mãos espanholas.

²¹⁵ *Lanhelas* era uma freguesia do concelho de Caminha, marginada pelo rio Minho. Em 23.04.1644 foi palco de um ataque espanhol, repellido com sucesso.

era necessário, sendo o maior perigo o do fogo; que em todos estes dias se continuou, de dia e de noite, de maneira a que o contínuo afuzilar das peças e mosquetaria era tão prosseguido que parecia um só relâmpago. E as balas eram inumeráveis, as que se atiravam de uma e outra margem de maneira que de ambas se perdeu muita gente no decurso de quase quinze dias²¹⁶ que se esteve sobre a praça. Em todos eles, de dia e de noite, assestou o Mestre de Campo General ao trabalho e a debater as sortidas que os inimigos faziam a impedir a continuação dos ataques havendo muitas arrancadas donde se pelejou de uma e outra margem porfiadamente, mas nunca se deixou o trabalho. Pelejando os nossos valorosamente e trabalhando com cuidado; mas como a praça era socorrida se entendeu ser impossível deixarmo-la e se conheceu não fora acertada a empresa de buscar Lapela e deixar o voto de D. Francisco de Azevedo que nestes dias, incansavelmente se expunha ao risco das balas e ao trabalho; aqui, porque o seu espírito lhe não consentia deixar de ser companheiro de todos, como também porque, como fora de parecer contrário, não se entendesse que a demissão era teima.

Enfim, tendo-nos o inimigo morto muita gente e ficando ele não menos cortado, se tratou entre os Generais

(p. 92/93) de uma e outra margem, tréguas pelo espaço de dois meses²¹⁷, tendo as praças que na província se viram em tantos anos de tão vivas guerras e não espaço a que a um exército que se julgava superior obrigássemos a ocupar-se em estar socorrendo uma praça sua e a pedir tréguas para o ajustamento delas como fez o Cantoja, chamando a uma ínsuazinha²¹⁸ que faz o rio e ali se

²¹⁶ Novembro/Dezembro de 1662.

²¹⁷ Dezembro de 1662 a Fevereiro de 1663.

²¹⁸ Ou pequena ínsua, ilhota no meio do rio. Deverá ter sido a da Boega, por ser a menos sujeita às marés, nomeadamente naquela altura do ano.

avistou com o nosso General, acompanhados ambos de todos os seus cabos. D. Francisco de Azevedo não se quis achar nesta visita, e se saiu a um monte que ficava vizinho ao divertimento da caça; chegados os Generais ao topo, perguntou Cantoja se ia ali o Mestre de Campo General D. Franc. de Azev. e dizendo-lhe ele se saíra à caça; disse que ele o conhecia por um grande soldado, fazendo repetidas confissões do seu grande valor e que desejava vê-lo, mas que ele em tudo tinha grande acerto e era grande esta lista; isto mesmo referiram os generais e cabos que nesta visita se acharam.

No outro dia à noite se passaram às ordens e para pela manhã se fazer a retirada e logo nela começou o Mestre de Campo General a tirar as gentes dos quartéis e as foi formando à vista do inimigo se tiravam, fazendo montes claros (??); e mui composta e bem formada e se tornou a buscar a campanha de Boulhosa²¹⁹, sendo já vinte de Dezembro²²⁰.

Ficou D. Francisco de Azevedo, com o cargo daquela gente, porque o General se tinha ido dali direito a Ponte de Lima²²¹, e logo a repartiu como convinha e passou as ordens necessárias, despedindo os auxiliares e, desfazendo-se aquele partido, deixadas as fronteiras muito bem seguras, se retirou também a descansar de tão continuado trabalho. Como tinha padecido, em todo este tempo em que se ganhou para a Coroa grande reputação.

(p. 94/95) Estornando um pequeno partido, os progressos de um exército poderoso e arrimando-se depois a sitiar uma praça sua²²².

²¹⁹ O acampamento militar da Boulhosa.

²²⁰ 20.12.1662.

²²¹ *Ponte de Lima* era uma vila portuguesa, no actual distrito de Viana do Castelo.

²²² Nesta invasão o percurso seguido pelo exército espanhol foi o seguinte: Laboreiro (Agosto 1662) > batalha da Véspera de S. Lourenço (09.08.1662) > Arcos de Valdevez, em parte queimada (Agosto 1662) > Lindoso, com tomada do forte (Agosto 1662) > castelo da Nóbrega (Agosto-Outubro 1662), que é sitiado > recuo pela campina de Giesta (15.10.1662) > refúgio nos fortes da Portela (5 dias) > marcha,

O descanso que teve foi entender no reparo dos terços que se achavam diminutos, e em fazer mais alguns auxiliares e a este fim, com ordem do Governador das Armas de Sua Majestade, se foi à Vila de Barcelos²²³, passando ordem ao ouvidor dela, Diogo Mexia Galvão²²⁴, governador naquele termo, fizesse a gente necessária e despediu outros cabos a outras gentes da província a este efeito e se levantou outro terço na Cidade do Porto²²⁵ cujo trabalho correu por conta do Conde de Miranda²²⁶, e aqui com a gente que fez do ouvidor ministro e que se achava com o serviço do Príncipe, e era desinteressado como com aqueles a que se remetiam os outros generais e com a que veio do Porto se refizeram os terços e se levantaram outros auxiliares.

sem sucesso, da artilharia para Monção > serra da Estrinça > Barbeita > marcha, sem sucesso, sobre Melgaço > defesa dos fortes da Lapela e de Monção, atacados pelos portugueses > retirada para a Galiza (Dezembro 1662) > tréguas por dois meses.

²²³ *Barcelos* era então uma vila, sede da ouvidoria e ducado do mesmo nome, pertencente à Casa de Bragança.

²²⁴ *Diogo Mexia Galvão*, natural de Campo Maior, ouvidor de Barcelos e governador do seu termo, juiz de fora e, nessa qualidade, capitão-mór da vila de Monforte (1655). Foi ainda desembargador na Relação do Porto e familiar do Santo Ofício (FG, IV, 615, e II, 421).

²²⁵ *Porto* era a segunda maior cidade de Portugal.

²²⁶ *Henrique de Sousa Tavares* (1626-1706), 3º conde de Miranda do Corvo, feito 1º marquês de Arronches (1674), membro do Conselho de Estado. Também ele estava em Madrid em 01.12.1640 de onde só conseguiu regressar a Portugal em 1643, usando o mesmo estratagema de se deixar colocar no exército da Flandres e, no caminho, embarcar em Bilbao, desviar-se para Inglaterra e daí seguir para Paris, aonde se apresentou ao embaixador português, marquês de Nisa. No regresso a Portugal, em Dezembro de 1643, em navio holandês, este foi atacado por piratas argelinos, travando-se acesso combate em que ficou muito ferido, naufragando depois aquele navio na costa de Vila do Conde, salvando-se apenas três pessoas a nado, entre as quais D. Henrique. Chegado a Portugal serviu no exército do Alentejo (1645-1646), foi depois nomeado governador do Porto e, a seguir, embaixador na Holanda, aonde se manteve até à paz com aquele país em 1661, com a qual conseguiu a restituição integral do Brasil e Angola. Regressado a Portugal serviu novamente no Alentejo e depois, juntando-se ao exército do Minho, assistiu à tomada do forte de La Guardia, na Galiza, razão para aqui ser mencionado. Foi um dos plenipotenciários na negociação da paz com Espanha em 1668 e embaixador à corte de Madrid logo a seguir (1669-1672). Foi ainda embaixador em Inglaterra (1680-1683; ACS, XII, I, 544 e ss.).

Nisto se gastou o que faltava a este fim do ano de 1662 e alguns meses do de 63²²⁷, no qual tendo-se notícia no mês de Junho que o inimigo aprestava o exército para salvar a Campanha, começou o Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo, por ordem do Conde, Governador das armas, com incansável espírito, a puxar pela gente e a conduzir o nosso poder, a que se saiu a oposição dos intentos inimigos. E supostos os achaques o carregaram e o da gota o molestava muito. Como o coração era tão grande, vencia as dificuldades da saúde e se passou a Viana²²⁸ e dali se passou a ordem a que incorporasse a gente de Paredes²²⁹ e dali se foi formar, em Ferreira²³⁰, para observar o intento do inimigo que se achava com o seu exército junto; e com intenções de entrar pela província, mas como tinha tanto respeito pelas nossas armas, sabendo saíra o nosso

(p. 96/97) exército em campanha se não atreveu amover-se e se desfez, despedindo a gente, se mandou também a nossa e desfez o exército no qual estava pouco luzido com o aumento dos nossos terços e do partido de Trás-os-Montes com quem se achava ali, o Conde de S. João, seu Governador; e como, pela dignidade do posto, não podia estar às ordens do Mestre de Campo General o era com ele á semanas, e o cargo de General

²²⁷ Em inícios de 1663, a mando do governador das armas, conde do Prado, D. Francisco foi enviado a Lisboa à Côrte, para tratar dos assuntos da província do Entre-Douro-e-Minho, dizendo o CE (IV, 168) *“Aceitou D Francisco a comissão, passou a Lisboa e, como era dotado de muita prudência e entendimento, e o conde de Castelo Melhor pendia, com particular inclinação, para concorrer nos progressos de Entre Douro e Minho, por ser a guerra em que se havia achado, brevemente facilitou todas as proposições de D. Francisco, que tornou a voltar para o Minho, satisfeito de haver conseguido tudo o que intentava.”*

²²⁸ Então Viana da Foz do Lima, hoje Viana do Castelo.

²²⁹ Ou seja, Paredes de Coura.

²³⁰ *Ferreira*, freguesia do então concelho de Coura, actual de Paredes de Coura, sita, na serra, a noroeste desta vila, entre ela e Vila Nova de Cerveira.

de cavalaria ocupava-o Pedro César de Meneses²³¹, fidalgo bem conhecido por seu valor e sangue.

Desfeito o exército e mandada a gente outra vez aos postos que lhe estavam sinalados, se partiu o Conde de S. João com a sua companhia a Trás-os-Montes e intentando entrar por aquela praça (...) na terra do inimigo e pediu ao Conde, Governador das Armas alguma gente para o que mandou ordem de Sua Majestade; e lhe fez uma boa partida de cavalaria e infantaria, a cargo do General D. Pedro César de Meneses, nos fins de Setembro do mesmo ano²³².

Tanto que chegou a gente, se começou a mover o Conde de S. João e o Cantoja com o seu poder marchou para aquela praça a opor-se e defender-se.

Divertido o inimigo naquela ocupação o Conde Governador das Armas e Mestre de Campo que velaram sobre os movimentos do inimigo, julgando este o tempo melhor para alguma empresa, resolveram ambos entre si a tomada do forte de Gaião²³³ que fica da outra banda do Rio Minho, defronte da nossa praça de Vila Nova e nos era importante, por ficar sobre o rio e para nós um grande estorvo para quando o inimigo, e aqui sem que se desse a nenhum outro cabo, nos fins de Outubro²³⁴, se puxou pela gente e se veio formar sobre os nossos fortes da Portela, bem à vista da praça de Monção que estava ocupada pelo inimigo.

²³¹ *Pedro César de Menezes* (f. 1674) serviu com distinção nas campanhas do exército do Alentejo e foi general da cavalaria nos exércitos do Minho e Trás-os-Montes. A ele se refere diversas vezes o CE, em 1659, aquando no Alentejo, por ter socorrido as forças portuguesas, desbaratando as espanholas (III, 220), quando em Trás-os-Montes, em 1664, por ter saqueado umas aldeias na Galiza (CE, IV, 230), e em 1666 por ter derrotado a cavalaria espanhola perto de Monterrey, na Galiza (IV, 365). Em 1674 foi nomeado governador de Angola, naufragando e morrendo a caminho, no Cabo Negro.

²³² Fins de Setembro de 1663.

²³³ O forte de *Gaião*, ou, em galego, Goian, de que hoje ainda restam ruínas, fica na freguesia de Goian, concelho de Tomiño, em frente a Vila Nova de Cerveira. A tomada deste forte veio noticiada no «Mercurio Portuguez» em Outubro de 1663 (10).

²³⁴ Fins de Outubro de 1663.

(p. 98/99) Assentado ali o exército, mandou o Mestre de Campo General²³⁵, por ordem do Governador das armas²³⁶, fazer muitas tendas para enganar as atenções do inimigo e marchou o exército deixando as tendas armadas e com elas um terço auxiliar²³⁷, com ordem para que nas noites seguintes fizessem os soldados muitos fogos, fazendo crer ao inimigo que a nossa gente estava nos alojamentos e veio marchando até cair a noite em Ferreira, e dali se marchou a Candemil²³⁸, e ali ao Monte de S. Paio²³⁹, ainda com algumas horas de dia chegou o exército e fez alto para tomar a gente algum descanso com quem vinha o Conde Governador das Armas acompanhado de seus filhos e D. Francisco de Azevedo também com seu filho, D. Manuel de Azevedo, primogénito de sua casa e capitão de infantaria²⁴⁰ que seguia o exemplo de seu pai. Depois que a gente tomou refresco se saiu ao Cruzeiro de S. Paio²⁴¹ quando se repartiram as ordens e a gente que havia de ir à feição que se encomendou a Manuel Nunes Leitão²⁴², Mestre de Campo de um terço da infantaria.

²³⁵ Ou seja, D. Francisco de Azevedo e Ataíde.

²³⁶ O 3º conde do Prado.

²³⁷ O *terço auxiliar* era composto por tropas auxiliares, isto é, as de 2ª linha, vindas das milícias.

²³⁸ *Candemil* era uma freguesia portuguesa do concelho de Vila Nova de Cerveira, hoje freguesia União das Freguesias de Candemil e Gondar, sita, a nascente do monte de S. Paio, a caminho de Paredes de Coura. A marcha em causa foi, pois, feita de nascente para poente.

²³⁹ O *monte de S. Paio*, com a altitude de 683 metros e sobranceiro ao rio Minho, separa as freguesias de Sopo e Loivo, a poente, das de Candemil e Gondar, todas no concelho de Vila Nova de Cerveira.

²⁴⁰ Que, na altura, em fins de Outubro de 1663, contava apenas 16 anos de idade.

²⁴¹ O *cruzeiro de S. Paio* seria o cruzeiro sito no monte de S. Paio, voltado para poente, para o rio Minho, junto ao convento de S. Paio, na freguesia de Loivo, concelho de Vila Nova de Cerveira.

²⁴² *Manuel Nunes Leitão*, mestre-de-campo de um terço pago do exército de Entre-Douro-e-Minho, cuja participação neste episódio veio noticiada no «Mercurio Portuguez» (*Índice*, 8, 10), foi o 1º governador do castelo de Lindoso após a sua reconquista (CE, IV, 173). Foi ainda nomeado em 1663, após a sua conquista, governador do forte da Conceição (CE, IV, 228). Vem referido por diversas vezes pelo

Repartidas as ordens, marchou Manuel Nunes Leitão com a gente que estava a seu cargo para o posto que se lhe tinha atribuído e nas suas costas toda a mais gente a alojar-se nos arrabaldes de Vila Nova²⁴³.

Chegados à praça de Vila Nova foi logo o Governador das Armas e o Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo com Manuel Leitão à praia a tratar do embarcamento da gente e a repartir as patrulhas que dos outros terços havia de ir e pelejar. Pelas onze da noite²⁴⁴ se começou a embarcar nas barcas que para este fim tinha conduzido o general da artilharia, Fernando de Sousa Couto²⁴⁵, a quem se tinham encomendado.

Embarcou-se Manuel Nunes Leitão com a gente que estava a seu cargo, prevenida de todos apetrechos necessários para a escala de

(p. 100/101) uma praça, como são Mantas e Sarilhos²⁴⁶.

Era o forte de Gaião²⁴⁷ uma praça quase inexpugnável pelo sítio e pela fortificação e era um grande reparo para o inimigo e para nós uma porta para podermos entrar no Reino da Galiza; e

conde da Ericeira (CE, IV, 21, 33, 169, 321). Foi depois governador do castelo de Angra-do-Heroísmo (1672-1674) quando lá esteve alojado o rei, já deposto, D. Afonso VI. Consta duma curiosa relação de militares que, em 1662, estavam ausentes dos seus postos, a tratar de assuntos na Corte (*“Relação das pessoas a que se escreveu na forma da ordem de Vossa Majestade para se recolherem a seus postos. E do que consta de suas respostas”* - ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, 1662, mc. 22, consulta de 06.03.1662, divulgada no blog.guerradarestauração).

²⁴³ Entenda-se *Vila Nova de Cerveira*.

²⁴⁴ De 18.10.1663.

²⁴⁵ Ou antes *Fernão de Sousa Coutinho*, que, de facto, por toda esta época, foi general da artilharia na província do Minho, depois de ter sido capitão de infantaria e de cavalos no Alentejo e no Minho e tenente-general da cavalaria. Foi depois governador de Pernambuco, no Brasil (1670-1674; (CE, IV, 321, FG, X, 545).

²⁴⁶ As *Mantas* e *Sarilhos* eram fortes que integravam o sistema defensivo do forte de Goian.

²⁴⁷ A conquista do forte de Goian, a seguir narrada, deu-se em 19.10.1663 e vem narrado por CE, IV, 168-170 *“Tomado o forte, deu princípio ao quartel o mestre de campo general D. Francisco de Azevedo, que com incessante diligência havia facilitado todas as operações antecedentes, e a cavalaria se espalhou a correr a campanha, por não achar nela oposição.”*.

um freio para que o castelhano nos não entrasse pela província. E mal pudera ganhar-se sem ser por assalto, porque lhe ficaram uma légua pouco mais ou menos as suas praças, de S. Luís²⁴⁸ e Capote Vermelho²⁴⁹, com que não poderíamos cortar-lhes o socorro; e se não fora surpreendida mal nos fizéramos filhos dela. Estaria com boa guarnição de infantaria e duas tropas de cavaleiros.

Desembarcou, Manuel Nunes Leitão com um troço de gente e a outra ia passando e logo se guarneceu dos Sarilhos para se reparar, conforme as ordens que lhe foram expedidas pelo Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo e acompanhado de muitos capitães e cabos de valor. Esperava a gente que não tinha acabado de passar, por serem poucas as barcasas mas, tendo sentido saíram da praça as duas tropas de cavalos a reconhecer o sítio, e ele deixando-os, conforme a ordem, chegar bem aos Sarilhos lhes deu uma surriada de mosquetaria²⁵⁰ tanto a tempo e com tanto acerto que eles voltaram à praça, e esse Nunes Leitão com a gente que lhe tinha chegado se foram valorosamente chegando a ela, e lhe arrimaram as mantas. E se começou o assalto, com tanto valor que ainda estava o Governador das Armas e o Mestre de Campo General na praia²⁵¹ e já na praça a gente aclamava o rei D. Afonso²⁵² já ganhada ela com tão bom sucesso e valor, que em poucas horas se

²⁴⁸ Forte de S. Luís Gonzaga, em S. Pedro da Torre, Valença.

²⁴⁹ *Forte de Capote Vermelho*, estava ligado ao forte de S. Luis Gonzaga, em S. Pedro da Torre, e foi destruído em Julho de 1666 (do que se deu notícia no «Mercurio Portuguez», FARIA, Maria Isabel Ribeiro de, e FARIA, Maria da Graça Pericão de, *Índice do «Mercurio Portuguez»*, Coimbra, 1975, 36); CE, IV, 385.

²⁵⁰ Entenda-se uma carga de mosquetes. O mosquete foi uma das primeiras armas de fogo portáteis, usadas pela infantaria entre os séculos XVI e XVIII. Sendo uma evolução do arcabuz, era semelhante a uma espingarda, mas muito mais pesada, com o cano até 1,5 metros sobre a culatra de madeira e coronha grande e era geralmente munido de baioneta. Introduzido no século XVI foi o predecessor da espingarda moderna, tendo sido usado pela infantaria das potências europeias ao mesmo tempo que a besta ou balestra, que acabou por substituir.

²⁵¹ O que significa que ambos estavam presentes.

²⁵² D. Afonso VI.

fizeram senhores de um forte que parecia impossível intentá-lo!, ficando morto o governador de uma ala e ficando prisioneira toda a guarnição e os arrabaldes

(p. 102/103) saqueados, e parte da vedoria e todos os víveres que ainda na praça estavam.

Ouvidos os vivas na praia e sabendo-se estava a praça ganhada. Passaram logo os Generais à outra banda, deixando ordem para ir passando a mais gente as que com suas pessoas se acharem na defesa dela, se o inimigo intentasse alguma facção e ali se abraçaram todos uns aos outros dando-se os parabéns de tão feliz sucesso, vendo-se ganhada uma praça de tanta importância sem a perda de um só soldado, que não morreu nenhum no assalto; só alguns, que estando já dentro da praça e sofreram um desastre com o rebentamento de um barril, morreram da pólvora.

Além de ser esta praça de muita reputação era de grande utilidade para a Coroa, por se ficar comunicando com a nossa de Vila Nova; com a tomada dela ficou a nossa de Vila Nova²⁵³ livre dos perpétuos receios com que estava, por ser muito condenada pelo terreno e ficar alguma cousa senhoreada do forte. Com ele franqueamos a passagem do rio e nos fizemos senhores daquela parte da campanha do inimigo, fechando-lhe a porta para poder entrar na província de maneira que nunca mais exército seu entrasse nela e a abrimos para lhe entrar nas suas terras.

Avisou logo o governador das Armas a Sua Majestade de tão feliz sucesso que mais pareceu milagre que força humana; e se despediram os próprios a Trás-os-Montes ao conde de S. João, que com a sua gente e com a que tinha da província se chegasse a socorrer-nos por que se o inimigo intentasse a restauração, que lhe seria dificultosa, estando já a praça ocupada.

²⁵³ Vila Nova de Cerveira.

(p. 104/105) Ficava sobre o forte um monte que a senhoreava da parte da campanha do inimigo e, em eminência que bem se descobria muita gente dela. O que levou o Governador das Armas entender na fortificação e reparo do forte e, para esse efeito, chamou ao Conselho os cabos que nele costumavam votar sobre o sítio em que devia fazer-se a fortificação.

Votaram alguns, que se fizesse no mesmo posto em que estava dantes; mas D. Francisco de Azevedo votou que o forte devia fabricar-se na eminência do Monte aqui por senhorear mais a campanha, porque ficando o forte no mesmo lugar, ocupada a eminência pelo inimigo seria de não pequeno risco, por ficar barrando a praça com a artilharia e mosqueteria²⁵⁴, e demais que, fortificando-nos em cima, nos ficava aquele terreno que corria entre o rio e a praça, para recolher o nosso exército coberto dela, para socorrê-la se o inimigo se resolvesse a atacá-la. Ouvidas pelos cabos estas tensões tão justificadas se conformaram todos com elas e o Governador das Armas se começou logo a entender no trabalho desenhado pelo Mestre General Miguel de La Escole²⁵⁵ e se abriram as linhas e se começou o forte a que se pôs o nome de Conceição²⁵⁶, por ser o mesmo que se deu aos soldados na tomada de Gaião.

²⁵⁴ Com o tiro de mosquetes.

²⁵⁵ *Michel* ou *Miguel de l'École*, engenheiro militar francês, que dirigiu as obras de reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Chamado ao reino no contexto da Guerra da Restauração, foi nomeado "Mestre de Todas as Obras de Fortificação" no norte de Portugal, vindo a projetar os sistemas de fortificação de cidades como Valença (1643), Monção (1656) e Chaves, além de outros fortes, como o de S. Francisco Xavier do Queijo, no Porto (1661) e o forte de Lovelhe ou de Azevedo, em V. N. de Cerveira. Foi o precursor da Aula Militar da Escola de Viana, criada em 1701.

²⁵⁶ *Forte de N^a Sr^a da Conceição* ou simplesmente *da Conceição*, sito em Goian, município de Tomiño, na Galiza, frente a Vila Nova de Cerveira, mandado construir em 1663 pelo governador das armas de Entre-Douro-e-Minho, o 3º conde do Prado, de traça do engenheiro francês, Miguel de l'École, descrito pelo conde da Ericeira (IV, 168 e 229) e do qual ficou um desenho e planta, da época, de Manuel Pinto de Villa Lobos (CARVALHO, *Ayres de, Catálogo da Coleção de Desenhos*, BNP, Lisboa, 1977, 123). Embora na mesma localidade, não se confundia com o forte de Goian conqui-

(p. 106/107) Nestes dias chegou o conde de S. João com a sua partida e a do Minho, porque a toda a pressa marchava ao socorro e a todos pareceu muito bem o sítio da fortificação.

Tanto que o conde de S. João saiu da província de Trás-os-Montes, o Pantoja que por aquela se tinha ido à oposição, tendo notícia da perda de Gaião²⁵⁷ e se a gente de Trás-os-Montes era partida para o Minho, veio com o seu exército e se pôs no Monte, chamado dos Medos, e ali fabricou o forte a que chamam dos Medos²⁵⁸, atacando

tado pelos portugueses pouco antes. Estava incluído no sistema defensivo fronteiro de Goian-Vila Nova de Cerveira que, no lado galego do rio Minho, era constituído ainda, mais a nordeste, pelo forte de Santiago de As Chagas, também construído pelos portugueses, pelo forte da Barca e San Lorenzo, pela Torre dos Correa e pela Torre de Os Ratos, todos em Goian, e pelo forte de Santiago Carrillo de Medos, construído pelos espanhóis, em Estás. Na margem de Portugal era integrado pela praça-forte e castelo medieval de Vila Nova de Cerveira, pela atalaia do Espírito Santo e pelo forte de Lovelhe, também junto a Cerveira. O forte da Conceição foi um dos protagonistas dos confrontos de fronteira entre Portugal e Espanha na Guerra da Restauração, teve, de início, uma finalidade ofensiva no território da Galiza e depois de consolidação da conquista e de aquartelamento de tropas. Aproveitando, na altura, a desprotecção da zona, após a ofensiva espanhola de 1657, o exército português, em Outubro de 1663 atacou e ocupou o forte de Goian, estabelecendo uma cabeça-de-ponte apoiada desde Cerveira e construindo uma ponte de barcas sobre o rio Minho. As tropas portuguesas, uma vez conquistado o fortim da Barca, construíram, em dois meses, o forte da Conceição, de maior envergadura, para se defenderem da contra-ofensiva galega. O forte foi descrito pelo então capitão-general da Galiza D. Luis Poderico (1663-1665): "(...) *es un fuerte Real de cinco baluartes capaz de tres mil infantes de guarnición y quinientos caballos, y además tiene un recinto en que pueden poner todo su ejército muy seguro y el terreno en que están estas fortificaciones es una eminencia que predomina y descubre la campaña.*" Esta descrição é corroborada por três plantas históricas da praça, levantadas por portugueses. De acordo com a iconografia da época o forte possuía cinco baluartes e um hornaveque com dois semi-baluartes protegidos por uma meia-lua que, por sua vez, defendia o acesso ao interior do recinto. A partir deste forte os portugueses lançaram ataques contra diferentes enclaves na Galiza. Em 1665 tomaram o forte de Santa Cruz, em La Guardia, acabado de construir no ano anterior (1664), e chegaram até Bouzas e O Porriño, povoações que saquearam e incendiaram. O forte da Conceição foi devolvido a Espanha depois de finda a guerra e desmantelado pouco depois (www.fortalezas.org).

²⁵⁷ O atrás citado forte de Goian.

²⁵⁸ O forte de Santiago Carrillo de Medos ou Amorín ou simplesmente forte dos Medos, no lugar de Estás, no município de Tomiño, foi construído pelos espanhóis, após a construção em 1663 do forte da Conceição, em Goian, pelos portugueses, com a função de impedir o avanço destes sobre Tui. Foi erguido no lugar de Medos pela sua proximidade com a dita outra praça e pela situação da sua altura em relação à mesma (www.fortalezas.org).

com ele o nosso, da Conceição que lhe ficava a tiro de artilharia; e se chegou com o seu poder como quem nos buscava. Saiu D. Francisco de Azevedo e se formou, galhardamente, em uma campina, porque ficaria diante da praça e pelejou a campanha longe, porque o Cantoja mandou retirar a sua infantaria e foi rebatido, ficando-lhe prisioneiro um coronel francês que governava um regimento de cavalaria e outros prisioneiros que se retiraram, e a nossa se tornou a recolher à praça em que se trabalhava com o cuidado que se requeria; e em outro fortim que se fazia a que a parte do Nascente em outra eminência, o Mestre de Campo General pôs o nome das Chagas²⁵⁹, comunicada por estrada com o da Conceição, e senhoreava grande parte do rio.

Não sossegava o espírito dos portugueses ainda que conseguidas as maiores facções e sempre ambiciosos de glória, aspiravam

(p. 108/109) a novos riscos e mal sofriam ver o inimigo ainda nas suas terras quanto mais na nossa província! E aqui impacientes os generais de que a praça de Lindoso²⁶⁰ estivesse ocupada pelos capitães; intentaram restaurá-la e seguir a rotina que soprava favorável e aqui o Governador das Armas, consultando a D. Francisco de Azevedo, se resolveu mandar a ganhá-la, que era o mesmo que mandar invadi-la, e aqui entre ambos se assentou esta resolução, não reparando no tempo que era já muito enevoado no Inverno²⁶¹. E aqui tendo assentado com esta facção se foi o Mestre de Campo General D. Francisco atender o conde de S. João por ordem do

²⁵⁹ O *forte de Santiago de As Chagas* ou simplesmente *forte das Chagas* foi também construído pelos portugueses em 1663, também em Goian, na Galiza, no outeiro chamado Monte dos Fachos, directamente ligado, por trincheiras, com o forte da Conceição. Tinha menores dimensões do que este, planta quadrada e baluartes nos vértices, com dois revelins. Foi erguido em terra apiloada e estacas (www.fortalezas.org).

²⁶⁰ O castelo e forte de Lindoso manteve-se na mão dos espanhóis desde Agosto de 1662 até Outubro de 1663.

²⁶¹ Inverno de 1663.

Governador das Armas a pedir uma partida da cavalaria sem romper o segredo que estava entre ele e o Governador das Armas e se elegeu por cabo desta facção a João Rabelo Leite²⁶² que ocupava o posto de tenente general, pessoa de valor e reputação para que fosse por cabo desta gente em que se escolheram dos terços os capitães e gente de que se tinha mais confiança.

João Rabelo Leite, nos princípios de Dezembro²⁶³, com esta partida, com todas as munições sem que no exército soubessem aonde se encaminhava aquele troço, mais que o Governador das Armas e o Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo²⁶⁴,

(p.110/111) levava ordem para se arrimar à praça tanto que chegasse e aqui a executou valorosamente e a atacou com tão grande resolução e acerto que em trabalho de dois dias se lhe abriram fornilhos²⁶⁵ e se rendeu, ficando com tudo João Rabelo, ferido em uma perna que com valor, assistia a todas as partes daquela mesma praça que aos inimigos tinha custado 7 dias de peleja, a recuperamos breve, em dois dias, tendo uma boa guarnição e estando acrescentada nas fortificações e teve Castela uma ferida, tão junto das dores da outra, que mal sabia qual fora dada ou de quem se queixasse, tendo no mesmo tempo ganharmos-lhe as suas praças e restaurar as nossas, com tanta reputação da nossa Coroa como desonra da sua monarquia. Mas o valor dos portugueses é tão conhecido no

²⁶² *João Rabelo Leite*, natural de Guimarães, foi mestre-de-campo no exército do Entre-Douro-e-Minho, comandou a reconquista do castelo de Lindoso, em 1663 (CE, IV, 172), participou na conquista do forte de La Guardia (Novembro 1665), aonde ficou gravemente ferido (CE, IV, 323), foi fidalgo da Casa Real (assim aparecendo em 1683 na habilitação para a Ordem de Cristo de um seu neto, Joane Mendes de Vasconcelos Pereira (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, letras I e J, mc. 4, n° 3).

²⁶³ Dezembro de 1663.

²⁶⁴ Pelo que em total segredo.

²⁶⁵ *Abriram fornilhos*, ou seja, abriram buracos ou covas onde se metia material explosivo, em situação de guerrilha ou guerra.

mundo que não eram (...) a que acreditá-lo as lástimas de Castela. E apenas teria o General inimigo a nova de que Lindoso estava sitiado quando logo teve a notícia de que estava rendido, sendo nos portugueses o mesmo intentar que conseguir.

Ganhada a praça²⁶⁶ avisou logo João Rabelo ao Governador das Armas

(p.112/113) do bom sucesso que sabido foi festejado com grandes demonstrações dando-se muitas largas e acendendo-se na praça muitas luminárias bem à vista do exército do inimigo que, com paciência, sofria a sua mágoa e logo João Rabelo, deixando guarnecida a praça se recolheu à da Conceição, com grande aplauso.

Ali se deteve o Governador das Armas até os fins de Dezembro²⁶⁷, estando já as praças bem fortificadas e abatida a antiga do Gaião se retirou o Governador a Viana, deixando a praça guarnecida e a Manuel Nunes Leitão por Governador dela e se desfez o exército; e o conde de S. João tomou a marcha para que a sua província (...) o Mestre de Campo, General D. Francisco que, incansavelmente atendia ao trabalho, se ficou na praça de Vila Nova com assaz de incómodos até os princípios de Fevereiro²⁶⁸ para que dali de mais perto dar a mão ao Governador se necessário fosse porquanto o inimigo estava ainda com o seu exército no Forte dos Medos.

Neste tempo em que o Mestre de Campo General se deteve em Vila Nova, como consentia mal fazerem-se as horas no descanso, logo começou a entender em fabricar quartéis na praça para a Cavalaria e Infantaria para maior comodidade dos Soldados, como também

²⁶⁶ CE, IV, 172, conta o episódio da tomada do castelo de Lindoso, dizendo que comandou o ataque o tenente do mestre-de-campo general João Rebelo Leite, à frente de 300 soldados e 4 companhias de cavalos.

²⁶⁷ Dezembro de 1663.

²⁶⁸ Fevereiro de 1664.

pela vexação que aos moradores podia fazer aquartelarem-se os soldados por suas casas e fez trabalhar

(p. 114/115) nelas com tão bom cuidado que brevemente se acabaram.

Tinha chegado, ao exército inimigo de novo com o posto de General, D. Luís Loderico²⁶⁹ e parece que teve curiosidade de ver a nossa praça da Conceição ou, como não conhecia ainda a constância dos portugueses, devia entender lhe seria tão fácil o restaurá-la, como anos fora a ganha-la; e aqui mandou todo o seu poder que saindo do seu Forte dos Medos veio a reconhecer a praça, mas foi dela, também, rebatido, que bem se viu o valor dos cabos da guarnição; ali se achava também D. Manuel de Azevedo, filho do Mestre de Campo General, e era capitão de uma companhia paga e que por ordem do Mestre de Campo General se lhe davam os lugares de risco, querendo que neles seguissem os seus pares. Ouvido o reboliço, em que da praça se pelejava começou logo o Mestre de Campo General, D. Francisco, com todo o cuidado e presteza a puxar pelas gentes e a conduzir barcos para passar ao socorro. Mas D. Luís Loderico, ou satisfeita a sua curiosidade ou desenganada a sua esperança, se retirou, não querendo esperar a nossa gente, sendo que da praça se lhe fez bastante dano; e lhe ganhou tal respeito que nunca mais ali voltou e por essa razão se não moveu D. Francisco de Azevedo, com a cavalaria e infantaria que já tinha a socorrê-los.

²⁶⁹ D. Luis Poderico (1608-1675) e não Loderico, napolitano ao serviço de Espanha, governador e capitão-general da Galiza (1663-1665), tinha sido mestre-de-campo general de D. Juan José de Áustria, tendo tentado, sem êxito, a reconquista do forte de Goian em Janeiro de 1664 (CE, IV, 173, 229; LÓPEZ, Emilio González, *El Aguila Caída. Galizia en los reinados de Filipe IV e Carlos II*, 1973, 202, 203, e, sobretudo, ROEL, Antonio Eiras, *Aportacion documental en torno el mariscal Schomberg y la invasion portuguesa de 1665 en Galicia*, in «Homenaje a José Garcia Oro», Santiago de Compostela, 2002, em que se faz um estudo pormenorizado do comando deste militar).

E assim feito o avisou o Mestre de Campo General ao Governador das Armas e ele o mandou retirar a Viana, aonde se foi nos princípios do mês de Fevereiro do ano de 64.

E logo no Abril seguinte se foi o Governador das Armas à Corte e ficou com o governo dela, por sua ausência, D. Francisco de Azevedo, Mestre de Campo General.

Tanto que teve a província a seu cargo, não lhe consentindo o descanso se tornou a passar a Vila Nova, e porquanto que aquela praça é pelo terreno mui condenada e mal segura e, sobre a mão direita ficava a praça

(p. 116/117) do inimigo na nossa terra a uma légua distante e por aquela parte podiam fazer correrias ou passar o rio com poder, saindo destruir e atacar a Vila Nova, por que era mal defendida e ganhá-la; e consequentemente perdíamos também a Conceição e as Chagas, e se franqueava ao inimigo toda a passagem daquele rio e se fazia senhor dele, dali até Caminha: e aqui bem que nos podia ser de grande dano estar aquele paço, sem defesa, e nestas tensões com o desenho do Mestre General Miguel de La Éscole mandou levantar um forte, na campanha a nascente também sobre a mão direita, bem junto ao rio, porção em que com sua atalaia que já estava feita ao lado do Monte de S. Paio se cruzavam as balas; e ficou seguro aquele paço com o forte e a praça de Vila Nova, sem receios, franqueado o rio para a nossa passagem, e lhe pôs o nome de D. Francisco de Azevedo²⁷⁰.

Feita esta fortificação de tanta importância e cortado o passo ao inimigo para a passagem do rio, como para as correrias do Senhor da La Torre; passou a querer remediar uma queixa que havia nos

²⁷⁰ Ou *forte de Azevedo* ou de Lovelhe, construído em 1664; vd. duas gravuras deste forte in ANTUNES, João Manuel Viana, *Obras Militares do Alto Minho. A costa atlântica e a raia ao serviço das Guerras da Restauração*, Porto, UP, 1996, 123-124.

povos da província de que os soldados de cavalaria que iam a dar a Vila Verde usavam tiranamente das liberdades de soldados, roubando e destruindo aos patrões aonde estavam aquartelados e, como o Mestre de Campo sabia muito bem que muitas vezes pelos pecados dos soldados se perdem os exércitos e as monarquias, e como era tão católico e recto, sofrendo mal aquelas injustiças, mandou que aos soldados fizessem dar víveres e se lhes pagassem a três vinténs de soldo por dia, e mandou com grandes penas aos soldados não anexassem os povos e eles andaram tão ajustados com a ordem, que naquele tempo se não ouviram mais os clamores do povo e aqui mesmo fez se desse à infantaria, com pontualidade, o seu pão de munição.

Nestes exercícios se ocupava quando chegou da Corte o Conde Governador das Armas; e entregue do governo, se partiu também à Corte o Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo a aplicar às expedições tocantes ao exército que se formou no ano de 64 para se entrar em Galiza, cujos

(p. 118/119) sucessos se introduzem nesta história por deixados escritos pelo Mestre de Campo General, que no estilo de bem a conhecer do que tinha de soldado e de discreto, com a propriedade das locuções e retórica das frases, que foram os seguintes treslados fielmente como ele os deixou, bem ajustados com a verve²⁷¹.

²⁷¹ Mas curiosamente não introduziu depois a descrição em causa, feita pelo próprio D. Francisco. Deveria referir-se à invasão da Galiza feita pelo exército em 1665, na qual, para além do mais, foi conquistada a praça de La Guardia, na qual D. Francisco se notabilizou (a isso se refere um assento do Conselho da Guerra de 01.12.1665, ANTT, Conselho da Guerra, Registo de Patentes, Alvarás e Ordens, nº 31, fº 6 rº, Escol 37, in ROEL, Antonio Eiras, *Aportacion documental en torno el mariscal Schomberg y la invasion portuguesa de 1665 en Galicia*, in «Homenaje a José Garcia Oro», Santiago de Compostela, 2002, 150). Foi aquando da capitulação daquela praça que se deu o episódio já supra narrado na nota 277. Segundo o CE (IV, 321) juntou-se em Outubro de 1665 um forte exército de 12000 infantes e 2500 cavalos, “Era governador das armas o conde do Prado, mestres de campo generais o conde de S. João e D. Francisco de Azevedo, que governavam cada um a sua semana,

Como D. Francisco de Azevedo tinha usado do exercício do posto de Mestre de Campo General, mandou fazer deituação²⁷² diante de Sua Majestade que, conhecendo a importância de sua pessoa, lhe não quis aceitar e lhe escreveu uma carta cheia de muitas honras, em que lhe pedia tornasse a servir o posto e outra de repreensão ao Conde, Governador das Armas e vendo D. Francisco o gosto de Sua Majestade, tornou a ficar com o Exercício do seu posto²⁷³.

Tomada a guarda se desfez o exército e vindo por Governador das Armas de Castela pelo Reino de Galiza²⁷⁴, no ano de 66, o condestável de Castela²⁷⁵ que mandou formar exército a que sabido do Conde Governador das Armas se preveniu logo a que a oposição, já sem nenhum sobressalto por estar bem senhor da província e tomados todos os lados por onde o inimigo podia intentar fazer-nos dano; pediu-se, contudo, socorro à província de Trás-os-Montes que despediu logo Diogo de Brito²⁷⁶, Mestre de Campo daquela província por a estar governando em ausência do Governador dela o Conde de S. João que na Corte assistia.

Com a gente de Trás-os-Montes e do Minho se incorporou o nosso exército em Ferreira e botou o inimigo Conde entre os seus

general da cavalaria Pedro César de Meneses, general da artilharia Fernão de Sousa Coutinho, sargento-maior de batalha Miguel Carlos de Távora."

²⁷² Ou seja, quis renunciar ao cargo.

²⁷³ É a carta a que se alude supra na nota 278, dada após o episódio com o conde de S. João, quando da tomada do forte de La Guardia, na Galiza.

²⁷⁴ Ou seja, por governador das armas da Galiza, no caso por seu capitão-general.

²⁷⁵ Que era *D. Íñigo Fernandez de Velasco* (1629-1696), primo do rei D. João IV, 7º duque de Frias, condestável de Castela, general na Guerra da Catalunha, capitão-general da Galiza, governador dos Países Baixos Espanhóis (1668-1669), membro dos Conselhos de Estado e da Guerra, presidente do Conselho das Ordens (1671) e do Conselho Supremo da Flandres e mordomo-mór do rei de Espanha Carlos II (1676).

²⁷⁶ *Diogo de Brito [Coutinho]* trinchante-mór dos reis D. João IV e D. Afonso VI, por ter sucedido na função a seu tio D. Filipe Lobo, que o havia sido dos reis Filipe III e IV, mestre-de-campo de infantaria, general da artilharia, e mestre-de-campo general da província do Minho, Alentejo e Trás-os-Montes, por duas vezes governador interino das armas desta província, na ausência do conde de S. João (CE, IV, 230 e 362; FG, X, 165, e II, 137). Parente próximo do 3º conde de Castelo Melhor.

fortes de Capote Vermelho que ficavam sobre o rio, da sua parte da Galiza, dando a entender que queria passar o rio por aquela ponte para passar a Portugal; mas, logo se viu, era aquilo diversão e não o intento principal, porque, levantando dali se foi por a Vila da Conceição²⁷⁷, levando o exército bem à vista de Vila Nova, fazendo ponta a buscar a Praça da Conceição ou da Guarda.

Sabida esta notícia no exército chamou o Governador das Armas a Conselho sobre o que devia obrar-se. Foi o voto do Mestre de Campo General que o nosso exército marchasse logo a Candemil, e se avisasse

(p. 120/121) ao Governador de Vila Nova, Francisco Soares Malheiro²⁷⁸, armasse a ponte na praça e que o exército passasse o rio entre a nossa praça de Vila Nova e da Conceição; e que dali caminhássemos a buscar ao inimigo na campanha e lhe déssemos batalha e que nos ajudavam a ficarmos debaixo das abas da nossa praça da Conceição.

Resolveu-se a que ali se executasse; e logo começou o Mestre de Campo General, com brevidade e destreza, a pôr o Exército em marcha e se avisou a Francisco Soares Malheiro botasse a correr, o que logo fez com a prontidão de soldado; e pela tarde, com horas de dia se chegou ao alto do Monte de Candemil²⁷⁹, bem à vista das praças de Capote Vermelho ou do Conde de La Torre e do seu exército.

²⁷⁷ Aonde se encontrava o forte da Conceição.

²⁷⁸ *Francisco Soares Malheiro*, cavaleiro da Ordem de Cristo, mestre-de-campo no exército do Minho, na altura governador da praça de Vila Nova de Cerveira, e se achou no sítio de Monção em que obrou acções de valor como se vê nos Registos do Rey D. Afonso VI (FG, II, 356). Foi irmão de João Sanches de Moscoso, que morreu no primeiro ataque à praça de Salvaterra do Minho, depois de ter morto o governador da mesma, Gregório Lopes de Puga e Quinhones, pelo que, pelos seus serviços, o rei D. João IV deu a comenda e alcaidaria-mór de Vila Nova de Milfontes ao pai (FG, loc. cit.). Também este seu pai, Marcos Malheiro Pereira Bacelar, *servio ao Rey D. João 4º em todas as occasioins do seu tempo, e o acompanhou ao Alem Tejo na campanha de 1643*, bem como seu irmão mais velho, António Pereira Sottomayor Bacelar.

²⁷⁹ Na actual freguesia de Candemil e Gondar, concelho de Vila Nova de Cerveira.

Como o nosso estava aos olhos do inimigo quis o Mestre de Campo General mostrar maior o nosso poder e com ardil e destreza de tão larga experiência o foi metendo pelo Monte de Moreira com uma contra marcha para que os soldados que passavam em uma ponta da fileira, dobrando um alto do Monte, se tornaram na outra ponta a incorporar com a fileira e para parecer dobrado o número do exército aqui o foi fazendo passar com uma galharda vista e assombrando com as mostras do poder ao inimigo, que vendo a marcha do nosso exército fez Conselho de Guerra (como constou pelas inteligências²⁸⁰) e nele um constante, dissera o Mestre de Campo General D. Baltazar Cantoja ao Condestável, algumas lições bem concertadas sobre a prevenção, que diria ser a multidão, concluiu para que S^a. Ex^a. teria no dia seguinte uma formosa ocasião, porquanto conhecia do ânimo dos portugueses, e do valor dos cabos, que estando em Candemil e a ponte lançada sobre o rio, infalivelmente

(p.122/123) amanheceria na Campanha apresentando-lhe batalha, e que teria ele a glória de ser o próprio que a desse por aquela ocasião; tanto que o Condestável teve este aviso do seu Mestre de Campo General não querendo esperar a nossa resolução aquela mesma noite retirou o exército e amanheceu recolhido entre os seus fortes dos Medos e Capote Vermelho, e se aquartelou, armando tendas. Visto o movimento do inimigo se resolveu não se passar o rio e o Governador das Armas, consultando o Mestre de Campo General, resolveu se fizesse um reduto no alto do Monte de Candemil, porque se o inimigo que ainda tinha a sua ponte lançada intentasse por aquela parte do Conde de La Torre buscar-nos para nos desalojar nos achasse bem prevenidos.

²⁸⁰ Ou seja, pela espionagem.

Fez-se logo o reduto de torreões, bem fortificado, e se lhe meteu de guarnição a João Felgueira²⁸¹, soldado de valor e ex++periência com o seu terço de infantaria paga de que era Mestre de Campo e o exército ficou bem encoberto com o reduto e ali se deteve o exército ainda quinze dias.

Nestes, chegou aviso do Mestre de Campo General da província de Trás-os-Montes, Diogo de Brito, que o Pantoja andava por lá queimando, porque o surdina²⁸² tinha marchado, deixando as tendas armadas. E que se lhe mandasse, para rebatê-lo, a gente que da sua província estava no exército; aqui se despediu logo e tomou a marcha para a sua província.

Tinha o Governador das Armas e o Mestre de Campo General, depois de tomado Gaião, repetidas vezes avisado a D. Baltazar Cantoja que não queimasse em Portugal, porque uma só palhoça havia de custar o incêndio de grande parte da Galiza. Em Trás-os-Montes

(p. 124/125) se fez Conselho e nele resolveram, o Governador das Armas e o Mestre de Campo General, passasse o nosso exército a Conceição pela ponte que diante de Vila Nova estava lançada, e entrasse em Galiza a queimar; aqui se executou e, passando-se a ponte, ficou o nosso exército, de tarde, aquartelado entre o rio e a Conceição, o que visto pelo Condestável, como o nosso exército se moveu, levantou e se foi aquartelar além da cidade de Tui, na Veiga do Louro²⁸³, desamparando a campanha.

²⁸¹ Este *João Felgueira*, mestre-de-campo de um terço de infantaria paga, seria João Felgueira Gaio, que viveu por esta altura, senhor da Casa da Fervença, em Barcelos, fidalgo da Casa Real, comendador de S. Fagundo, na Ordem de Cristo, mestre-de-campo de infantaria e governador das armas da província do Entre-Douro-e-Minho (FG, V, 442). Foi irmão do balio de Leça, Gaspar Carneiro.

²⁸² Entenda-se *o safado*.

²⁸³ Na paróquia de Rebordans (S. Bartolomeu)/Guillarei (S. Mamede), concelho de Tui.

No dia seguinte, pela manhã, saiu o exército formado pelo Mestre de Campo General em batalha vistosa muito por diante do forte dos Medos e se meteu em Galiza, queimando e destruindo quintas e casas que ardiam miseravelmente e ardeu também uma formosa casa de campo que ali tinha o Conde de Gondomar²⁸⁴, não escapando ainda as casas que estavam cobertas com os seus fortes, dos Medos e Capote Vermelho²⁸⁵, ainda a tiro de mosquete, que ali se lhe foram abrasar e saquear. Sendo que, em quase três dias que campeou o exército pelas suas terras sem que nos tocasse uma arma. Vendo fazer um dano à vista do seu exército tão grande que se reputou em um grande número de fazendas.

Com este sucesso se tornou a recolher o exército outra vez a Conceição²⁸⁶, aonde se fez Conselho sobre o que devia obrar-se; nele votou D. Francisco de Azevedo que o nosso exército marchasse a Paredes²⁸⁷ e que dali se observassem os movimentos do inimigo, porque o Cantoja se havia de incorporar com o seu General que estava na Veiga do Louro e poderia querer despicar-se e aqui devíamos estar prevenidos a que a oposição aqui se fez, que se soube se desfizera o inimigo, e logo passou ordem o Governador das Armas ao Mestre de Campo General se desfizesse o exército que logo passou

(p.126/127) a ordem aos terços que haviam de ficar aquartelados no Concelho de Coura e outros se despediram das gentes convenientes e se desfez o exército. Os Generais se retiraram a Viana, acompanhados dos seus cabos maiores.

Suposto que este fosse o último exército que se formou, porque as pazes que se confirmaram entre uma e outra Monarquia fize-

²⁸⁴ Os condes de Gondomar eram galegos. Na altura era 2º conde D. Diego Sarmiento de Sottomayor Y Acuña (1616-1690).

²⁸⁵ Em Goian, Tomiño, na Galiza.

²⁸⁶ O forte da Conceição, em Goian, Tomiño, Galiza.

²⁸⁷ Entenda-se hoje Paredes de Coura.

ram a que de inimigos se abraçassem as duas coroas, abrindo os olhos aos castelhanos na pouca justiça com que se empenharam na conquista destes reinos, contudo como até ali, se não concluíssem os tratados e práticas da paz. Sabendo-se que pela província do Minho entrasse um exército em Galiza em tempo conveniente para campear lhe faria um grande dano e que se emendariam as tensões do passado ocasionadas ou do rigor do tempo, ou o que mais certo é das emulações dos homens. Passou o Mestre de Campo General D. Francisco à Corte a propor a Sua Majestade as conveniências da formatura daquele exército e a propor-lhe com a eficácia de bem sentidas razões o que lhe parecia mais necessário ao bom sucesso dos progressos dele (...) guerra já deixando descansar as armas dispôs as cousas, de maneira que as pazes se confirmaram com o que não chegaram à execução estas diligências e outras que na província se tinham feito e não fazendo, como foram passar alguns terços de auxiliares a pagos. E certo é que a Galiza experimentara uma grande perda, se a paz não atalhasse este exército, porque, com a ajuda do tempo e com termos tantas praças fronteiras e nas suas terras aonde destruíramos muitos dos seus lugares interiores que pela maior parte são mal

(p. 128/129) defendidos e, pelo que se tinha visto no Exército passado, também este não acharia oposição.

Como a paz se efectuou²⁸⁸, deveu-se mais ao Mestre de Campo General em Lisboa aonde lhe deu uma doença de que logo se teve poucas esperanças de melhoria, porque como o trabalho contínuo a que nas campanhas tinha padecido o deixassem cortado, e a valentia do mal o apertasse começaram os médicos a desconfiar da sua vida e ele a se dispor para a morte, assim na consciência como

²⁸⁸ A Guerra da Restauração terminou pela paz celebrada pelo tratado de Lisboa em 13.02.1668.

na disposição de sua casa. Era assistido de toda a fidalguia e do sentimento de toda a Corte. Mas ele sabia bem que em um instante de descuido se perdem todas as boas obras de muitos anos e que em um instante de cuidado se recuperam muitos anos de tempo distraído e que em aquela hora em que se passa a dar contas ao Altíssimo, ou se desperdiça ou se aproveita tudo, negando-se as visitas da vaidade, se deu todo nas pregações ao Espírito, e suposto o seu em vida – a vida foi-se ajustadíssima tanto que entre a doença da guerra parecia viver entre a clausura da religião e entre os embaraços de um governo vivia como na isenção de um retiro; sem que ao serviço real devesse um descuido, nem ao seu tesouro um só vintém, nem aos povos uma só injustiça antes também feito com que nem os povos padeciam nem o Serviço da Coroa se queixava, rezando desde mui moço ao Altíssimo todos os dias e ainda nas campanhas e nas marchas mais ocupadas, furtando as horas ao descanso muitas vezes para esta devoção, que o satisfazia, mas sendo soldado com a pontualidade como se tivera as obrigações de sacerdote. Contudo, para a preparação daquela jornada, se confessou geralmente e repetidas vezes; e tendo a consolação de receber todos os Sacramentos da Santa Madre Igreja com grande piedade cristã; assistido de numerosos religiosos doutos e varões

(p.130/131) espirituais que lhe faziam as lembranças convenientes àquela hora seguindo-as e abraçando-as, psalmeando com eles a coros o Salmo Miserere Mei do que deu o serviço a seu Criador e foi gozar (como pelos actos que fez de amor e conformidade piamente cremos) da Vida Eterna²⁸⁹; aonde acharia o que mereciam suas virtudes já que na Terra lhe faltaram os que se deviam às suas acções; morreu cheio de Serviços, farto de prémios; se pode haver outro maior para vassalos e desinteressados como ele que o

²⁸⁹ Morreu em 13.02.1669, com cerca de 50 anos.

acerto no Serviço do seu Rei. Deixou cinco filhos e quatro filhas, dando-lhes já no Mundo parte do prémio que a Esperança, em lhe multiplicar a sucessão. Os filhos, generosamente vão seguindo as pisadas de seu pai, uns nas Letras, outros na virtude. D. Manuel de Azevedo e Attayde, primogénito e herdeiro de sua casa, que foi testemunha e imitador das obras de seu pai achando-se em muitas campanhas, ocupava já o posto de Mestre de Campo de infantaria paga quando se confirmaram as pazes; e hoje se acha casado com D. Luísa Antónia Ponce de Leon, filha dos Excelentíssimos Condes de Pombeiro, Viscondes de Castelo Branco, seu filho segundo D. António de Azevedo segue as Escolas na Universidade de Coimbra, aonde nas Letras mostra ser filho de tão bom pai. Os três, D. Inácio, D. Carlos e D. Lopo, tomando mais alto desengano, negando-se ao Mundo se recolheram todos três ao porto seguro da Religião, tomando o hábito na Sé Patriarcal do Porto. As filhas são também D. Angela M^a. de Castro, D. Antónia de Attayde e D. Barbara Michaela, estimando

(p. 132/133) mais que as galas o sarau e, achando que o adorno se faz perpétuo quando trocaram a vaidade da beleza pela mortalha da clausura, buscando com gozo por quem não havia de trajar lutos, antes lhe assegurar Vida Eterna, se recolheram ao Convento de Santa Clara de Vila do Conde, vestindo o hábito de frade menor de S. Francisco; a outra, D. Maria Michaela, dotada de superior espírito, ajustada com preceito do Evangelho em que nos manda deixar para segui-lo; pai e irmãos e largou a companhia das irmãs e se retirou a Recoleta da Mãe de Deus, em Lisboa aonde é mais apertada a penitência. Neste mesmo Convento, na capela que ali tinha pelo Morgado dos Britos que possuía, foi sepultado o corpo de D. Francisco de Azevedo com geral sentimento de todo o Reino, por ser em todo ele amado por sua afabilidade e valor e bom procedimento, tanto que na província do Minho os povos choraram como

se foram filhos, assistiram às exéquias todos os fidalgos e títulos da Corte, os mais se vestiram com capuzes e com o entendimento do sangue, o acompanharam até o Carneiro, aonde descansará seu corpo até que Deus seja servido, levado também, a gozar com o Espírito o prémio que ambos souberam merecer.

FIM



Forte de Azevedo, em Lovelhe, V. N. Cerveira



Solar de Barbosa, Rans, Penafiel



Arcossólio com túmulo de D. Francisco de Azevedo e Ataíde,
Igreja dos Capuchos, Penafiel



Pelourinho da honra de Barbosa, Rans, Penafiel



Forte da Conceição, em Goian, frente a V. N. Cerveira

(Página deixada propositadamente em branco)

ADENDA

O autor, D. Inácio de Ataíde

D. Inácio de Ataíde nasceu em 25.09.1657 no solar de Barbosa²⁹⁰, sito na freguesia de S. Miguel de Rans, na altura julgado, actual concelho, de Penafiel [de Sousa] e termo do Porto, tendo aí sido baptizado no mesmo dia²⁹¹. Foi moço fidalgo da Casa Real mas depois tomou o hábito de S. Bento em Tibães, em 19.09.1670²⁹² ou 24.09.1671²⁹³, sob o nome de *frei Inácio de Ataíde*. Foi lente de Matemática na Universidade de Coimbra²⁹⁴, cadeira da qual tomou posse em 22.03.1702 e na qual se jubilou em 02.03.1722. Foi ainda, desde 17.02.1707, conductário, com privilégios de len-

²⁹⁰ Assim o dizem ACS, ob. cit., loc. cit., MACHADO, Barbosa, ob. cit., loc. cit., e SARAIVA, Cardeal, *Índice Chronologico*, loc. cit..

²⁹¹ ADP, Livro Misto de Rans, n.º 1, fl. 42; teve por padrinho seu avô paterno, D. Manuel de Azevedo e Ataíde.

²⁹² ADB, Congregação de S. Bento, inquirições de genere, cotas CSB-45-fls. 13-21v, e CSB-43-fls.115, 117v (em 17.11.1670). Está, pois, errada a data indicada na GEPP, loc. cit..

²⁹³ ADB, Livro do Noviciado, CSB 25, fl. 62v, e SOUSA, D. Gabriel de, *O padre mestre frei Inácio de Ataíde*, «Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Penafiel», 1972, 1, 87, aonde este alerta para o erro na data indicada nos apontamentos de Frei Luis de Santa Bárbara. ACS, VIII, *Advertências*, 18, 42, também indica esta última data.

²⁹⁴ Por provisão de 23.01.1702, cargo de que tomou posse em 22.03.1702, do qual foi jubilado por carta de 02.03.1722 e reconduzido por provisão de 22.05.1722 (in FERREIRA, Francisco Leitão, *Alphabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*, Coimbra, 1937, 33, 186, 322 e 336).

te, na faculdade de Teologia²⁹⁵, daquela Universidade²⁹⁶, na qual se doutorou. Presidiu à transladação do corpo da Princesa Santa Joana²⁹⁷ e foi importante pregador sacro. Publicou “*Sermão ... no solene dia em que se celebrou a gloriosa entrada da relíquia do Pai dos Pobres S. Tomaz de Vilanova na ilustre Sé de Coimbra*”, que foi impresso em Coimbra, em 1690. Escreveu ainda uma biografia manuscrita de seu pai, que é o códice aqui publicado, e deixou uns apontamentos biográficos²⁹⁸. A ele se referem todos os autores e fontes atrás já citados sobre o códice, em especial Barbosa Machado, que o biografava. Morreu, com 68 anos, nas Caldas da Rainha, em Agosto de 1725²⁹⁹.

O biografado, D. Francisco de Azevedo e Ataíde

D. Francisco de Azevedo e Ataíde nasceu cerca de 1616³⁰⁰ em local desconhecido³⁰¹, sendo filho primogénito e herdeiro de D. Manuel de Azevedo e Ataíde, senhor da honra de Barbosa, e de sua mulher,

²⁹⁵ Por provisão de 24.09.1706, tomando posse do cargo em 17.02.1707 (in FERREIRA, Francisco Leitão, ob. cit., loc. cit.).

²⁹⁶ FERREIRA, Francisco Leitão, ob. cit., loc. cit.. Foi reconduzido na cadeira de Matemática por provisão de 22.05.1722 (ACS, VIII, 42).

²⁹⁷ O seu antepassado D. João de Azevedo, bispo do Porto, foi grande amigo dela e presidiu ao seu funeral (cf. CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *O Bispo Dom João de Azevedo, Avô do Beato Inácio de Azevedo*, in «Brotéria», Dezº 2018).

²⁹⁸ Actualmente no mosteiro de Singeverga (fls. 223/224), referidos por SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 86 e ss.

²⁹⁹ COSTA, Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1712, II, 432, e ACS, XII, I, 255, e no VIII, *Advertências*, 42, dizem que morreu em Agosto de 1715, o que se deverá a lapso, dado que, p. ex. e como se viu acima, se jubilou de lente de Matemática ainda em 1722.

³⁰⁰ Data que se fixa por, mais à frente, se dizer que foi para Tânger com 17 anos, tendo ali assistido à morte de D. Diogo de Portugal, que se sabe ter ocorrido em 1633.

³⁰¹ Não tendo sido na honra de Barbosa, por não constar dos respectivos registos de baptismo, poderá, com maior probabilidade, ter sido no Porto ou na freguesia de Abade do Neiva, concelho de Barcelos.

D. Angela de Castro, neto paterno de D. Francisco de Azevedo³⁰², senhor da honra de Barbosa, e de sua mulher, D. Brites ou Beatriz da Silva³⁰³, e neto materno de Manuel de Castro Pinheiro, senhor das vilas da Aguieira e Mourisca e da comenda do Cabo Monte, na Ordem de Cristo, e de sua mulher, D. Maria Toscana.

Serviu em Tânger³⁰⁴, de 1633 a 1635, e depois, desde Agosto de 1642, na Guerra da Restauração, aonde participou activamente e, em especial, nas “*pellejas de véspera e dia de S. Lourenço, nas de junto aos rios Lima e Vez e forte da Portella de Vez, no sitio da Lapella e tomada da praça de Gavião*”³⁰⁵.

Foi companheiro de armas de alguns dos maiores militares portugueses do seu tempo, como D. João da Costa, 1º conde de Soure, D. Francisco de Sousa, 1º marquês de Minas, com quem, em Tânger, esteve no valoroso episódio da morte de D. Diogo de Portugal e Lourenço Correia da Franca, Matias de Albuquerque, 1º conde de Alegrete, D. Jerónimo de Ataíde, 6º conde de Atouguia, Luis Álvares de Távora, 3º conde de S. João, e muitos outros.

Foi capitão de cavalos no exército do Alentejo (1643, 1645), aonde se distinguiu em duas escaramuças na Ribeira de Valverde (1644), numa escaramuça em Campo Maior (1644) e numa escaramuça em Vila Boim (1645). Passando à província do Entre-Douro-e-Minho foi governador interino das suas armas³⁰⁶ em 1649, na ausência

³⁰² Sobre ele e a sua família paterna v. CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Um abade viajante do séc. XVI. D. Manuel de Azevedo, senhor da honra de Barbosa*, in «Armas e Troféus», 2018, 413-459.

³⁰³ Sobre a família desta vd. CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Vicente Novais, o que veio rico da Índia. Contributo para o estudo da nobreza portuense do séc. XVI*, in «Armas e Troféus», 2019, 271 e ss.

³⁰⁴ MSS, I, 353. Seu pai também havia servido em Tânger, sendo, na altura, capitão desta praça Aires de Saldanha (AM, I, 44).

³⁰⁵ ACB, maço de alvarás, *padrão de tença em vida do Snr. D. Manoel de Azevedo de 200\$000 reis*.

³⁰⁶ O cargo de governador das armas foi instituído em 1640 por D. João IV, recriando o de antigo fronteiro-mór medieval, com funções políticas, administrativas e militares. Na linha de comando seguia-se o mestre-de-campo general ou tenente de

do governador, D. Diogo de Lima, 8º visconde de Vila Nova de Cerveira, governador das mesmas armas, por nomeação régia, no mesmo ano de 1649 e novamente interino em 1654, na ausência do mesmo sobredito visconde. Foi tenente-general e, em Novembro de 1658, integrava, com outros, o quartel general³⁰⁷. Foi general da cavalaria do Minho em 1659, governador da praça de Elvas em 1662, mestre-de-campo general do exército do Minho de 1662³⁰⁸ até que se fez a paz, em 1668, e novamente governador interino das armas da mesma província em 1664, na ausência do governador D. Francisco de Sousa, 3º conde do Prado. Foi membro do Conselho de Guerra de D. Afonso VI³⁰⁹. Na província do Entre-Douro-e-Minho serviu, de forma quase ininterrupta, de, pelo menos, 1649 até ao fim da guerra, em 1668, debaixo das ordens dos sucessivos governadores das respectivas armas, D. Diogo de Lima, 8º visconde de Vila Nova de Cerveira (1649, 1654, 1658), D. Álvaro de Abranches (1649), João de Vasconcelos e Sousa, 2º conde de Castelo Melhor

mestre-de-campo general ou apenas tenente-general, por vezes co-adjuvado por um sargento-mór de batalha, o general da cavalaria, o general da artilharia, seguindo-se na cavalaria, as companhias, comandadas por capitães de cavalos, e na infantaria, os mestres-de-campo dos terços e, dentro destes, os seus sucessivos postos. Os terços podiam ser de soldados pagos, os de primeira linha, de soldados auxiliares, vindos das tropas auxiliares, os de segunda linha, e os de soldados vindos das ordenanças, os de terceira linha, obedecendo a linha às necessidades de recrutamento do exército (COSTA, Fernando *Dores, Governadores das armas, mestres de campo e capitães-mores no Alentejo durante a Guerra da Restauração: inovações na administração e centros periféricos de poder*, in «Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Sécs. XII - XVIII)», Évora, 2013, 199-227).

³⁰⁷ MARTINS, Rocha, *Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal*, 1940, que, a p. 241, conta que D. Francisco, estando no quartel-general, tendo morrido o 2º conde de Castelo Melhor, se dispôs, juntamente com outros, a obedecer a Nuno da Cunha, enquanto não fosse nomeado novo comandante para ocupar o posto do falecido.

³⁰⁸ MSS, I, 353. Foi nomeado mestre-de-campo general, em conjunto com o conde de S. João da Pesqueira, do exército do Entre-Douro-e-Minho em 1662 (CE, IV, 19).

³⁰⁹ Juntamente com os condes de Schomberg, de S. João, da Torre e de Miranda, Pedro Jacques de Magalhães, os sargentos-móres de batalha Miguel Carlos de Távora e Mr. de Balandrim, o general de cavalaria Pedro César de Menezes, o general de artilharia Fernão de Sousa Coutinho e o marquês de Fontes. Segundo o códice em estudo (p. 36/37) já antes havia sido membro do Conselho de Guerra de Filipe IV de Espanha.

(1649, 1657), D. Jerónimo de Ataíde, 6º conde de Atouguia (1659), e D. Francisco de Sousa, 3º conde do Prado (1660³¹⁰, 1662, 1664).

A ele se deve a construção do forte abaluartado de Lovelhe, também chamado, em sua honra, de Azevedo, em Lovelhe, junto a Vila Nova de Cerveira³¹¹, que ainda hoje existe.

Vem referido várias vezes no «Mercurio Portuguez»³¹², como se assinalará no texto, nas Novas do mês de Outubro de 1663, aonde se diz “*Teve grande parte nesta empresa o Mestre de Câpo general Dom Francisco de Azevedo & Ataíde, q assistio à disposição, & execução de tudo; cõ aquella sciencia, prudencia, & valor que nelle se conhece.*” e mais dizendo, a propósito da conquista do forte de Goian, na Galiza, “*Teve grande parte nesta empresa o mestre de campo general D. Francisco de Azevedo & Ataíde, que assistiu a disposição, e execução, de tudo, cõ aquela sciencia, prudência & valor que nelle se conhece*” e nas Novas de Outubro de 1665, dizendo “*Cõ o cõde de Prado Governador das armas deste exercito, he Mestre de Campo General de todo elle D. Francisco de Azevedo & Ataíde, General da cavallaria Pedro Cezar de Menezes, & General da artilharia Fernão de Sousa Coutinho.*”

É ainda mencionado, com o posto de mestre-de-campo general, numa carta de 02.02.1666 do 3º conde do Prado a D. Afonso VI³¹³, por integrar o Conselho de Guerra. A ele também alude o conselheiro de Estado, marquês de Montalvão, na memória que dirige a D. João

³¹⁰ Este foi nomeado por carta patente de 30.05.1660, transcrita em ACS, *Provas*, VI, 248-249.

³¹¹ Sobre as fortalezas abaluartadas desta época vd. SOUSA, Ana Teresa de, *A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação das fortificações abaluartadas em Portugal e nos territórios ultramarinos: a importância dos Regimentos e Aulas de Fortificação*, Coimbra, 2017, actas do V Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna.

³¹² MSS, I, 353. FARIA, Maria Isabel Ribeiro de, e PERICÃO, Maria da Graça, *Índice do «Mercurio Portuguez»*, 10 (1663), 3 (1665), Coimbra, 1975.

³¹³ Publicada por SANTOS, Horácio Madureira dos, *Cartas e Outros Documentos da Época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, 58.

IV³¹⁴ e em que refere que *Dom Francisco de Azevedo, recusitou a glória de Portugal, que muitos anos antes estava esquecida.*

Foi sobrinho paterno de D. João de Ataíde, comissário geral da cavalaria no Alentejo, ao qual o conde da Ericeira³¹⁵ se refere várias vezes, narrando a sua intervenção em diferentes episódios da guerra naquela província.

Em pagamento dos seus serviços o Rei doou a D. Francisco a preceptoria e comenda de S. Julião de Punhete³¹⁶ e a comenda de S. Miguel de Lavrados³¹⁷, ambas na Ordem de Cristo. Quis ainda o Rei doar-lhe o senhorio do julgado de Penafiel de Sousa, só que, na altura, ainda era senhor deste Gonçalo Peixoto da Silva, pelo que, em compensação, lhe foi doada uma tença anual no valor de 300.000 reis³¹⁸. O Rei doou-lhe ainda, em três vidas³¹⁹, 400.000 reis em comenda *enquanto nella não entrasse de tença efectiva* e ainda 200.000 reis de tença efectiva no reguengo de Aguiar da Beira, nos bens confiscados ao marquês de Castelo Rodrigo.

Sucedeu na casa de seus pais, que, por escritura de 02.05.1624, lhe doaram o morgadio de Barbosa e Ataíde, com o prazo anexo da quinta de Nodar³²⁰, e o nomearam na segunda vida do prazo

³¹⁴ in SANTOS, Horácio Madureira dos, ob. cit., 155.

³¹⁵ ob. cit., I, 435, etc.

³¹⁶ Por alvará de 31.03.1645, ANTT, Registo Geral das Mercês, Ordens Militares, liv. 2, fl. 65. A actual vila de Constância, no distrito de Santarém.

³¹⁷ No arcebispado de Braga.

³¹⁸ Como se narra no testamento de seu neto, D. António José de Ataíde Azevedo e Brito, no ACB, no qual se conta também que a D. Francisco quis ainda o Rei doar uma comenda no valor de 300.000 reis, mas como aquele não tivesse nenhuma disponível consignou-lhe esse rendimento anual nos rendimentos do reguengo de Aguiar da Beira e que quis ainda dar-lhe uma alcaidaria-mór de rendimento de 1000 cruzados.

³¹⁹ A 2ª vida nestes bens verificou-se em seu filho D. Manuel de Azevedo e Ataíde e a 3ª vida em seu neto D. António José de Ataíde Azevedo e Brito (ACB, maço de alvarás, *justificação do Snr. D. António José d'Albayde e Azevedo, em como lhe pertencia a vida nos bens da Coroa de que S. Magestade fizera Mercê a seu Avô o Snr. D. Franc.co d'Azevedo*).

³²⁰ A *quinta de Nodar*, na freguesia de S. Martinho das Moutas ou Moitas, no couto de S. Cristovão de Lafões, na Beira, hoje concelho de S. Pedro do Sul, era um prazo foreiro ao mosteiro de Alpendurada.

da quinta do Faial, com reserva do usufruto, em vida de qualquer deles, de metade dos frutos daqueles bens. Foi, pois, senhor da honra de Barbosa³²¹, cujo senhorio lhe foi confirmado por carta régia de 27.02.1637³²², senhor da honra de Ataíde³²³, senhor das vilas da Aguieira e metade da Mourisca³²⁴, das comendas do Cabo Monte³²⁵, S. Julião de Punhete e de S. Miguel de Lavrados, todas na Ordem de Cristo³²⁶, administrador dos morgadios e vínculos de Barbosa³²⁷, dos de Parada (1583)³²⁸, do instituído por D. Maria Pereira em 1596, do instituído por D. Urraca Lourença da Cunha em

³²¹ Fundada no séc. XII, perdurou até 1834 e teve cabeça na freguesia de S. Miguel de Rans, no antigo julgado e actual concelho de Penafiel (de Sousa). Sobre ela vd. CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *A Honra de Barbosa. Subsídios para a sua História Institucional (séc. XII-1834)*, Porto, 2005, e in «Cadernos do Museu de Penafiel», 2005, 10, 211-248, e *Honras e Coutos. A Honra de Barbosa e o Couto de Bustelo. O contributo do livro do Milhão*, in «Cadernos Vianenses», 23, 1998, 113-148.

³²² ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra M, mç. 1546, cx. 2.

³²³ Com sede na freguesia de S. Pedro de Ataíde, actual Vila Meã, no então concelho de Santa Cruz de Riba-Tâmega, actual Amarante, em cuja quinta do Pinheiro ficava a torre de Ataíde, solar originário dos deste apelido. À época esta honra tinha perdido a sua autonomia, mantendo-se como apanágio de nobreza, integrada no morgadio de Barbosa.

³²⁴ As vilas da Aguieira e Mourisca eram sitas no antigo concelho da Esgueira, integrando a da Aguieira o território da actual freguesia de Valongo do Vouga e a da Mourisca o da actual freguesia de Mourisca do Vouga, hoje ambas do concelho de Águeda e que eram senhorios muito antigos que vinham, já desde a Idade Média, pelos Alcoforados. A vila da Aguieira teve foral de D. Manuel I em 06.05.1514.

³²⁵ A comenda do Cabo Monte, na Ordem de Cristo, era composta pela quinta do Faial, com casa nobre e capela, sita na freguesia de Abade do Neiva, no concelho de Barcelos, foreira à Mesa Mestral da Ordem de Cristo, e por numerosas outras terras em outras freguesias do mesmo concelho e no de Esposende e ainda no concelho de Santa Maria da Feira, e tinha vindo, por sua mãe, pelos Alcoforados.

³²⁶ AM, I, 44, seu contemporâneo, diz que foi ainda comendador de Vila Meã.

³²⁷ Instituído por D. Manuel de Azevedo, abade do mosteiro de Alpendurada, em meados do séc. XVI (CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Um abade ...cit.*).

³²⁸ Com sede na freguesia de Guilhabreu, no antigo concelho da Maia, actual de Vila do Conde, também chamado de morgadio de Guilhabreu ou da Torre Velha, que tinha sido uma antiga honra, confirmada nas Inquirições de D. Dinis de 1290 e ainda existente em meados do séc. XVI, tendo o morgadio sido instituído pelo Vicente Novais, por testamento outorgado em 25.01.1583, e depois reforçado pelo filho deste, Luis Novais da Silva, por testamento de 21.10.1616 (CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Vicente Novais (...)*)

1289, do instituído por D. Francisca de Magalhães em 1574, padroeiro de S. Salvador de Covas, no concelho de Vila Nova de Cerveira, de S. Pelágio de Fornos, no concelho de Lafões, e do convento de Santo António da Piedade, em Penafiel, etc., e por seu casamento, dos morgadios de Valbom (1547), do instituído por Cristovão de Brito em 1559 e por D. Maria da Silva em 1631, etc.

Quando tomou posse da honra de Barbosa a Câmara Municipal do Porto quis pôr em causa esse facto por entender que aquela honra lhe pertencia “*por doações antigas e posse imemorial*”³²⁹. Também Pedro Peixoto da Silva, adail-mór do reino e senhor do julgado de Penafiel de Sousa, porventura aproveitando-se da sua ausência do reino em 01.12.1640, quis pôr em causa os seus direitos sobre a honra de Barbosa³³⁰, assim como também o sucessor daquele, Gonçalo Peixoto da Silva, que opôs embargos contra a

³²⁹ AHMP, Livro de Vereações da Câmara Municipal do Porto, 48, fls. 236vº e 237. Na reunião de 10.11.1640 o síndico da cidade, o licenciado Baltasar Teixeira, disse “*que convinha acudir-lhe à forma de violência que fizera D. Francisco de Ataíde em tomar posse da chamada honra de Barbosa por dizer que lhe pertencia sendo que era desta cidade por doações antigas e posse imemorial em que estavam, e como até agora não tinha registado nesta Câmara doação nem ordem de S. Magestade por onde lhe fizesse mercê da dita honra, e por que nenhuma se registara nesta Câmara mandáram e assentaram que ele síndico acudisse logo pelos meios e com toda a brevidade como melhor lhe parecesse*”.

³³⁰ Na verdade, aquele Pedro Peixoto da Silva em 25.01.1641 obteve certidão em como D. Francisco de Azevedo e Ataíde estava em Madrid (ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 373, n.º 143, *petição de Pedro Peixoto da Silva, adail-mór de sua Magestade, pedindo que se passe certidão em como D. Francisco de Azevedo e Ataíde está em Madrid, despacho e certidão de Mateus Ferreira da Costa*) e logo em 28.01.1641 obteve certidão em como na quinta de Barbosa nunca houve honra (ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 373, n.º 142, *petição de Pedro Peixoto da Silva, adail-mór de sua Magestade, pedindo que se lhe passe certidão em como na quinta de Barbosa de Francisco de Azevedo e Ataíde nunca houve honra. Despacho e certidão de Mateus Ferreira da Costa*). Certo é que o estatuto jurídico, como honra, e o senhorio de Barbosa sempre antes e depois foram confirmados pela Coroa. Curioso é que esta pretensão do adail-mór deve ter aberto um contencioso pessoal com D. Francisco de Azevedo e Ataíde porque, mais tarde, na roda da fortuna, foi ele que, provavelmente por morte daquele Pedro Peixoto da Silva, pediu e, de início, obteve a doação do senhorio do julgado de Penafiel de Sousa, que àquele pertencia, doação que, porém, foi depois revogada, por aquele ter sucessor na sua casa, Gonçalo Peixoto da Silva, a quem aquele senhorio foi confirmado em 17.08.1665 (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI, liv. 10, f. 78), sendo substituída pela doação de uma tença no valor de 300.000 reis.

carta de confirmação do senhorio da honra de Barbosa dada por D. Pedro II, ainda regente, em 09.04.1671 a D. Manuel de Azevedo de Ataíde e Brito, filho herdeiro de D. Francisco, que, porém, foram julgados improcedentes por sentença proferida em 09.12.1671³³¹.

Fundou o convento de Santo António da Piedade, de frades Capuchos, em Arrifana de Sousa, hoje Penafiel, do qual ficou como padroeiro e no qual mandou colocar no fecho da capela-mór o seu escudo de armas, com o seu brasão e o de sua mulher (em pala, Azevedos e Britos), e mais mandou erigir o seu túmulo, em arcossólio erigido do lado da epístola, com estátua jacente e encimado pelo mesmo brasão referido atrás, embora acabe por não ser ali sepultado.

Foi elegante cortesão e poeta³³² e residiu com sua mulher e família em Lisboa, de onde aquela era originária, e aonde tinham várias casas nobres, nomeadamente o palácio velho de S. Lourenço, na Rua das Farinhas, na freguesia de S. Lourenço, e o palácio do Campo de Santana, junto ao Pátio do Tourel, mas também, pelo menos, na sua Quinta do Barro, na freguesia de Santa Maria de Loures, termo de Lisboa³³³, no Porto, aonde, na Rua das Flores, tinha as casas nobres mandadas construir no séc. XVI pelo seu antepassado Vicente Novais, no solar de Barbosa³³⁴, em Rans, Penafiel, e na quinta do Faial, perto de Barcelos.

Homem valente, de grande coragem física, como o testemunham os diversos episódios atrás narrados, quer em Tânger, quer em

³³¹ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra M, mç 1546, cx. 2.

³³² SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 90; tendo participado nas academias literárias surgidas nesta época (códice, p. 66/67).

³³³ Nos registos paroquiais de Rans as únicas referências a ele são as seguintes: Em 12.03.1648 surge o óbito de *Maria da Silva, soltr^a foi escrava de Dom fr.co* (ADP, Livro Misto de Rans, nº 1, fls. 207) e em 30.10.1650 *Bartolomeu de Oliveira, assistente no serviço de Dom Fr.co dazevedo* surge como padrinho de baptismo em Rans (ADP, Livro Misto da freguesia de S. Miguel de Rans, nº 1, fls. 18).

³³⁴ Curioso de constatar que vários dos seus filhos nasceram e foram baptizados em Barbosa, nomeadamente no outono ou inverno, sendo aquele local afastado dos centros urbanos e, como tal, com menor assistência em momentos de parto, a revelar, pois, uma clara intenção de que aqueles, por razões simbólicas, lá fossem nascer.

sucessivos combates durante a Guerra da Restauração, mas também generoso, como o atesta a forma desprendida como saiu de Tânger, e independente e orgulhoso, o que se revela em diferentes momentos, como o de se negar a servir no exército da Catalunha em posto inferior ao que considerava, para si, apropriado, ou o de partilha da chefia com o conde de S. João, na tomada de La Guardia, foi sempre profundamente leal a Portugal e pessoa de confiança, quer do Rei, a cujos apelos nunca deixou de corresponder, mesmo nas terríveis circunstâncias da sua própria viuvez, e que o chamou ao seu Conselho de Guerra, quer dos sucessivos governadores das armas do Entre-Douro-e-Minho e do Alentejo.

Faleceu, com testamento, em 13.02.1669³³⁵, à Rosa, em Lisboa, e foi sepultado na capela de Nossa Senhora da Assumpção da igreja da Madre de Deus Extramuros³³⁶, embora outros digam que foi sepultado na igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Leça da Palmeira, Matosinhos³³⁷. Por sua morte correu processo de inventário no juízo de fora dos órfãos do bairro de Alfama, em Lisboa³³⁸.

Com a prévia celebração de escritura de dote em 1645³³⁹ casou com sua prima³⁴⁰, D. Maria de Brito e Noronha³⁴¹, filha única e

³³⁵ MSS, I, 353.

³³⁶ SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 88, e, sobretudo, seu filho, ATAÍDE, D. Inácio de, ob. cit., 133. Esta capela pertencia ao morgadio instituído por Cristovão de Brito, que tinha vindo por sua mulher, que também deverá ter sido sepultada na mesma.

³³⁷ DIAS, A. J., *Convento dos Capuchos de Penafiel*, in «Penha-Fidelis», 1927-1929, 197 e 198, e AM, I, 44.

³³⁸ Aonde a sua herança foi avaliada em 7 contos e 759.530 reis.

³³⁹ FG, VIII, 78, diz que esta escritura está na *nota do offº q serve João Na.to das Neves e Brito* e data-a de 1645. Em 27.05.1646 obteve um *alvará para que nas vendas de seus morgados e bens patrimoniais possa consignar 250\$000 rs para D. Maria de Brito e Noronha* (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 10, f. 30-31).

³⁴⁰ Para facilmente seguir esse parentesco vd. DORNELAS, Afonso de, *História e Genealogia*, Lisboa, 1913, I, 117 e 119. Ambos são bisnetos de Vicente Novais e de sua mulher, D. Branca da Silva.

³⁴¹ Era prima, além de muitos outros, de Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro e fundador da Colónia do Sacramento, no rio da Prata.

herdeira de Lopo de Brito³⁴², morgado de Valbom, e de D. Maria de Alcáçova e Noronha³⁴³, neta paterna de Cristóvão de Brito³⁴⁴, morgado do vínculo instituído por um seu familiar do mesmo nome em 1559, e de D. Maria da Silva³⁴⁵, e neta materna de António de Alcáçova Carneiro³⁴⁶, comendador das Idanhas, na Ordem de Cristo, e alcaide-mór de Campo Maior e Ouguela, um dos Conjurados de 1640, e de sua mulher D. Maria de Noronha³⁴⁷. Em 17 anos de casamento teve, pelo menos, 10 filhos que lhe sobreviveram, tendo morrido em 19.02.1662, de complicações pós-parto³⁴⁸, em Lisboa, deixando todos os filhos muito pequenos. D. Maria fez testamento cerrado, por ela escrito e assinado e aprovado por tabelião, na Quinta de Barbosa, em 20.08.1657, o qual foi aberto, em Lisboa, em 20.02.1662³⁴⁹. Por sua morte correram uns autos de inventário e arrecadação.

Tiveram a³⁵⁰:

³⁴² Irmão de João de Brito, que se fez maltez, e de Diogo de Brito, c.c. D. Jerónima Lobo, s.g., o qual foi herdeiro de sua prima direita, D. Iria de Brito, condessa da Atalaia (FG, III, 73).

³⁴³ Neta de Pedro de Alcáçova Carneiro, 1º conde de Idanha, o célebre secretário dos reis D. João III e D. Sebastião (FG, III, 373, 382).

³⁴⁴ Filho de Lopo de Brito, celebrado capitão de Ceilão, e de D. Iria de Eça, e irmão de João de Brito c.c. D. Joana ou Guiomar de Ataíde, e de António de Brito, solteiro (FG, III, 72).

³⁴⁵ Viúva de João ou Jerónimo Brandão, filha de Vicente Novais e de sua mulher D. Branca da Silva. Para estes e mais irmãos de D. Maria da Silva vd. CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Vicente Novais* cit..

³⁴⁶ Filho de Pedro de Alcáçova Carneiro, 1º conde de Idanha, o célebre escrivão da puridade do rei D. João III e vedor da fazenda do rei D. Sebastião (FG, III, 373, 382) e de sua mulher D. Catarina de Sousa.

³⁴⁷ Filha de D. Manuel Lobo, alcaide-mór de Campo Maior e Ouguela, e de sua mulher D. Francisca de Noronha (FG, III, 382).

³⁴⁸ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cód. 1083, p. 68.

³⁴⁹ ACB, certidão judicial do testamento, cujo original estava nos autos de inventário, *testamento de D. Maria de Brito e Noronha m.er do S.or D. Francisco de Azevedo*.

³⁵⁰ Todos os filhos a seguir indicados foram reconhecidos, como tal, por D. Manuel de Azevedo de Ataíde e Brito, como primogénito, nas declarações que prestou como cabeça de casal nos autos de inventário que correram para partilha da herança que ficou por morte de seus pais (no ACB).

- D. MANUEL DE AZEVEDO DE ATAÍDE E BRITO, nascido em 1647, que foi emancipado, a seu pedido, por provisão régia, com 22 anos de idade³⁵¹, para poder tomar posse de todos os seus bens e rendimentos, por sentença judicial proferida em 08.04.1669³⁵². Foi um militar ilustre, capitão de cavalos, comissário-geral de cavalaria³⁵³, general de batalha, mestre-de-campo do terço pago pela Câmara do Porto³⁵⁴, sargento-mór de batalha³⁵⁵, mestre-de-campo general, tenente general³⁵⁶ da cavalaria da Corte e membro do Conselho de Guerra dos reis D. Pedro II³⁵⁷ e D. João V³⁵⁸. Em 1693 candidatou-

³⁵¹ COSTA, Carvalho da, ob. cit., II, 432. Dele faz a árvore de costados COLONA, D. Tivisco de Nasao Zarco y, (Manuel de Carvalho de Ataíde), *Theatro Genealógico*, Nápoles, I, 84.

³⁵² ACB, *provisão para emancipação do Snr. D. Manuel d'Azevedo e Athayde, filho do Snr. D. Francisco de Azevedo*; logo três meses após a morte do pai.

³⁵³ *Manuscritos do Fonds Portugais da Biblioteca Nacional de França (catálogo)*, 2001, carta de D. Pedro II a D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1º duque de Cadaval, informando-o da leva de soldados a efectuar nas comarcas de Torres Vedras e Santarém pelo comissário-general de cavalaria D. Manuel de Azevedo, e solicitando que ponha à disposição do mesmo os oficiais da câmara da vila de Cadaval, 07.05.1699.

³⁵⁴ COSTA, Carvalho da, ob. cit., I, 387-388; MATTOS, Gastão de Mello de, *Os Terços de Entre Douro e Minho nas guerras da aclamação. Esboço de história orgânica*, Revista de Guimarães, volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940, 223.

³⁵⁵ Por decreto de 03.10.1703 (SANTOS, Horácio Madureira dos, *Catálogo dos Decretos do Extinto Conselho da Guerra*, Lisboa, 1957, I, 485). Mantinha este posto, na província da Beira, em 04.11.1704, data em que obteve licença para ir à Corte, pelo prazo de dois meses (últ. ob. cit., 504) e em 15.07.1705, em que obteve licença, por quinze dias, para os mesmos efeitos (últ. ob. cit., 520). Em 09.12.1704 foi transferido, com este posto, da Beira para a província do Minho (últ. ob. cit., 506). Foi sargento-mór de batalha também na província da Estremadura (cf. COSTA, Carvalho da, ob. cit., I, 387-388, que, sendo contemporâneo, merece credibilidade nesta informação). A ele se refere também ATAÍDE, Tristão da Cunha de, nas suas *Memórias in Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V*, Lisboa, 1989, 164.

³⁵⁶ Desde Agosto de 1690 (vd. carta de D. Pedro II a D. Nuno Álvares Pereira de Melo, duque de Cadaval, comunicando-lhe a nomeação de D. Manuel de Ataíde e Azevedo no cargo de tenente-general de cavalaria da Corte, 04.08.1690, in *Manuscritos do Fonds Portugais da Biblioteca Nacional de França (catálogo)*, 2001, 347). Era-o em 11.07.1701 (cf. SANTOS, H. Madureira dos, *Catálogo ...*, 461, aonde se refere que “um soldado de cavalo da companhia de D. Manuel de Azevedo, tenente general, pede passagem para outra companhia”).

³⁵⁷ AMPen., ms. C-16, fl. 7.

³⁵⁸ Assim o diz SILVA, Francisco Xavier da, *Elogio fúnebre e histórico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelíssimo rey de Portugal o senhor D. João V*, Lisboa, 1750, 307.

-se ao cargo de governador de Angola, não tendo sido provido³⁵⁹. Sucedeu na casa de seus pais e foi senhor da honra e morgadio de Barbosa³⁶⁰, etc. Foi-lhe confirmado o direito de padroado de S. Pelágio de Fornos em 19.06.1686³⁶¹ e a comenda de S. Julião de Punhete³⁶². Sucedeu na tença de 200\$000 assente no reguengo de Aguiar da Beira por alvará de 05.08.1671³⁶³, e recebeu uma tença de 200\$000 reis enquanto não foi provido numa comenda de 300\$000 reis³⁶⁴. Teve ainda a mercê de 800 reis de sobrevivência³⁶⁵ e o privilégio de desembargador³⁶⁶. Morreu em 03.02.1724³⁶⁷. Casou com D. Luisa Antónia Ponce de Leão, filha dos 1ºs condes de Pombeiro, a qual, depois de viúva, foi dama de honor, e morreu, no Paço em 28.04.1728³⁶⁸, sem geração³⁶⁹;

- D. ANTÓNIA DE ATAÍDE E ALCÁÇOVA, nascida em 19.01.1651 em Barbosa, aonde foi baptisada, na mesma data e na respectiva capela, com licença da Mesa do Cabido, tendo por padrinhos seus

³⁵⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_CU_Angola, cx. 15, D. 1744, *consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a nomeação de pessoas para o governo de Angola, sendo candidatos D. Lourenço de Almada, D. Manuel de Ataíde e Azevedo e Henrique Jacques de Magalhães*, 18.01.1693.

³⁶⁰ Por carta régia de confirmação de 09.04.1671 (AMPen, ms. C-16, fls. 4ºvº e 5, e ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra M, mç. 1546, cx.2) ou de 09.04.1675 (ANTT, Registo Geral de Mercês, Doações da Chancelaria, liv. 6, f. 328v-330, *carta de doação da jurisdição cível e crime na quinta e honra de Barbosa e mais privilégios*).

³⁶¹ COSTA, M. Gonçalves da, *História de Lamego*, Lamego, 1984, IV, 439.

³⁶² ANTT, Tombo das comendas. Comenda de S. Julião de Punhete, nº 489, 2 vol..

³⁶³ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de D. Afonso VI, liv. 14, fl. 111; recebia já uma tença no mesmo valor de 200\$000 por mercê de 12.11.1669 (ACB)

³⁶⁴ ACB, *alvará de D. Pedro (II), ainda príncipe regente*, de 28.03.1678.

³⁶⁵ Por alvará de 15.05.1704, ANTT, Registo Geral das Mercês de D. Pedro II, liv. 16, f. 58.

³⁶⁶ Por decreto de 23.08.1705.

³⁶⁷ ACS, XII, I, 255.

³⁶⁸ COSTA, Carvalho da, ob. cit., II, 432, e ACS, XII, I, 255; PINTO, Silveira, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, 1890, 299, por lapso, diz que morreu em 03.02.1721.

³⁶⁹ Irá suceder-lhe na Casa de Barbosa seu sobrinho, filho de seu irmão D. António, D. António José de Ataíde Azevedo e Brito (1688-1750).

tios paternos D. João de Azevedo e D. Isabel de Castro, solteira³⁷⁰, que professou, como freira, no mosteiro da Madre de Deus, em Lisboa, e depois foi freira e abadessa do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde no triênio de 1697 a 1700. Foi muito generosa no tratamento que dava às demais freiras deste convento³⁷¹;

- D. MARIA MICAELA DOS ANJOS DE ATAÍDE³⁷², nascida em 26.09.1652 em Barbosa, aonde foi também baptizada a 9 de Outubro do mesmo ano, sendo seus padrinhos seu tio, D. João de Azevedo e Ataíde, e sua avó, D. Angela de Castro³⁷³. Foi freira no convento da Madre de Deus, em Lisboa, “aonde é mais apertada a penitência”³⁷⁴, adoptando o nome de soror Maria Micaela dos Anjos, entrando em 27.04.1679 e professando a 24.03.1697, ali foi depois abadessa muito exemplar e escreveu uma obra, que ficou manuscrita, no cartório daquele convento, Vida da Madre Maria Magdalena de Jesus, morrendo em 18.06.1733³⁷⁵;

³⁷⁰ ADP, Livro Misto de S. Miguel de Rans, fls. 34.

³⁷¹ ASSUMPÇÃO, Lino d', *As Últimas Freiras*, Porto, 1894, que a pág. 46-47 refere que aquela dava a mais a cada religiosa “pela Conceição 600 reis, pelo S. João 800, pelo Sacramento 600. Mais no domingo do Sacramento: leitão e uma malga desfeita; na festa de Santa Clara dois arrateis e meio de vitela; na da Conceição pão de Guimarães, queijo, conserva do Brasil, caixinhas de tabaco; um cordão de seda em cada triênio, uvas, queijo, melasso e todas as variedades de frutas; pelo S. João um quarto de capão; pelo Advento peixe e «caldos os melhores que se podião achar não reparando em assucar e leite e no» e no fim do triênio uma moeda d'ouro a cada freira.” Mais refere aquele autor “como a este desenvolvimento de comezainas e goluzeimas correspondem as mais severas admoestações dos padres visitantes contra o relaxamento dos costumes e inobservância da regra”; vd. ainda NEVES, Joaquim Pacheco, *O Mosteiro de Sta. Clara de Vila do Conde*, 1982, 117.

³⁷² SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 87, dá-lhe o nome de *Maria Micaela*, mas no formal de inventário que correu por morte de seus pais (no ACB) vem como *Maria da Micaela dos Anjos*. MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1712, tomo III, 428, diz que, no século, se chamou de *D. Maria de Brito e Noronha*.

³⁷³ ADP, Livro Misto de S. Miguel de Rans nº 1, p. 38.

³⁷⁴ SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 88.

³⁷⁵ ANTT, PT/TT/CMDL/002/0001, *Vidas de Religiosas do Convento da Madre de Deus de Lisboa*, 1738, livro aonde se narra, entre outras, a sua vida; vd. ainda Machado, Diogo Barbosa, ob. cit.; Belem, fr. Jerônimo de, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observancia do nosso Serafico Padre São Francisco*, Lisboa, 1750-1755, vol. III, 264; Farinha, Bento José de Sousa, *Summario da Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, na off. da Academia Real das Sciencias, 1787, vol. III, 196.

- D. ANTÓNIO DE AZEVEDO DE ATAÍDE E BRITO, nascido em 21.12.1653³⁷⁶, foi baptizado a 29.12.1653 em Barbosa³⁷⁷, tendo por padrinhos seus avós, D. Manuel de Azevedo e Ataíde e D. Angela de Castro³⁷⁸. Estudou na Universidade de Coimbra³⁷⁹ e foi moço fidalgo da Casa Real, por alvará régio de 03.02.1657³⁸⁰. Não sucedeu na Casa de seus pais³⁸¹. Faleceu em 1709 e foi sepultado na capela de N^a Sr^a da Assumpção da igreja da Madre de Deus Extramuros, em Lisboa. Casou com **D. TERESA DA SILVA**, que alguns dizem ter sido sua amante³⁸², com quem viveu e depois casou à hora da morte, por “*descanso de consciência*”³⁸³, na freguesia da Pena, em Lisboa, em 04.10.1709³⁸⁴,

³⁷⁶ Segundo COSTA, Carvalho da, ob. cit., II, 433, e ACS, XII, I, 255, foi o mais novo dos filhos de seus pais, o que, como se vê, é lapso.

³⁷⁷ ACB, *certidão de baptismo*. No processo de habilitação à Ordem de Cristo de seu neto D. Manuel de Azevedo de Ataíde e Brito (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações da Ordem de Cristo, letra M, mç. 4, n^o 8) surge como natural da freguesia de S. Lourenço, de Lisboa.

³⁷⁸ ACB, *certidão de baptismo de Dom António* e ADP, Livro de Baptismos de S. Miguel de Rans (1587-1693), fls. 40. Foi baptizado pelo reverendo licenciado Luis de Carvalho, abade de Fornos, igreja da qual os senhores de Barbosa eram padroeiros; não nasceu, pois, na freguesia de S. Lourenço, em Lisboa, como se diz na habilitação na Ordem de Cristo de seu neto D. Manuel (ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, maço 4, n^o 8, letra M, p. 118 a 174).

³⁷⁹ SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 87, e ACS, XII, I, 255.

³⁸⁰ ANTT, Inventário dos livros de matrícula dos moradores da Casa Real, Lisboa, 1917, II, 89 (do liv^o 3, fls. 492). FG, I, 119, diz que foi ainda fidalgo da Casa Real.

³⁸¹ Ao contrário do que diz FG, I, 119. Foi antes seu filho, D. António José de Ataíde de Azevedo e Brito (1688-1750), quem veio a suceder na Casa de Barbosa ao tio, D. Manuel.

³⁸² FG, I, 557, é que fala nisso, e refere os *alguns*; no processo de habilitação na Ordem de Cristo de seu neto D. Manuel (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações da Ordem de Cristo, letra M, mç. 4, n^o 8), várias testemunhas, residentes em Lisboa, o afirmam, por terem sido vizinhas ou amigas como é o caso de fr. Manuel de Oliveira de Abreu e Lima, alcaide-mór de Ourém, e de Manuel Toscano de Vasconcelos, fidalgo da Casa Real, e fr. José da Cunha de Araújo, cavaleiro da Ordem de Cristo.

³⁸³ Como o referem várias testemunhas no processo de habilitação supra, como fr. Manuel de Oliveira de Abreu e Lima.

³⁸⁴ ANTT, Livro de casamentos da freguesia da Pena, de Lisboa, liv^o 7, fls. 122v^o, por especial despacho do arcebispo de Lisboa, *Dom João de Sousa, que me mandou receber os contrahentes abaixo declarados por estar em perigo manifesto de vida*. Celebrou o cura da freguesia, padre Domingos Bernardes. Seus pais já são dados

filha de Agostinho da Silva, capitão e cirurgião das Armadas, e cavaleiro da Ordem de S. Tiago³⁸⁵ e de sua mulher, D. Maria ou Mariana da Conceição, baptisada na freguesia de N^a Sr^a do Socorro, em Lisboa, e falecida na freguesia de N^a Sr^a da Pena, em Lisboa³⁸⁶, com geração em que depois seguiram os senhores de Barbosa;

- D. BARBARA MICAELA DE ATAÍDE, nascida em 23.09.1655 em Barbosa, aonde foi baptisada³⁸⁷. Foi freira e abadessa do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (1704-1706), devendo-se a ela, em conjunto com suas duas irmãs, D. Angela e D. Antónia, a obra de construção, entre 1705 e 1714, do grande aqueduto daquele mosteiro³⁸⁸;

- D. INÁCIO DE ATAÍDE, o autor do códice, nascido em 25.09.1657, em Barbosa;

- D. CARLOS DE ATAÍDE, nascido em Lisboa, aonde foi baptisado na igreja de S. Lourenço em 17.12.1659, foi moço fidalgo da Casa Real, mas depois tomou o hábito de S. Bento em 19.09.1670³⁸⁹ ou em 25.03.1673 com o nome de *Fr. Carlos de Alcáçova* e morreu noviço em Tibães³⁹⁰;

por defuntos nesta data, bem como os pais da noiva. Viviam ambos os noivos na freguesia da Pena. Foram testemunhas o padre João da Costa Pereira, o padre Manuel de Gouveia e Manuel da Costa, criado do nubente, e outros muitos.

³⁸⁵ O ser cavaleiro desta ordem é referido por MELLO, Theotónio José de, *Árvores de Costados da Casa Real, Grandes e Senhores de Solar*, 1803, BPMP, ms. n^o 439, por COSTA, Carvalho da, ob. cit., II, 433, ACS, XII, I, 255, e por FG, I, 557.

³⁸⁶ Ainda vivia em 13.06.1717, data em que outorgou uma procuração forense.

³⁸⁷ ADP, Livro de Baptismos de Rans (1587-1693), fls. 41, tendo sido seus padrinhos de baptismo sua avó D. Angela de Castro e seu tio D. João de Azevedo e Ataíde.

³⁸⁸ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e, *Vila do Conde*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde», 1961, 2, 28-29, aonde se citam as memórias que ela escreveu sobre a construção daquele aqueduto no *Livro de Receita e Despesa* do seu abadessado; vd. ainda FERREIRA, J. Augusto, *Vila do Conde e seu Alfoz*, Porto, 1923, 18-19, e NEVES, Joaquim Pacheco, ob. cit., 1982, 162. Contou, para o efeito, com a enorme ajuda de seu irmão D. Manuel de Azevedo e Ataíde, que dispensou do serviço militar os mancebos que quisessem trabalhar na condução dos materiais para esta obra (GEPB, *Vila do Conde*). Em Vila do Conde foi atribuído o seu nome a uma rua.

³⁸⁹ ADBraga, Congregação de S. Bento, inquirições de genere, cotas CSB-45-fls. 13-21v, e CSB-43-fls.115, 117v (em 17.11.1670).

³⁹⁰ ADBraga, Livro do Noviciado, CSB 25, fl. 63, e SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 87.

- D. ANGELA MARIA DE ATAÍDE E ALCÁÇOVA, que professou, como freira, no mosteiro da Madre de Deus, em Lisboa, e depois foi freira e abadessa do mosteiro de Santa Clara, de Vila do Conde;

- D. MARIA DA CONCEIÇÃO, que foi freira no convento da Madre de Deus, de Lisboa;

- D. LOPO DE ATAÍDE³⁹¹, nascido em Lisboa, aonde foi baptizado na igreja de S. Lourenço em 06.02.1662, tomou o hábito de S. Bento em Tibães a 19.01.1678, sob o nome de *frei Lope ou Lopo de Brito ou de Santa Bárbara*. Estudou artes no mosteiro de Pombeiro, teologia em Coimbra, graduou-se pela Ordem, foi Dom Abade dos mosteiros beneditinos de Santarém (1701-04), de Coimbra (1707-10), de Refojos de Basto (1713-16), de Ganfei (1719-22), de Rendufe (1725-28) e de Bustelo (1731-34³⁹²) e foi ainda Definidor-Mór da Congregação (1734-37), vindo a falecer no mosteiro de Santo Tirso, “*mui pia e cristamente*” a 29.08.1738³⁹³.

³⁹¹ Assim o tratando MEIRELES, Fr. António d'Assunção, *Memória do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, 2007, 2007, 127. Também surge como D. Lopo de Azevedo ou de Brito.

³⁹² MEIRELES, Fr. António d'Assumpção, ob. cit., loc. cit., que assinala que, no seu mandato, aquele conseguiu abater em 500.000 reis a dívida de 1.000.000 reis daquele mosteiro. No panegírico a este abade aquele autor diz “*muito teria que jactar-se a Ordem, se nos Claustros de Bento realçasse a Fidalguia do Seculo sobre a das virtudes, e do merecimento Pessoal, na Pessoa deste Prelado; era da Familia d'Azevedos, e Ataides, cujo Solar, bem que destrosado, e quazi prostrado em terra, existe ainda em Barbosa, distante huma legoa da Cidade de Penafiel, ao Sul.*”

³⁹³ ADBraga, Livro do Noviciado, CSB 25, fl. 74; ADBraga, Inquirição de gene-re, vita et moribus, CSB 43, fls. 115-117; Arquivo de Singeverga, *Vida e Morte dos monges ... de Santo Tirso*, fls. 10v-11; e SOUSA, D. Gabriel de, ob. cit., 87; ADBraga, *Congregação de S. Bento, Inquirições*, nº 43.

(Página deixada propositadamente em branco)

Augusto-Pedro da Rocha Páris Lopes Cardoso é advogado, sócio agregado do Instituto Português de Heráldica e autor de diversos trabalhos de investigação histórica.

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2021

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U